

25º

Relatório Gerencial de Resultados

01 de janeiro a 31 de março de 2025

Data de entrega à Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão:
09/04/2025



Rua Guajajaras, 1570, 3º Andar, 1570, Terceiro Andar, Barro Preto
Belo Horizonte - MG, 30180-099 | (31) 3348-1500

DIRETOR PRESIDENTE

Gleiber Gomes de Oliveira

DIRETORIA INSTITUCIONAL

Alexandre Compart

DIRETORIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TÉCNICO

Fabiano Neves

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Thiago Morais

DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Juliana Mourão Mendes

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E GESTÃO DE PESSOAS

Rafaela Carvalho Naves Graziotti

DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO E GESTÃO DE PROJETOS

Diogo Caminhas

ELABORAÇÃO

DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO E GESTÃO DE PROJETOS

Diogo Caminhas

Gerente de Monitoramento e Gestão de Projetos

Robert Tavares

Subgerente de Monitoramento e Gestão de Projetos

Delor Celestino da Costa Junior

Subgerente de Prevenção a Criminalidade

Camila Matos e Gabriel Souza

Analistas de Monitoramento e Gestão de Projetos

Lucas Matias de Almeida, Mariana Viegas e Nathalia Meggiolaro
Supervisor da Prevenção - Programa Mediação de Conflitos

Cássia Pacheco Souto, Fabiana Amaral e Marília Saraiva
Supervisor da Prevenção - Programa Fica Vivo!

Fernanda Menezes, Jakeline Lara e Maíra Rinco
Supervisor da Prevenção - Programa Ceapa

Lidiane de Oliveira e Arthur Rodrigues da Silva
Supervisor da Prevenção - PrEsp

Francisco Uarles Targino da Costa
Supervisor da Prevenção - Programa Selo Prevenção Minas

Luziene Rodrigues Santana
Supervisor da Prevenção - Programa Proteja Minas

Sumário

INTRODUÇÃO	6
TABELA 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS.....	7
TABELA 2 – PRODUTOS PREVISTOS	9
DETALHAMENTO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS	10
ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS.....	10
Indicador nº 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos.....	14
Indicador nº 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos.....	17
Indicador nº 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	19
ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA DE CONTROLE DE HOMICÍDIOS FICA VIVO!.....	21
Indicador nº 2.1: Média mensal de encontros de Oficinas executados por meio do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	23
Indicador nº 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	25
Indicador nº 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	28
Indicador nº 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!.....	31
ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA SE LIGA.....	35
Indicador nº 3.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga.....	36
Indicador nº 3.2. Número acumulado de ações estratégicas junto à rede de proteção social das pessoas acompanhadas pelo Programa Se Liga.....	41
Indicador nº 3.3. Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas.....	45
ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA CENTRAL DE ACOMPANHAMENTO DE ALTERNATIVAS PENAIS	49
Indicador nº 4.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	51
Indicador nº 4.2. Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial	54
Indicador nº 4.3. Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio.....	58
Indicador nº 4.4 - Percentual de alternativas penais ativas aguardando encaminhamento no período avaliatório.....	62
ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL.....	65
Indicador nº 5.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP.....	65
Indicador nº 5.2. Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório.....	68
Indicador nº 5.3. Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	70
ÁREA TEMÁTICA: PROJETO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER.....	73
Indicador nº 6.1. Número acumulado de Encontros de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher executados	76

Indicador nº 6.2. Número acumulado de atendimentos de prevenção e enfrentamento a violências e violações contra a mulher e responsabilização de homens autores de violência contra a mulher	77
Indicador nº 6.3. Número acumulado de ações do Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal.....	79
ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA SELO PREVENÇÃO MINAS	83
Indicador nº 7.1. Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas	90
Indicador nº 7.2. Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas.....	94
Indicador nº 7.3. Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas	97
ÁREA TEMÁTICA: SERVIÇO DE ATENDIMENTO À PESSOA CUSTODIADA (APEC).....	100
Indicador nº 8.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Serviço Apec.....	101
Indicador nº 8.2. Número acumulado de ações do Serviço Apec junto às redes de apoio.....	103
ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER (PROTEJA MINAS).....	105
Indicador nº 9.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Prevenção à Violência contra a Mulher.....	109
ÁREA TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO DE CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE.....	112
Indicador nº 10.1. Número acumulado de supervisões da gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade.....	112
Indicador nº 10.2. Número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes Técnicas dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade.....	113
Indicador nº 10.3. Número acumulado de capacitações realizadas pela supervisão metodológica e da supervisão da gestão	114
Indicador nº 10.4. Taxa de rotatividade de pessoal (turnover)	115
ÁREA TEMÁTICA: RELATÓRIOS DAS AÇÕES DOS PROGRAMAS DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE	117
Indicador nº 11.1. Número de Relatórios Analíticos das UPCs de base territorial.....	117
Indicador nº 11.2. Número de relatórios de gestão dos Programas de Prevenção à Criminalidade	118
ÁREA TEMÁTICA: GESTÃO DA PARCERIA	120
Indicador nº 12.1. Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	120
Indicador nº 12.2. Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	121
ÁREA TEMÁTICA: MONITORAMENTO DE HOMICÍDIOS NAS ÁREAS DE ABRANGÊNCIA DE UPCs TERRITORIAIS.....	122
Indicador nº 13.1. Taxa de homicídios consumados ocorridos nas áreas de abrangência dos Programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos	122
ÁREA TEMÁTICA: PRODUTOS.....	124
Produto 2.2 - Diagnóstico de Implantação de UPC de abrangência territorial (Contagem)	124
Produto 3.2. - Desenvolvimento do primeiro módulo do Sistema Integrado de Monitoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade	130
Produto 1.1. - Implantação de UPC de abrangência regional (Ubá).....	132

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
COMPROVANTES DE REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	136

INTRODUÇÃO

Este Relatório Gerencial de Resultados tem como objetivo demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Contrato de Gestão (CG) nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e a Organização Social Instituto Elo, no 25º Período Avaliatório (01 de janeiro a 31 de março de 2025). Em atendimento ao artigo 71 da Lei Estadual nº 23.081/2018 e ao artigo 50 do Decreto Estadual nº 47553/2018, o presente documento apresentará o comparativo entre as metas estabelecidas e resultados alcançados, bem como informações relevantes acerca do contexto da execução das atividades previstas, as justificativas para os resultados não alcançados e as propostas de ação para superação dos problemas enfrentados neste período avaliatório. Ao final, serão disponibilizados os comprovantes atualizados de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da OS.

Em 2025, houve um aumento significativo na quantidade e algumas alterações no formato dos indicadores pactuados no Plano de Trabalho do IX Termo Aditivo ao CG em relação ao ano anterior. Por consequência, tais alterações reverberaram diretamente na apresentação do Relatório Gerencial de Resultados. Destacam-se a inclusão de novos indicadores, quais sejam, 4.4 - Percentual de alternativas penais ativas aguardando encaminhamento no período avaliatório; 8.1 – Número acumulado de atendimentos realizados pelo Serviço Apec; 8.2 - Número acumulado de ações do Serviço Apec junto às redes de apoio; 10.4 - Taxa de Rotatividade de pessoal (Turnover) e 13.1 - Taxa de homicídios consumados ocorridos nas áreas de abrangência dos Programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos. Ao todo, Plano de Trabalho conta com 35 indicadores e 17 produtos, dentre os quais destacam-se 4 novas implantações de Unidades de Prevenção à Criminalidade (UPCs) e o desenvolvimento do Sistema Integrado de Monitoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade.

O 25º período avaliatório de 2025 apresenta uma performance positiva, de modo que se observa o cumprimento integral ou parcial de quase todos os indicadores pactuados. No que se refere aos produtos e ações, esse período é marcado por entregas importantes que exigiram um grande esforço de vários atores da parceria IElo e Supec: I) Lançamento do Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher, **Proteja Minas**, em 15 de janeiro, e inauguração da primeira UPC no município de Uba, em 08 de março; II) De novembro de 2024 a março de 2025, todas as UPCs e de Programas de Prevenção do estado realizaram 86 projetos de diversas temáticas, os chamados **Projetos de Prevenção**. Para viabilizar as ações, as UPCs receberam um verba de até R\$ 3.392,86 e desenvolveram projetos adequados à realidade local, podendo optar pela construção de um projeto específico para cada Programa ou único para os dois Programas da UPC. Avaliações preliminares indicam que os projetos tiveram efeitos positivos importantes e persistentes nos territórios e para os Programas, alcançando centenas de pessoas com ações de acesso à cultura, lazer e direitos, bem como promovendo maior fortalecimento com a rede parceira. A previsão é que sejam executados mais quatro projetos no próximo período avaliatório; III) Realização do **Projeto Alvorada** com o público do PrEsp, ação que visa a inclusão social e a reintegração no mercado de trabalho de pessoas que saíram do sistema prisional; IV) Início do **“É na base”** e do processo de **expansão das oficinas do PMC**, com a previsão de execução de 74 oficinas ativas em 2025; V) reestruturação dos cargos estratégicos da OS, com a extinção dos cargos de supervisor metodológico e supervisor da gestão e criação do cargo de supervisor da prevenção; VI) conclusão do primeiro ciclo do **processo de padronização e gestão dos arquivos** do Programa Ceapa em todas as UPCs e continuidade da implantação desse processo junto aos programas PrEsp, Fica Vivo!, PMC em suas respectivas Unidades; VII) encerramento das atividades do programa Se Liga no âmbito do CG 002/2019.

A seguir, descrevem-se os resultados e desafios apresentados ao longo do trimestre para cada um dos indicadores.

Tabela 1 – Comparativo entre as metas previstas e realizadas

Área Temática	Indicador	Peso (%)	Metas	Resultados		
			25º Período Avaliatório jan/25 a mar/25			
1	 Programa Mediação de Conflitos	1.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	5	• 17.270 •	• 17.908 •
		1.2	Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	5	• 3.049 •	• 3.012 •
		1.3	Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	4	• 3.720 •	• 3.770 •
2	 FICA VIVO!	2.1	Média mensal de encontros de oficinas executados por meio do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	• 3.040 •	• 3.228 •
		2.2	Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	• 8.740 •	• 8.626 •
		2.3	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	• 28.800 •	• 31.641 •
		2.4	Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	• 146 •	• 143 •
3	 se LiGa	3.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	3	• 585 •	• 841 •
		3.2	Número acumulado de ações estratégicas junto à rede de proteção social das pessoas acompanhadas pelo Programa Se Liga	3	• 450 •	• 308 •
		3.3	Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas	3	• 225 •	• 229 •
4	 CEAPA Considere a Alternativa	4.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	5	• 22.428 •	• 23.294 •
		4.2	Percentual de alternativas penais cumpridas no período avaliatório, conforme determinação judicial	5	• 75% •	• 73% •
		4.3	Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	4	• 1.602 •	• 1.429 •
		4.4	Percentual de alternativas penais ativas aguardando encaminhamento no período avaliatório	1	• 18% •	• 2,87% •

Área Temática	Indicador	Peso (%)	Metas	Resultados	
			25º Período Avaliatório jan/25 a mar/25		
5 	5.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp	5	• 5.976 •	• 5.900 •
	5.2	Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PrEsp por período avaliatório	5	• 80% •	• 86% •
	5.3	Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	4	• 655 •	• 700 •
6  Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulheres e responsabilização de homens autores de violência	6.1	Número acumulado de Encontros de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher executados	1	• 6 •	• 31 •
	6.2	Número acumulado de atendimentos de prevenção e enfrentamento a violências e violações contra a mulher e responsabilização de homens autores de violência contra a mulher	1	• 525 •	• 481 •
	6.3	Número acumulado de ações do Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal	1	• 90 •	• 103 •
7 	7.1	Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas	5	• 180 •	• 183 •
	7.2	Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas	5	• 540 •	• 526 •
	7.3	Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas	4	• 140 •	• 314 •
8 Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (Apec)	8.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Serviço Apec	2	• 2.850 •	• 3.771 •
	8.2	Número acumulado de ações do Serviço Apec junto às redes de apoio	1	• 723 •	• 379 •
9 Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher	9.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Prevenção à Violência contra a Mulher	1	• 125 •	• 11 •
10 Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política	10.1	Número acumulado de supervisões da gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	1	• 91 •	• - •
	10.2	Número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes Técnicas dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade	1	• 203 •	• - •

Área Temática	Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
				25º Período Avaliatório jan/25 a mar/25	
de Prevenção Social à Criminalidade	10.3	Número acumulado de capacitações realizadas pela supervisão metodológica e da supervisão da gestão	1	• 45 •	• - •
	10.4	Taxa de Rotatividade de pessoal (Turnover)	1	• 2,5% •	• 2,5% •
11 Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	11.1	Número de Relatórios Analíticos das UPCs de base territorial	1	• 66 •	• 66 •
	11.2	Número de relatórios de gestão dos Programas de Prevenção à Criminalidade	1	• 6 •	• 6 •
12 Gestão da Parceria	12.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	1	• 100% •	• - •
	12.2	Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	1	• 100% •	• - •
13 Monitoramento de Homicídios nas áreas de abrangência de UPCs territoriais	13.1	Taxa de homicídios consumados ocorridos nas áreas de abrangência dos Programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos	1	• - •	• - •

Tabela 2 – Produtos previstos

Área Temática	Produto		Status
Produtos	2.2	Diagnóstico de Implantação de UPC de abrangência territorial – Contagem	• 100% • • Aprovado •
	3.2	Desenvolvimento do primeiro módulo do Sistema Integrado de Monitoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade	• 100% • • Aprovado •
	1.1	Implantação de UPC de abrangência regional (Ubá)	• 100% • • Aprovado •

DETALHAMENTO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Contextualização geral do Programa e dos indicadores no período avaliatório

Neste 25º Período Avaliatório, o Programa Mediação de Conflitos alcançou dois dos três indicadores que mensuram a execução do Programa nos territórios.

No âmbito do **Indicador 1.1 - número acumulado de atendimentos**, foram realizados ao longo do trimestre um total de 17.911 atendimentos em números absolutos, alcançando a meta pactuada para o trimestre em 104%, aproximadamente. Conforme demonstra o gráfico a seguir:

Ressalta-se que, apesar do aumento habitual da meta quando um novo ano se inicia, as equipes produziram um aumento expressivo no número de atendimentos acumulados. Isso se justifica pelo fato da realização de diversos projetos de prevenção realizados ao longo deste trimestre. É também reflexo dos projetos e ações executadas no ano anterior que deram maior visibilidade e vinculação dos moradores e moradoras ao Programa Mediação de Conflitos. Em razão de ações do mês da mulher e do comprometimento com o Projeto Institucional, o mês de março costuma ter um maior número de atendimento. No entanto, ele teve uma leve diminuição se comparado com o mesmo período no ano de 2024, mas que foi compensado considerando o aumento progressivo dos meses.

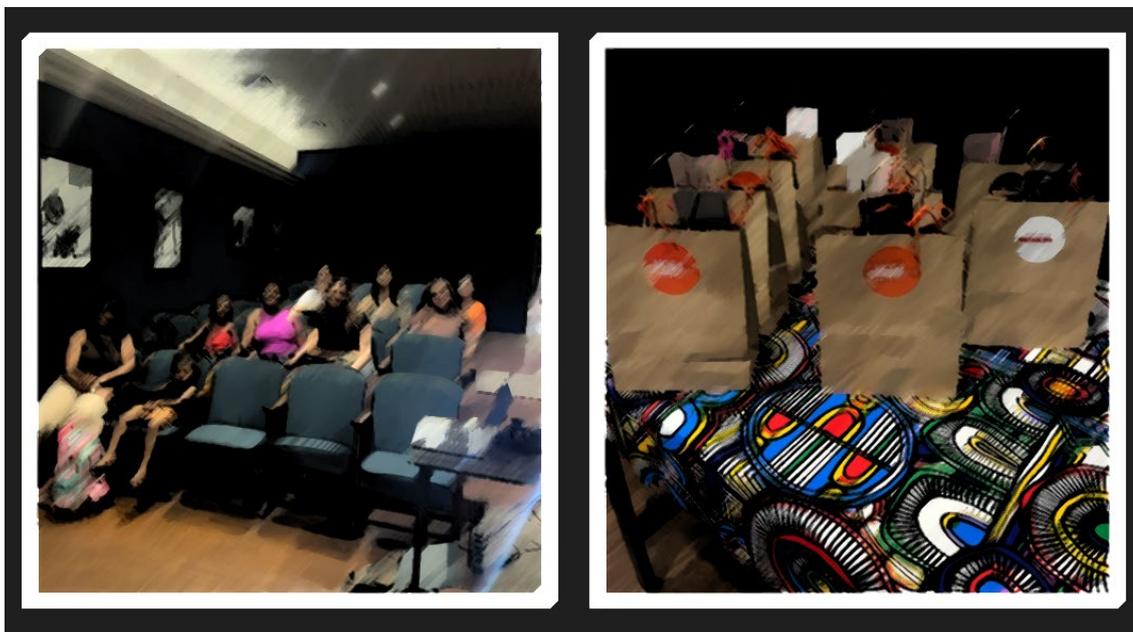
Destaca-se nesse trimestre o aumento significativo no número de atendimentos em Projetos. Em fevereiro, foi possível executar os últimos Projetos de Prevenção com recurso financeiro e em março foi realizado o Projeto Institucional “É na base! PMC e Escolas de MG na Prevenção e Enfrentamento às violências contra meninas e mulheres”. Como explicado em relatórios anteriores, o projeto com recursos consistiu no estabelecimento de um recurso financeiro para cada Unidade de Prevenção à Criminalidade (UPC), com o valor que poderia ser dividido entre os dois programas de base territorial: Mediação de Conflitos e Fica Vivo! (ficando a critério de cada UPC). Essa divisão visa proporcionar a cada equipe a flexibilidade necessária para utilizar os recursos de forma estratégica, considerando os fatores metodológicos, territoriais, sociais e criminais identificados. O recurso foi disponibilizado no último trimestre do ano de 2024, tendo as equipes o prazo de execução até fevereiro de 2025.



Projeto Mutirão, Por Elas - PMC Morro das Pedras e Ventosa

O gráfico abaixo evidencia mudanças no perfil dos atendimentos ao longo do ano. No primeiro trimestre de 2024, os atendimentos individuais e organização comunitária superaram os do ano atual. No entanto, com o investimento realizado durante o ano de 2024 nas frentes coletivas e o provimento de recursos para a realização de projetos, houve aumento nos atendimentos de oficina e projetos.

Reforçamos que muitas equipes já tinham em seu planejamento a execução no mês de fevereiro, porém, verificamos que outras equipes tiveram sobra de recurso e fizeram um segundo momento e/ou um novo projeto aproveitando o tempo que ainda restava. Observa-se, assim, um aumento significativo no número de atendimentos em fevereiro, em relação a janeiro. Fomos de 403 para 1168 atendimentos, em cada mês, respectivamente.



Segundo momento do Projeto Embolada Cultural → Cine PMC - PMC Olavo Costa

Finalizadas as execuções, os projetos com recurso foram avaliados como de fundamental importância para atuação do Programa Mediação de Conflitos nos territórios. Tais projetos possibilitam uma melhor e contínua aproximação das equipes com os moradores e moradoras, solidificação do vínculo, aprofundamento das leituras das dinâmicas locais, sociais e criminais, além do aperfeiçoamento e da melhor concretização da Rede de Proteção Social.

A frente de projetos já é uma atuação conhecida das equipes. A possibilidade de execução com recurso, no entanto, permitiu que esses atendimentos fossem ampliados e fossem criadas as mais diversas formas de estratégia, desde rodas de conversa até visitas aos centros da cidade. Foi possível verificar o entendimento da proteção social, da mobilização comunitária e da segurança pública cidadã em diversas estratégias. O direito ao lazer, o direito à cidade, os debates sobre território, gênero, meio ambiente, entre outras temáticas, compõem o enfrentamento às violências, o aumento do capital social e a participação social das pessoas numa segurança pública engajada, social e preventiva. Nesse sentido, salientamos a conclusão apresentada no 24º Relatório Unificado da Supervisão, a qual indica que esses projetos não somente aumentam os indicadores de atendimentos, mas também implementam de maneira eficaz ações preventivas contra os fenômenos de violências que acometem os territórios

Em março, na continuidade da frente de atendimento em projetos, tivemos a execução do Projeto Institucional “É na base! PMC e Escolas de MG na Prevenção e Enfrentamento às violências contra meninas e mulheres”, o que também aumentou significativamente o número de atendimentos nessa frente. Tal projeto é realizado pelas equipes há alguns anos e se tem percebido a consumação cada vez mais alinhada e efetiva, tendo inclusive, esse ano, o projeto se expandido para os demais programas da Política de Prevenção Social à Criminalidade. As escolas, referências comunitárias e oficinas são parcerias essenciais para o bom desempenho da atuação dos projetos que têm alcançado níveis mais que satisfatórios do trabalho das equipes.

Conclui-se, com a apresentação desses dados, que houve um equilíbrio maior na execução dessa frente de atendimento quando comparados com o ano anterior. Se no ano passado, o quantitativo de atendimentos em projeto se concentrou em março, com a execução do “É na base! PMC e Escolas de MG na Prevenção e Enfrentamento às violências contra meninas e mulheres”, neste ano, houve uma diluição desses atendimentos nos três primeiros meses do ano, e uma concentração maior em março, como já era esperado. Foi incentivado, nas supervisões in loco com as equipes, que o

planejamento do ano contemplasse e continuasse com os atendimentos em projetos, sendo incentivada a execução trimestral. Há necessidade de direcionar esforços para que mais recursos sejam possibilitados para novas construções.

As oficinas seguem se destacando como uma ferramenta fundamental na criação de estratégias comunitárias voltadas para a prevenção e o enfrentamento das violências nos territórios. O número de atendimentos tem se tornado cada vez mais expressivo e o conhecimento desse tipo de atendimento e atuação tem se solidificado nos territórios. Assim como os projetos e já sinalizado em relatórios anteriores, as oficinas contribuem de maneira dialógica para a resolução de conflitos, que não só melhora as relações sociais, mas também fortalece o capital social das moradoras e, assim sendo, das suas comunidades. Por meio das oficinas, fomenta-se a formação de redes comunitárias mais sólidas, construindo relações de confiança entre os participantes e incentivando a participação ativa das mulheres nas decisões sociais, em seus territórios e na participação da construção da segurança pública. No primeiro trimestre, o somatório de atendimentos já representa 24,4% do total de atendimentos em oficinas no ano de 2024. Para esse ano, foi confirmada e disponibilizado recurso para ampliação das oficinas, o que significa, para além de um aumento considerável desses números, que todas as Unidades de Prevenção de Base Territorial vão contar com, no mínimo, 2 oficinas do Programa Mediação de Conflitos.

Em relação ao segundo indicador do programa 1.2-Média mensal de pessoas atendidas, o resultado alcançado foi bastante positivo, apesar de não ter sido alcançado a meta pactuada. Isso porque foi atingido em 3012 da meta definida em 3049. Apesar desse discreto percentual abaixo, o número absoluto de pessoas atendidas teve um aumento progressivo ao longo dos meses no trimestre, sendo, inclusive, acima da média. Em março, justifica-se o aumento, também pela execução do projeto “É na base! PMC e Escolas de MG na Prevenção e Enfrentamento às violências contra meninas e mulheres”.

Conforme o 24º Relatório Unificado da Supervisão, na análise no ano de 2024, o maior número de pessoas atendidas foi na modalidade de atendimento de organização comunitária, 29,6%, seguidos das pessoas que procuram atendimentos individuais, 28,5%. Para o primeiro trimestre de 2025, conforme planejado, visto o maior incentivo às oficinas e a execução de diversos projetos de prevenção e o projeto institucional, o número de pessoas atendidas nessas modalidades foi consideravelmente maior.

Reitera-se que será seguido o desafio de ampliar o número de pessoas atendidas em atendimentos coletivos. Entretanto, como explicado em relatórios anteriores, esse é um desafio sistêmico para maior coletivização de demandas e atuação comunitária conjunta diante de demandas comuns.

Por fim, tem sido possível, neste trimestre, para além de um equilíbrio, um aumento progressivo no número de pessoas atendidas por período. Os projetos, a maior divulgação do Programa, a presença constante das equipes e da gestão social nos territórios tem fomentado a capilaridade e a capacidade do programa atender mais e novas pessoas. Muitas dessas pessoas tem sido atendidas em mais de uma frente de atendimento, o que promove não somente uma maior vinculação com esses moradores, mas também promove maior autonomia e emancipação desses sujeitos com um ganho no capital social, no acesso à cidadania e direitos.

No que tange ao indicador 1.3 - Ações junto às redes de proteção social, o PMC alcançou a meta global estipulada em 101%, de forma que a meta pactuada era de 3720 ações e foram executadas 3770 ações de articulação com a rede.

A meta estipulada para ações e articulações de rede contabiliza parte do escopo de trabalho realizado pelas equipes. Estes resultados demonstram a consolidação da atuação do Programa nos territórios junto às redes comunitárias e de Proteção Social existentes. Além disso, observa-se que as ações com a rede mantêm uma estabilidade se comparado ao mesmo período de 2024, conforme apresentado no gráfico a seguir. Esses dados sinalizam um tímido aumento das ações, executando um total de 393 ações a mais.

Ainda no que tange a este indicador, observa-se que as equipes têm realizado ações diversificadas com a rede, participando de reuniões de construção de fluxo e alinhamento institucional (1877); discutindo casos (754); encaminhando casos (862) e participando de espaços que discutam temáticas transversais à segurança pública (279). Reitera-se que tais ações ocorrem sempre que possível e necessário, tendo em vista que estão relacionadas às intervenções em casos individuais e/ou coletivos que exijam uma atuação intersetorial qualificada e assertiva. Nesse cenário, as ações de construção de fluxo e alinhamento institucional se destacaram neste primeiro trimestre correspondendo a 50%, 20% de discussão de casos, e 23% de encaminhamentos. Esses dados mostram-se em conformidade com a imprescindível atuação intersetorial do PMC,

baseado na construção conjunta das ações e intervenções, no alinhamento interinstitucional, na discussão de casos e das dinâmicas dos territórios, propiciando o fortalecimento do vínculo com os diferentes atores existentes no território, seja eles pertencentes à rede de proteção social ou à rede comunitária. No que tange a modalidade de participação em comitês e grupos de trabalho que discutam temas transversais à segurança pública, apresentou 7% das ações com a rede realizadas pelas equipes, uma vez que estas atividades acontecem de forma pontual e não exigem tanto investimento das equipes por não compor o escopo principal de atuação do PMC.

Salienta-se que a continuidade da construção do projeto de prevenção às violências com recurso também possibilitou o fortalecimento da relação entre a equipe e as redes comunitárias, assim como com as próprias referências comunitárias, tendo em vista que foi essencial a construção conjunta e alinhamento do projeto e com as referências comunitárias e outras redes. Um exemplo foi o Projeto “Mulheres pela Liberdade”, realizado pela equipe do PMC Vila Pinho, em que a ideia surgiu a partir do “café com referências” que ocorre na UPC, em que as referências pontuaram a dificuldade de terem um tempo de cuidado de si mesmas, e que possibilita maior integração entre elas e com outras referências do território, assim como trouxeram os desafios de ocupar outros espaços da cidade e o quanto isso impacta em vários aspectos das dinâmicas sociais do território.



Projeto Mulheres pela Liberdade - PMC Vila Pinho

Houve também o Projeto de Prevenção “Mutirão, Por Elas”, realizado pela equipe do Morro das Pedras, que foi construído em conjunto com uma das oficinas, que é também uma importante referência comunitária do território. O Projeto tinha como objetivo fazer um debate ampliado sobre gênero e violência, pensando nas vivências das mulheres em seus mais diversos âmbitos, seja seu pertencimento social, territorial e suas possibilidades de atuação política, de lazer e construção da segurança pública.

Ademais, é ressaltado a construção e planejamento do Projeto “É na base” neste trimestre, que contribui para a aproximação e consolidação da parceria do PMC com as escolas do território. Neste projeto fez-se fundamental a construção das intervenções em conjunto com a escola e a comunidade escolar, visando estreitar o vínculo tanto com a comunidade quanto com a escola, a fim de prevenir a incidência de violência de gênero contra as e meninas e mulheres. Nessa conjuntura, se destaca que a partir das interlocuções com os atores partícipes as equipes construíram diferentes modos criativos de abordar a temática. Como por exemplo, a intervenção realizada pelo PMC Ribeiro de Abreu que fez uso da técnica do teatro do oprimido para levar a reflexão/discussão acerca da temática proposta.

Por fim, salienta-se que devido à comemoração do Dia Internacional da Mulher, muitas equipes realizaram ações em conjunto com a rede a fim de dar visibilidade a essa pauta tão importante e que continua vitimizando mulheres em diferentes territórios. Além disso, no mês de março, os espaços das oficinas também se fizeram importantes para a realização de discussões e reflexões acerca da violência de gênero contra mulheres e meninas através do podcast do Programa Proteja Minas.

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos	
Indicador nº 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 17.270 •	• 17.908 •
Descrição do Indicador	
<p>O Programa Mediação de Conflitos - PMC tem por objetivo promover meios pacíficos de administração de conflitos em níveis interpessoais, comunitários e institucionais, que contribuam para minimizar, prevenir e/ou evitar que estes se desdobrem em situações de violências e criminalidade, a partir de atendimentos e da realização de oficinas. Tem como público-alvo moradores dos territórios correspondentes às áreas de abrangência das UPCs, que registram elevada incidência de criminalidade violenta. Seu foco é prevenir fatores de risco, agregar valores ao capital social preexistente e possibilitar a administração de conflitos potenciais e/ou concretos, evitando que esses sejam propulsores de situações violentas e delituosas entre o seu público atendido.</p> <p>Este indicador visa a mensurar a quantidade de atendimentos realizados pelo PMC, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do Programa, tendo em vista a concepção de mediação comunitária.</p> <p>Para fins deste indicador, são considerados atendimentos cada intervenção realizada nas seguintes modalidades:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. casos individuais: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos; 2. casos coletivos: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos; 3. projetos: intervenções que visam a trabalhar, a partir da demanda local ou institucional, as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos; 4. ações de organização comunitária: intervenções que visam ao fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam; 5. Oficinas do Programa Mediação de conflitos: intervenções coletivas realizadas, preferencialmente, por moradores das áreas de abrangência do Programa, com potencial em mobilização social e manejo para condução de grupos, abordando com as comunidades temáticas sobre as violências, segurança pública, direitos humanos e cidadania, além de potencializar a participação social para o enfrentamento às violências. 	
Fonte de comprovação do indicador	
<p>Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.</p>	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 25º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019, de 01/01/2025 a 31/03/2025 foram realizados cumulativamente • 17.908 • atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta para o trimestre era de • 17.270 •, atingiu-se 104% do objetivo previsto. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade.

Tabela 3 - Distribuição do número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos por UPC

UPC	24º PA	JAN	FEV	MAR	TOTAL
CABANA	1769	115	175	241	531
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	984	49	84	156	289
JARDIM FELICIDADE	1555	155	125	148	428
JARDIM LEBLON	2451	179	260	193	632
MINAS CAIXA	1317	149	281	220	650
MORRO DAS PEDRAS	1866	190	161	187	538
PEDREIRA PRADO LOPES	1117	94	153	116	363
PRIMEIRO DE MAIO	1314	79	149	126	354
RIBEIRO DE ABREU	2818	147	186	340	673

UPC	24º PA	JAN	FEV	MAR	TOTAL
SANTA LÚCIA	1173	131	140	87	358
SERRA	2140	177	415	182	774
TAQUARIL	4794	269	133	156	558
VILA PINHO	2122	143	156	200	499
CITROLÂNDIA	2080	224	204	290	718
JARDIM D AS ALTEROSAS	1949	117	155	254	526
JARDIM TERESÓPOLIS	3165	241	226	409	876
PTB	2248	221	300	458	979
ESTRELA DALVA	0	0	1	48	49
NOVA CONTAGEM	2477	77	157	245	479
RESSACA	1297	119	103	249	471
CARAPINA	1742	156	146	245	547
TURMALINA	3828	204	263	316	783
BOM JARDIM	1814	162	236	224	622
OLAVO COSTA	2207	183	210	285	678
CRISTO REI	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	3256	204	233	381	818
JUSTINÓPOLIS	865	103	64	74	241
ROSANEVES	1794	128	101	122	354
VENEZA	2380	190	293	280	763
PALMITAL	3298	207	226	293	726
VIA COLÉGIO	1986	117	155	196	468
JARDIM CANAÃ	1188	77	108	188	373
MORUMBI	2074	159	133	198	490
MORRO ALTO	801	52	95	156	303
TOTAL	65869	4818	5827	7263	17911

Como afirmado na introdução deste relatório, superou-se a meta estipulada para o Indicador 1.1 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos, portanto, assim como em demais relatórios, iremos destacar somente duas equipes, seja pelo aumento muito superior à meta ou indicador muito abaixo. A equipe do Taquaril ficou abaixo da meta estipulada em 67%, isto porque uma importante oficina e referência comunitária solicitou seu desligamento. A oficina tinha um contingente expressivo de mulheres e, por questões pessoais, foi preciso encerrar a participação no Programa. Houve a indicação de outras possíveis mulheres e referências para dar continuidade ao seu trabalho, mas enquanto os projetos eram avaliados e essas pessoas eram entrevistadas para o desenho dessa nova oficina, houve, necessariamente, o rompimento da oficina e, portanto, um número menor de atendimentos. Com somente duas oficinas, mesmo com o empenho da equipe nas outras frentes de atendimento, não foi possível alcançar a meta visto a importância dessa oficina em específico para o território e para o programa. Inclusive, foi construído com a equipe e com essas participantes um desligamento que gerasse o mínimo de impacto qualitativo para o território e tem sido possível construir estratégias, além de dar continuidade com uma nova pessoa. Essa continuidade, no entanto, será pensada respeitando aquilo que foi construído no passado, respeitando, também, o empenho das participantes em permanecer com a oficina, mas também possibilitando uma renovação e as especificidades da nova oficina no seu trato com o território e com essas mulheres.

A equipe do PTB ultrapassou a meta estipulada em 249% tendo em vista a execução do projeto com recurso, “Minha Melhor Versão: Autocuidado e Bem Estar”, que ocorreu em duas etapas. Na primeira, o projeto potencializou espaço de atendimento destinado às mulheres, oportunizando um espaço de escuta e acolhimento, partilha de informações e orientações, autocuidado combinado com atividades físicas, e contou com a participação de mulheres empreendedoras locais. A segunda etapa viabilizou um momento de circulação com acesso a uma sessão de cinema, sendo que para muitas delas, essa foi a primeira oportunidade de acesso ao espaço e durante os momentos de falas destacaram a importância de estarem juntas fora do espaço de oficina. Além disso, observamos que a oficina contribuiu com 77% dos atendimentos realizados ao longo do trimestre, possibilitando que o PMC alcance cada vez mais mulheres do território, uma vez que a oficina tem propiciado um ambiente que vai além da prática física, tornando-se um espaço para compartilhamento de experiências, histórias e saberes, fortalecendo o coletivo e promovendo o espaço de protagonismo feminino nas pautas da segurança cidadã e prevenção às violências. Por fim, destaca-se a execução do projeto “É na base” que também contribuiu

com os resultados obtidos, dialogando com alunos da Escola Municipal Ângela Ribeiro Batista Maia a temática da violência de gênero contra meninas e mulheres.



Área Temática: Programa Mediação de Conflitos	
Indicador nº 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 3.049 •	• 3.012 •
Descrição do Indicador	
<p>Descrição: Para além do quantitativo de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos, é importante verificar o alcance do Programa quanto ao número de pessoas atendidas por ele. Para fins desse indicador, serão consideradas as pessoas atendidas nas seguintes modalidades de atendimento, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do PMC, tendo em vista a concepção de mediação comunitária:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. casos individuais: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos; 2. casos coletivos: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos; 3. projetos: intervenções que visam a trabalhar, a partir da demanda local ou institucional, as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos; 4. ações de organização comunitária: intervenções que visam ao fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam; 5. Oficinas do Programa Mediação de conflitos: intervenções coletivas realizadas, preferencialmente, por moradores das áreas de abrangência do Programa, com potencial em mobilização social e manejo para condução de grupos, abordando com as comunidades temáticas sobre as violências, segurança pública, direitos humanos e cidadania, além de potencializar a participação social para o enfrentamento às violências. 	
Fonte de comprovação do indicador	
<p>Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.</p>	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 25º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019, de 01/01/2025 a 31/03/2025 foram atendidas em média • 3.012 • pessoas nas diversas modalidades de atendimentos do Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 3.049 •, alcançou-se 98% do estabelecido. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de pessoas atendidas em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 4 - Distribuição da média mensal por UPC

UPC	JAN	FEV	MAR	TOTAL
CABANA	76	138	88	302
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	36	33	95	164
JARDIM FELICIDADE	69	54	84	207
JARDIM LEBLON	48	60	51	159
MINAS CAIXA	43	118	72	233
MORRO DAS PEDRAS	71	71	116	258
PEDREIRA PRADO LOPES	34	93	60	187
PRIMEIRO DE MAIO	39	91	80	210
RIBEIRO DE ABREU	86	57	222	365
SANTA LÚCIA	76	85	36	197
SERRA	53	249	84	386
TAQUARIL	80	53	71	204
VILA PINHO	51	45	101	197
CITROLÂNDIA	138	111	199	448
JARDIM DAS ALTEROSAS	46	82	121	249
JARDIM TERESÓPOLIS	116	114	264	494

UPC	JAN	FEV	MAR	TOTAL
PTB	65	90	105	260
ESTRELA DALVA	0	1	46	47
NOVA CONTAGEM	49	114	176	339
RESSACA	46	34	233	313
CARAPINA	68	49	194	311
TURMALINA	99	95	177	371
BOM JARDIM	56	156	106	318
OLAVO COSTA	57	65	150	272
CRISTO REI	0	0	0	0
SANTOS REIS	92	82	152	326
JUSTINÓPOLIS	81	62	68	211
ROSANEVES	56	26	67	151
VENEZA	67	150	154	371
PALMITAL	98	103	162	363
VIA COLÉGIO	65	92	110	267
JARDIM CANAÃ	65	78	165	308
MORUMBI	71	86	151	308
MORRO ALTO	29	69	144	242
TOTAL	2126	2806	4104	9038

Para o Indicador 1.2 - Média mensal de Pessoas Atendidas, também iremos destacar duas equipes, Taquaril e Santos Reis. Como os indicadores possuem movimentos mútuos, a mesma justificativa apresentada para o Indicador 1.1 será trazida para esse número abaixo da meta da equipe do Taquaril. Ele apresentou 41% do número estabelecido. Assim, o desligamento da oficina e, portanto, o fato de estarmos com uma oficina a menos no território impactou significativamente na média de pessoas. Apesar do vínculo estabelecido das participantes com o PMC, foi percebido que existia um vínculo muito maior com a pessoa da oficina, não de forma institucionalizada. Com a saída, muitas dessas atendidas param de participar de outras ações, projetos e eventos promovidos pela equipe. A equipe, contudo, não poupou esforços para restabelecer o diálogo e a parceria com essas mulheres, além de promover uma autonomia desse grupo frente a essa situação. Foram pensadas muitas formas desse grupo continuar e permanecer institucionalizado, pela benéficas que isso traz e não pela necessidade, pois foi avaliado que o grupo teria condições de seguir autonomamente. Assim, foram aceitos projetos e realizadas entrevistas com mulheres participantes que poderiam dar continuidade a oficina, porém com um novo desenho que respeitasse não somente o perfil da nova oficina, mas também as novas demandas do território.

A equipe do PMC Santos Reis ultrapassou a meta estipulada em 178% em função do alcance dos atendimentos nas modalidades de atendimentos coletivos, nesse contexto, tanto as oficinas quanto o Projeto "É na base" contribuíram para o alcance desses resultados. Ressaltamos que as oficinas alcançaram 76% de atendimentos, o que impacta na média de pessoas atendidas, uma vez que ao longo dos meses essa modalidade vai aumentando gradativamente sua capilaridade de atendimento no território. Em relação ao Projeto "É na base", que ocorreu em março, a equipe consegue alcançar o público da comunidade escolar e discutir a prevenção a violência de gênero contra as meninas e mulheres, em especial alunos, que de modo geral não buscam atendimentos do programa ao longo do ano.

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos	
Indicador nº 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 3.720 •	• 3.770 •
Descrição do Indicador	
<p>O Programa Mediação de Conflitos atua na perspectiva da mediação comunitária, concebendo como essencial a interlocução com a rede de proteção social para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades. Nesse sentido, as intervenções do Programa são construídas em diálogo, mobilização e cooperação com a rede parceira. Metodologicamente, entende-se por rede parceira as referências comunitárias e instituições atuantes na garantia e defesa dos direitos do público atendido.</p> <p>Este indicador objetiva mensurar as ações construídas em rede, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do PMC, que favoreçam o acesso a direitos do público atendido pelo PMC.</p> <p>Para fins deste indicador, são consideradas ações junto às redes de proteção social:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Participação em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes que discutam temas transversais à segurança cidadã e à mediação comunitária; 2. Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno de violência e criminalidade com a rede de proteção social; 3. Discussão de casos com a rede de proteção social; 4. Encaminhamentos para a rede parceira nos casos individuais e coletivos de orientação para acesso a direitos realizados pelo Programa; 	
Fonte de comprovação do indicador	
<p>Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.</p>	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 25º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019, de 01/01/2025 a 31/03/2025 foram realizadas cumulativamente • 0 • ações junto às redes de apoio do Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 3.720 •, foi alcançado 101% da meta. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 5 - Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social

UPC	25º PA	JAN	FEV	MAR	TOTAL
CABANA	518	45	46	35	126
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	266	33	27	24	84
JARDIM FELICIDADE	322	17	17	7	41
JARDIM LEBLON	462	30	32	37	99
MINAS CAIXA	269	50	37	46	133
MORRO DAS PEDRAS	704	68	72	51	191
PEDREIRA PRADO LOPES	345	35	34	30	99
PRIMEIRO DE MAIO	501	34	51	54	139
RIBEIRO DE ABREU	396	35	29	36	100
SANTA LÚCIA	348	38	26	29	93
SERRA	599	52	61	47	160
TAQUARIL	506	44	61	50	155
VILA PINHO	381	35	36	40	111
CITROLÂNDIA	625	70	72	60	202
JARDIM DAS ALTEROSAS	243	21	28	22	71
JARDIM TERESÓPOLIS	588	51	41	52	144
PTB	269	34	41	38	113

UPC	25º PA	JAN	FEV	MAR	TOTAL
ESTRELA DALVA	0	0	11	15	26
NOVA CONTAGEM	456	54	33	52	139
RESSACA	298	32	27	33	92
CARAPINA	532	43	52	54	149
TURMALINA	731	54	52	57	163
BOM JARDIM	231	14	25	25	64
OLAVO COSTA	633	57	64	51	172
CRISTO REI	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	448	22	17	43	82
JUSTINÓPOLIS	295	22	20	27	69
ROSANEVES	310	24	12	17	55
VENEZA	617	56	38	46	140
PALMITAL	648	73	56	57	186
VIA COLÉGIO	325	22	25	25	72
JARDIM CANAÃ	424	34	40	39	113
MORUMBI	446	41	36	31	108
MORRO ALTO	275	26	30	25	81
TOTAL	14011	1266	1249	1255	3772

As equipes de destaque para o Indicador 1.3 - Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social, são Citrolândia e Jardim Felicidade. Em relação a equipe do Citrolândia foi possível observar que o aumento expressivo no número de discussões de caso com a rede de proteção social aumentou consideravelmente o número acumulado de ações com a rede, possibilitando ultrapassar a meta em 150%. Essa é uma equipe que concentra um número maior de atendimentos individuais, em comparação com as demais frentes de atendimento, e tem como demanda principal pensão de alimentos, divórcio e separação, o que justifica esse intenso fluxo de contatos com a rede para discussão de caso. No entanto, será necessário avaliar frente a gestão social, uma vez que as novas atribuições do cargo competem isso, uma maior ampliação para demais formas de atendimento, promovendo um equilíbrio entre as práticas. Esse equilíbrio também será necessário e precisa ser verificado em todas as ações de rede, seja na construção de fluxos, participação em comitês e demais espaços, além de encaminhamentos. Isso será levado em espaços de Supervisão da Prevenção para a Gestão Social, tanto no entendimento do método como das possibilidades e importâncias dos indicadores para, posteriormente, ser trabalhado com a equipe.

A equipe do PMC do Jardim Felicidade alcançou 41% da meta estabelecida no que tange a ações junto às redes de proteção social. Nesse contexto observa-se que muitos serviços passam por um período de reorganização, assim como observa-se a dificuldade de contato com o judiciário em janeiro, uma vez que é o período de recesso. Além disso, observamos uma diminuição das discussões de casos, de construção de fluxos e alinhamento institucional em decorrência da complexidade dos casos atendidos pela equipe.

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA DE CONTROLE DE HOMICÍDIOS FICA VIVO!

Contextualização Geral dos Indicadores do Programa:

O primeiro trimestre correspondente ao 25º período avaliativo evidencia o alcance das metas estipuladas para os indicadores 2.1 e 2.3. Para esses indicadores, houve desempenho acima das expectativas, em contraposição ao indicador 2.2, que alcançou 94% da meta estipulada.

Segue abaixo o descritivo das metas e os quantitativos efetivamente alcançados no trimestre:

Indicador	Meta	Alcançado	%
2.1	3040	3228	106%
2.2	8740	8626	99%
2.3	28800	31641	110%

Tabela 1: Indicadores e metas

Os resultados apresentados correlacionam-se ao desempenho das equipes técnicas, oficinairos e gestores sociais, apontando comprometimento no desenvolvimento do trabalho executado nas áreas de abrangência das unidades de prevenção à criminalidade. Embora tenha se constituído enquanto um trimestre desafiador, visto as especificidades presentes nos territórios, as mudanças significativas nas dinâmicas que pautam as violências e a reconfiguração do escopo do cargo da supervisão metodológica, compreende-se que as metas estabelecidas para o período avaliatório correspondente foram alcançadas.

Nos meses de janeiro, fevereiro e março, pôde-se perceber discreta oscilação nos registros de homicídios registrados nos territórios de atuação do Programa Fica Vivo!, visto que apresentaram redução de homicídios em contraponto ao aumento de situações de violências.

Em relação ao acompanhamento das atividades desenvolvidas nos territórios, ressalta-se as alterações nos quadros de oficinas, considerando os desligamentos, implantações e substituições de oficinas e oficinairos. Outro ponto relevante, esteve relacionado a reorganização e redistribuição das vagas de oficinas estipuladas como teto máximo de implantações direcionadas às áreas de abrangência, elementos que impactam o alcance da meta, mas orienta as equipes e viabiliza os avanços e alcance do indicador 2.2.

Analisando os desafios encontrados ao longo do primeiro trimestre, cabe mencionar a organização atípica utilizada enquanto estratégia de condução para acompanhamento das equipes técnicas no período de transição e reconfiguração da equipe de supervisores. Para o período de transição, fez-se necessário estruturar espaços de supervisões metodológicas direcionadas à organização do fluxo de trabalho para apresentação aos gestores sociais. Pautar os elementos metodológicos que nortearam as ações, projetos e atendimentos realizados pelas equipes técnicas, bem como reforçar a necessidade de compartilhamento, alinhamento e construção junto aos gestores. A proposta de alinhamento junto às equipes teve por objetivo favorecer o compartilhamento das informações por parte das equipes, ainda que sob acompanhamento contínuo dos gestores, objetivando reduzir possíveis impactos à continuidade do trabalho desenvolvido em cada território. Acreditamos que a transmissão qualificada implica no início de um acompanhamento metodológico também qualificado.

No que se refere aos atendimentos realizados pelas equipes técnicas, destacam-se aqueles que extrapolam os espaços das oficinas e que constantemente contribuem significativamente para o alcance das metas estipuladas no 25º período avaliatório. Em particular neste trimestre, destaca-se os projetos de prevenção executados nos territórios, a partir das especificidades apresentadas, sendo eles locais ou de circulação. Os projetos de prevenção enquanto modalidade de atendimento, foram elaborados e executados de maneira estratégica, considerando as demandas apresentadas pelas

juventudes, a dinâmica social das violências e criminalidades, temáticas que perpassam as juventudes, situações de violências e, por fim, a prevenção de homicídios.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**Indicador nº 2.1:** Média mensal de encontros de Oficinas executados por meio do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**Meta do período avaliatório**

• 3.040 •

Resultado do período avaliatório

• 3.228 •

Descrição do Indicador

As oficinas do Programa Fica Vivo! são estratégias de aproximação e atendimento ao público do Programa (adolescentes e jovens de 12 a 24 anos, moradores das áreas de abrangência da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Base Territorial) que extrapolam a dimensão do ofício.

As oficinas devem ser realizadas, preferencialmente, por moradores das áreas de abrangência das UPCs (chamados de oficinairos), e que possuam experiência de trabalho com adolescentes e jovens anterior à chegada ao Programa. Os oficinairos se vinculam à Política de Prevenção Social à Criminalidade/Programa Fica Vivo! de forma a receber orientações no que tange a ações voltadas para a prevenção e redução de homicídios de adolescentes e jovens.

As propostas de oficinas deverão ser selecionadas via edital público permanente e aprovadas pelas equipes técnicas do Programa Fica Vivo!, considerando a demanda local, as especificidades dos territórios atendidos e se as mesmas respondem aos objetivos e diretrizes do Programa.

A realização de cada oficina deverá se dar, no mínimo, em 2 (dois) encontros por semana, totalizando 5 (cinco) horas semanais de execução de projeto.

Este indicador visa a mensurar a média mensal de encontros de oficinas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Para isso será contabilizado o somatório do número de encontros de oficinas realizados em cada mês do período, dividido pelo número de meses do período avaliatório.

Fonte de comprovação do indicador

Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No que se refere especificamente ao indicador 2.1, nota-se que o Programa realizou, em média, • 3.228 • encontros de oficiais por mês. A meta estabelecida foi de • 3.040 •. Portanto, o programa superou em 106% o estabelecido. Na Tabela abaixo pode-se observar a quantidade de encontros realizados nos territórios em que as oficinas foram retomadas.

Performance do Indicador

Tabela 6 - Média mensal de encontros de oficinas executados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

UPC	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	MÉDIA
CABANA	150	154	171	158
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	68	70	82	73
JARDIM FELICIDADE	124	99	120	114
JARDIM LEBLON	99	90	103	97
MINAS CAIXA	100	80	92	91
MORRO DAS PEDRAS	104	88	111	101
PPL	83	93	101	92
PRIMEIRO DE MAIO	91	69	88	83
RIBEIRO DE ABREU	115	99	100	105
SANTA LÚCIA	106	93	105	101
SERRA	127	104	129	120
TAQUARIL	139	120	113	124
VILA PINHO	80	78	78	79
CITROLÂNDIA	93	98	111	101
JARDIM DAS ALTEROSAS	81	69	69	73
JARDIM TERESÓPOLIS	79	64	73	72
PTB	95	81	87	88

UPC	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	MÉDIA
ESTRELA D'ALVA	0	0	0	0
NOVA CONTAGEM	155	147	150	151
RESSACA	82	77	82	80
CARAPINA	80	74	73	76
TURMALINA	70	63	65	66
BOM JARDIM	90	72	87	83
OLAVO COSTA	95	88	106	96
CRISTO REI	0	0	0	0
SANTOS REIS	114	104	104	107
JUSTINÓPOLIS	111	105	106	107
ROSANEVES	98	89	111	99
VENEZA	150	133	140	141
PALMITAL	143	129	136	136
VIA COLÉGIO	91	96	99	95
JARDIM CANAÃ	121	99	84	101
MORUMBI	112	93	102	102
MORRO ALTO	111	114	118	114
TOTAL	3357	3032	3296	807

Na apresentação do indicador 2.1, verifica-se que o Programa realizou, em média, 3.228 encontros de oficinas por mês. A meta estabelecida foi de 3.040 encontros. Assim, o programa excedeu a meta estabelecida em 6%.

A seguir, destaca-se os territórios e equipe que evidenciaram o bom desempenho, bem como aquelas que apresentam necessidade de avanços:

Nova Contagem

A UPC Nova Contagem apresenta ótimos índices no que se refere ao número de encontros de oficinas nos últimos trimestres. O destaque para o alcance das metas estabelecidas se deve a diversos fatores, sendo eles: a organização do grupo de oficinheiros; o investimento da equipe técnica no acompanhamento, orientação e suporte aos oficinheiros; o alinhamento e construção de alternativas que visem organizar os espaços de oficinas no que se refere a possíveis reposições; a implantação de novas oficinas a partir da qualificação das demandas apresentadas pelas juventudes. Todos os elementos mencionados, relacionam-se à efetividade do alcance das metas estabelecidas para o indicador 2.1.

Turmalina

A UPC Turmalina apresentou resultados aquém do esperado para o indicador 2.1. Ainda que com o investimento e esforço da equipe técnica para localização de proponentes que compreendam o trabalho executado pelo Programa Fica Vivo!. Cabe ressaltar que atualmente a equipe técnica trabalha na perspectiva de readequação dos espaços de oficinas já existentes, tais como mudança de local e/ou modalidade, entretanto, encontrando dificuldades relacionadas aos espaços disponibilizados por parceiros ou a ausência dos mesmos.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**Indicador nº 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 8.740 •	• 8.626 •
Descrição do Indicador	
As oficinas do Programa Fica Vivo! a partir da realização de atividades esportivas, culturais e artísticas possibilitam: o estabelecimento de vínculo entre os adolescentes e jovens e o Programa; a abertura de espaços para expressão de diferenças e singularidades sem julgamentos morais e preconceituosos; a criação de espaços de reflexão sobre formas de prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas; a promoção da circulação de adolescentes e jovens pela região de moradia; o favorecimento da integração entre os adolescentes e jovens atendidos. Este indicador visa mensurar o número absoluto mensal de jovens que frequentam as oficinas executadas pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Para isso, será contabilizado o somatório do número absoluto de jovens que participaram em alguma oficina no período, dividido pelo número de meses do período avaliatório. Não poderão ser contabilizados em duplicidade os jovens que participam em mais de uma modalidade de projeto de oficina.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fórmula de Cálculo: (somatório do número absoluto de jovens que frequentaram as oficinas do Programa em cada mês do período avaliatório / número de meses do período avaliatório).	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 24º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/10/2024 a 31/12/2024 foram atendidos em média • 8.626 • jovens nas oficinas em execução até setembro de 2024, sendo a meta de • 8.740 • alcançando 98% da meta estipulada para o Programa.

Tabela 7 - Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

UPC	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	MÉDIA
CABANA	393	402	417	404
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	212	231	254	232
JARDIM FELICIDADE	333	333	333	333
JARDIM LEBLON	294	278	289	287
MINAS CAIXA	286	276	296	286
MORRO DAS PEDRAS	232	227	251	237
PPL	254	293	291	279
PRIMEIRO DE MAIO	257	247	242	249
RIBEIRO DE ABREU	176	198	215	196
SANTA LÚCIA	200	217	208	208
SERRA	333	293	326	317
TAQUARIL	309	302	310	307
VILA PINHO	181	170	190	180
CITROLÂNDIA	155	161	213	176
JARDIM DAS ALTEROSAS	114	95	123	111
JARDIM TERESÓPOLIS	208	272	270	250
PTB	185	210	199	198
ESTRELA D'ALVA	0	0	0	0
NOVA CONTAGEM	325	326	323	325
RESSACA	113	174	127	138
CARAPINA	267	239	205	237
TURMALINA	127	162	159	149
BOM JARDIM	214	239	242	232
OLAVO COSTA	290	296	306	297
CRISTO REI	0	0	0	0
SANTOS REIS	275	270	290	278

UPC	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	MÉDIA
JUSTINÓPOLIS	351	330	329	337
ROSANEVES	318	342	349	336
VENEZA	412	401	399	404
PALMITAL	399	433	405	412
VIA COLÉGIO	321	338	340	333
JARDIM CANAÃ	263	278	260	267
MORUMBI	290	288	296	291
MORRO ALTO	310	350	353	338
TOTAL	8397	8671	8810	2157

No 25º Período Avaliatório do Contrato de Gestão, uma média de 8626 jovens foram atendidos nas oficinas em execução até março de 2025, alcançando 99% da meta estipulada para o trimestre.

Considerando que a participação dos jovens em espaços de oficinas está diretamente relacionada às especificidades apresentadas pelos territórios de atuação do Programa Fica Vivo!, tais como: 1) alterações na dinâmica social das violências e criminalidade, pois impactam a circulação das juventudes nos territórios e acesso aos espaços de oficinas; 2) as implantações e desligamentos que ocorreram ao longo do trimestre que impactaram nos atendimentos em espaços de oficinas, visto os vínculos construídos junto aosicineiros e a necessidade de por vezes, construir novos vínculos com aqueles que iniciam junto a programa.

Em análise aos trimestres anteriores, pode se perceber avanços, haja vista a execução de estratégias de ampliação de atendimentos pactuados junto às equipes, tais como: qualificação das demandas apresentadas pelas juventudes, a avaliação e readequação de projetos de oficinas; qualificação da leitura da dinâmica social das violências e criminalidades.

Dessa forma, compreende-se que o impacto positivo das novas oficinas implantadas e estratégias de ampliação serão ainda mais perceptíveis nos próximos trimestres.

Palmital

O Programa Fica Vivo! no Palmital conta com um quadro de 15 oficinas ativas, sendo 12 de modalidades esportivas e 3 de cultura. Ressalta-se que o número elevado de atividades esportivas disponíveis no território está atrelado à demanda apresentada pelas juventudes visto o histórico de campeonatos esportivos na área de abrangência. Outro elemento fundamental para o alcance da meta estabelecida pelo indicador 2.2, pauta o compromisso e dedicação do grupo deicineiros com as juventudes atendidas, favorecendo o acesso e permanência nos espaços de oficinas. Por fim, cabe mencionar que embora a equipe técnica encontre dificuldades na construção de vínculos com as juventudes, estratégias como projetos locais e de circulação viabilizam os possíveis avanços.

Ressaca

No que diz respeito a UPC Ressaca, o baixo número de atendimentos faz referência ao processo de reconfiguração do quadro de oficinas em desenvolvimento na área de abrangência, o que implica em desligamentos, substituições e alterações de modalidades de projetos de oficinas. A reavaliação dos projetos de oficinas se constitui enquanto estratégia de ampliação dos atendimentos e como mencionados em trimestres anteriores, deve se considerar as especificidades territoriais e qualificação das demandas apresentadas pelas juventudes. Tendo em vista as modalidades de atendimentos do Programa Fica Vivo! no último trimestre a equipe técnica utilizou espaços como projetos locais e de circulação como alternativas para construção e manutenção de vínculos, tornando-se viável a ampliação dos atendimentos em espaços de oficinas.



Imagem 1 – Oficina de Trança na UPC Ressaca

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Indicador nº 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 28.800 •	• 31.641 •
Descrição do Indicador	
<p>O Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! desenvolve, a partir do Eixo de Proteção Social, atividades individuais e coletivas realizadas por meio de atendimentos ao público.</p> <p>Para fins deste indicador, são considerados atendimentos realizados pelo Programa:</p> <p>1. Atendimentos individuais: são realizados pelos Analistas Sociais a adolescentes e jovens de 12 a 24 anos moradores das áreas de abrangências das UPCs. Baseiam-se, desse modo, em uma escuta e intervenção apuradas e na articulação entre os aspectos sociais e subjetivos.</p> <p>2. Atendimentos Coletivos:</p> <p>1. Projetos de Oficinas: as oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! são estratégias de aproximação e atendimento ao público do Programa e que, por serem implantadas a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade, articulada à demanda dos adolescentes e jovens, podem acontecer em diferentes locais das áreas de abrangência da UPC de Base Territorial.</p> <p>2. Projetos Locais: são conjuntos de ações planejadas, com início e fim determinados, a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade, devendo alcançar objetivos estabelecidos previamente e, como perspectiva, a ampliação das possibilidades de aproximação e atendimento aos adolescentes e jovens.</p> <p>3. Projetos de Circulação: configuram-se como conjunto de ações planejadas a partir das especificidades de cada território e do público, com prazos e objetivos previamente definidos. Diferenciam-se, contudo, dos Projetos Locais por promoverem a circulação do público atendido para além da região de moradia, favorecendo, deste modo, a ampliação das perspectivas de circulação e de acesso à cidade.</p> <p>4. Projetos (Inter) Institucionais: configuram-se como uma atividade que envolve, em um só projeto, todas as localidades atendidas pelo Programa ou a maior parte delas. São elaborados pela Diretoria do Programa Fica Vivo! e executados conjuntamente com a OS.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 25º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/01/2025 a 31/03/2025 o número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! foi de • 31.641 •, sendo a meta de • 28.800 • superada em 9%.

Performance do Indicador

A tabela abaixo apresenta o número acumulado de atendimentos realizados pelo programa no trimestre, por UPC.

Tabela 8 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

UPC	24º PA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
CABANA	463	464	527	483	1474
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	282	245	285	317	847
JARDIM FELICIDADE	350	341	370	362	1073
JARDIM LEBLON	329	323	346	311	980
MINAS CAIXA	250	363	391	327	1081
MORRO DAS PEDRAS	314	248	242	262	752

UPC	24º PA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
PEDREIRA PRADO LOPES	341	287	372	325	984
PRIMEIRO DE MAIO	256	279	261	259	799
RIBEIRO DE ABREU	290	206	204	236	646
SANTA LÚCIA	252	253	280	229	762
SERRA	401	345	415	334	1094
TAQUARIL	311	354	434	333	1121
VILA PINHO	249	207	238	236	681
CITROLÂNDIA	234	224	258	318	800
JARDIM DAS ALTEROSAS	253	281	267	264	812
JARDIM TERESÓPOLIS	290	282	293	308	883
PTB	282	211	325	220	756
ESTRELA D'ALVA	0	0	0	0	0
NOVA CONTAGEM	357	375	401	346	1122
RESSACA	228	147	220	286	653
CARAPINA	333	315	262	223	800
TURMALINA	241	226	232	223	681
BOM JARDIM	245	237	340	346	923
OLAVO COSTA	379	325	361	374	1060
CRISTO REI	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	334	313	330	371	1014
JUSTINÓPOLIS	339	373	496	338	1207
ROSANEVES	466	346	405	409	1160
VENEZA	474	443	1001	447	1891
PALMITAL	390	417	497	419	1333
VIA COLÉGIO	347	356	378	352	1086
JARDIM CANAÃ	348	302	321	301	924
MORUMBI	326	406	315	343	1064
MORRO ALTO	354	391	420	367	1178
TOTAL	10308	9885	11487	10269	31641

No 25º período avaliatório do Contrato de Gestão 02/2019, que corresponde ao intervalo de 01/01/2025 a 31/03/2025, o Programa Fica Vivo alcançou um total de 31.641 atendimentos, superando em 10% a meta estabelecida em 28.800 para o primeiro trimestre.

O desempenho favorável em relação a meta atribui-se ao investimento, comprometimento e qualificação das intervenções e acompanhamento realizados pelas equipes técnicas, propiciando eficiência das ações construídas e executadas pelo programa. Ademais, ressalta-se a importância da construção e manutenção dos vínculos direcionados às juventudes presentes nos territórios referenciados pelo Programa Fica Vivo!, uma vez que vincular-se é abrir-se para a construção da confiança que por vezes é fundamental para a participação e permanência dos jovens em espaços de atendimentos proporcionados pelo programa.

Palmital

Em relação ao indicador 2.3, destaca-se o desempenho positivo da UPC Palmital, tendo em vista diversos fatores que estão atrelados ao grupo de oficinairos, equipe técnica e vinculação das juventudes aos espaços das oficinas. O quantitativo de oficinas em desenvolvimento na UPC Palmital é de 15 oficinas, sendo 13 delas de modalidade esportiva. Como mencionado no indicador 2.2 as oficinas de esportes favorecem a participação e vinculação dos jovens ao Programa Fica Vivo! e contribuem significativamente para o alcance das metas estabelecidas pelo indicador 2.3 que corresponde ao número acumulado de atendimentos realizados pelo programa. Embora o quantitativo de atendimentos realizados seja significativo, observa-se a partir do acompanhamento da equipe técnica, a necessidade de avançar nas estratégias de vinculação entre equipe técnica e juventudes.

Ribeiro de Abreu

A UPC Ribeiro de Abreu apresentou desempenho abaixo do esperado para o 25º período avaliatório. Tendo em vista o acompanhamento realizado pela supervisão metodológica junto a equipe técnica, compreende-se que o resultado aquém inclina-se ao encerramento de dois espaços de oficinas, ambas de esporte. O encerramento ocorreu por situações distintas, como o período de avaliação e ausência de regularização cadastral do MEI. Embora tenha-se resultados insatisfatórios, a equipe técnica tem se comprometido com a construção de alternativas e ações que visam ampliar os atendimentos e alcançar as metas, como projetos e implantações de novas oficinas.



Imagem 2 – Projeto Local “Batalha de Rima” UPC Ribeiro de Abreu

Ressaca

A equipe do Ressaca, assim como no indicador 2.2, encontrou dificuldades em alcançar desempenho satisfatório no que tange ao quantitativo de atendimentos acumulados realizados pelo programa. Embora estejam executando enquanto estratégia a reconfiguração e adequação dos projetos de oficinas em desenvolvimento no território e a elaboração de espaços que favoreçam a construção e manutenção dos vínculos, como os projetos locais e de circulação, acredita-se que a ampliação dos atendimentos se apresentará de maneira mais significativa nos próximos trimestres.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**Indicador nº 2.4:** Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 143 •	• 146 •
Descrição do Indicador	
<p>Em complemento ao Eixo Proteção Social, o Eixo Intervenção Estratégica é resultado da articulação interinstitucional entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, as Polícias Militar e Civil, Ministério Público, Poder Judiciário, Órgãos Municipais de Segurança Pública e Gestão Social como representantes da OS.</p> <p>Para fins deste indicador, são consideradas ações de Intervenção Estratégica:</p> <ol style="list-style-type: none">1. reuniões dos Grupos Especiais de Policiamento em Áreas de Risco (GEPAR) da Polícia Militar de Minas Gerais com a Gestão Social de Base Territorial e equipes técnicas, que ocorrem, no mínimo, 1 (uma) vez ao mês em cada território de atuação e que possuem como pauta aquelas definidas na Resolução Conjunta SEDS-PMMG nº 160/2013, que estabelece as diretrizes de atuação conjunta entre o GEPAR e as UPCs. Nesta modalidade, serão contabilizadas, cumulativamente, as reuniões com o GEPAR, conforme a Resolução Conjunta supra.2. reuniões preparatórias para os Grupos de Intervenção Estratégica (GIE) ocorridas entre a Gerência de Intervenção Estratégica, da SUPEC, e a Gestão Social, com o objetivo de promover o alinhamento sobre as pautas a serem apresentadas, no âmbito da proteção social, pela gestão social no espaço do GIE, além de favorecer a qualificação tanto da atuação da gestão social neste espaço, quanto o desenvolvimento das ações de proteção social. Nesta modalidade, serão contabilizadas, cumulativamente, as reuniões preparatórias para o GIE.3. reuniões ordinárias dos Grupos de Intervenção Estratégica (GIE) com a participação da Gestão Social de Base Territorial, representando a proteção social de cada um dos territórios atendidos. O GIE objetiva a prevenção e a redução de conflitos e rivalidades violentas por meio da ampliação da assertividade e da tempestividade das ações repressivas realizadas nas áreas de abrangência do Programa. Nesta modalidade, serão contabilizadas, cumulativamente, cada ação de representatividade da proteção social realizada por meio dos gestores sociais no espaço do GIE. Desta forma, nos casos em que o gestor social estiver representando mais de 1 (uma) UPC, serão contabilizadas tantas ações de representatividade da proteção social quantas feitas pelo referido gestor social na mesma reunião do GIE.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 25º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019, de 01/01/2025 a 31/03/2025 foram realizadas cumulativamente • 146 • ações de intervenções estratégicas no Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era • 143 • de foi realizado além do esperado. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Como de conhecimento, a partir da assinatura do V Aditivo ao Contrato de Gestão, a ação "Reuniões Preparatórias para os Grupos de Intervenção Estratégica" passou a compor o Indicador 2.4 do Programa Fica Vivo! "Número acumulado de ações de intervenção Estratégica realizadas por meio do Programa Fica Vivo!". Essas reuniões se somam às ações "Reunião mensal com GEPAR" e "Participação da Gestão Social representando a proteção social nos GIEs", a partir do mês de agosto de 2021.

Nos documentos elaborados a partir das Reuniões Preparatórias para o Grupo de Intervenção Estratégica, a Gerência de Intervenção Estratégica alinha as pautas que serão apresentadas pela proteção social, avaliando os principais pontos das discussões da dinâmica e as ações desenvolvidas pela Proteção Social por intermédio dos programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos para responder a cada uma das demandas apresentadas pela dinâmica social das violências e criminalidade de cada território.

Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade – UPC.

Tabela 9 - Distribuição das ações de intervenção estratégica por tipo e UPC

UPC	24º PA	JANEIRO			FEVEREIRO			MARÇO			TOTAL
		GEP AR	GIE	RP-GIE	GEP AR	GIE	RP-GIE	GEP AR	GIE	RP-GIE	
CABANA	19	1	0	0	2	0	1	1	0	0	5
CONJUNTO ESPERANÇA/ VILA CEMIG	21	1	0	0	1	0	1	1	1	1	6
JARDIM FELICIDADE	25	1	0	0	0	1	0	0	0	0	2
JARDIM LEBLON	23	1	0	0	0	1	0	0	0	0	2
MINAS CAIXA	23	1	0	0	0	1	1	0	0	0	3
MORRO DAS PEDRAS	46	2	0	0	1	1	1	2	1	1	9
PEDREIRA PRADO LOPES	22	1	0	0	1	1	1	1	0	0	5
PRIMEIRO DE MAIO	25	1	0	0	0	1	0	0	0	0	2
RIBEIRO DE ABREU	35	1	0	0	2	1	1	2	0	2	9
SANTA LÚCIA	21	1	0	0	1	0	0	0	0	0	2
SERRA	19	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
TAQUARIL	23	1	0	0	1	1	1	1	0	0	5
VILA PINHO	20	1	0	0	1	0	0	1	1	1	5
CITROLÂNDIA	18	1	0	0	1	1	1	1	0	0	5
JARDIM DAS ALTEROSAS	22	1	0	0	1	1	1	1	0	0	5
JARDIM TERESÓPOLIS	19	1	0	0	1	1	1	1	0	0	5
PTB	20	1	0	0	1	1	1	1	0	0	5
ESTRELA D'ALVA	2	1	0	0	1	0	0	1	1	1	5
NOVA CONTAGEM	22	1	0	0	1	0	0	1	1	1	5
RESSACA	22	1	0	0	1	0	0	1	1	1	5
CARAPINA	20	1	0	0	1	1	1	1	0	0	5
TURMALINA	22	0	0	0	1	1	1	1	0	0	4
BOM JARDIM	18	1	0	0	1	1	0	1	0	0	4
OLAVO COSTA	22	1	0	0	1	0	0	1	1	1	5
CRISTO REI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	22	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
JUSTINÓPOLIS	22	1	0	0	1	1	1	1	0	0	5
ROSANEVES	21	1	0	0	1	1	1	1	0	0	5
VENEZA	20	1	0	0	1	1	1	1	0	0	5
PALMITAL	15	0	0	0	1	0	0	1	1	1	4
VIA COLÉGIO	23	0	0	0	2	0	1	2	1	1	7
JARDIM CANAÃ	19	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
MORUMBI	21	1	0	0	0	1	1	0	0	0	3
MORRO ALTO	19	1	0	0	1	1	1	1	0	0	5
TOTAL	711	29	0	0	28	21	19	27	10	12	146

A reunião mensal entre a Unidade de Prevenção a Criminalidade e o Gepar é uma diretriz estabelecida por Resolução conjunta no decreto nº 160 de 2013. Ela tem o objetivo de aprimorar a articulação e atuação conjunta entre a Unidade de Prevenção à Criminalidade (UPC) e o Grupamento de Intervenções Estratégicas em Áreas de Risco (GEPAR).

Conforme metodologia do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! nesses espaços de articulação devem ser abordados assuntos relacionados à dinâmica das violências e da criminalidade com o propósito de construção, avaliação e monitoramento de ações conjuntas na prevenção da violência e na promoção da segurança cidadã.

Como desdobramentos dos encontros, espera-se o aumento da segurança na área de abrangência das UPC's e a execução de ações assertivas no território, pautadas no conceito de segurança cidadã. Esses encontros devem, também, favorecer a interlocução entre a repressão qualificada e a proteção social.

No 25º período avaliatório do Contrato de Gestão, que compreende os meses de janeiro, fevereiro e março, foram realizadas 84 (oitenta e quatro) reuniões entre a Gestão Social e o GEPAR, em detrimento de 5 (cinco) justificativas em UPC's com a presença da Gestão Social no cargo, 16 (dezeses) reuniões deixaram de serem feitas devido a saída de 5 (cinco) Gestores Sociais que respondiam por 9 (nove) UPCs.

Atualmente somam-se um total de 33 unidades de base territorial implantadas. Destacamos que o número de reuniões entre UPC's e GEPAR são maiores que o número de unidades, pois alguns territórios são atendidos por mais de uma Companhia da PMMG ou mesmo por mais de um BPMMG. Devido a essas singularidades, pode-se considerar que o número total pode flutuar entre 32 e 35 encontros mensais.

Deve-se considerar também os casos de reuniões extraordinárias, para além da estabelecida mensalmente, que podem ocorrer pontualmente devido ao aquecimento da dinâmica criminal ou alinhamentos necessários para a manutenção desta parceria.

Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atas produzidas a partir das reuniões realizadas pela Gestão Social de cada Unidade de Prevenção de base territorial com o Gepar.

Desta forma, no mês de Janeiro foram produzidas 29 (vinte e nove) atas em detrimento de 4 (quatro) justificativas para não realização da reunião. As justificativas foram as seguintes: UPC Via Colégio GEPAR 69ª CIA DA PMMG: não houve indicação de um comandante para o GEPAR; também não houve reunião com o GEPAR da 71ª CIA DA PMMG em razão da indisponibilidade de agenda do comandante no período. UPC Ribeiro de Abreu que responde pela área da CBTU: a reunião com comandante do GEPAR responsável pela 18ª CIA da PMMG estava suspensa aguardando orientação para retomada por parte da Gerência de Intervenção Estratégica. UPC Jardim Canaã: durante o mês de janeiro ocorreu troca do comando do GEPAR, estando o Aspirante que estava no cargo interinamente sem disponibilidade de agenda. UPC Santos Reis: em razão de incompatibilidade de agendas entre a Gestão Social e o Comandante do GEPAR.

Em Fevereiro foram 28 (vinte e oito) atas em detrimento de 8 (oito) justificativas para a não realização da reunião. Seguem as justificativas: UPC Morumbi: não foi indicado um comandante do GEPAR para o território. As UPC's indicadas à seguir tiveram suas respectivas gestões sociais desligadas do cargo no final do mês de fevereiro e devido ao feriado e ao cumprimento de aviso, não houve agendas disponíveis: Jardim Canaã, Santos Reis, Santa Lúcia, Serra, Jardim Felicidade, Primeiro de Maio, Jardim Leblon e Minas Caixa.

Já no mês de Março foram 27 (vinte e sete) atas em detrimento de 09 (nove) justificativas para a não realização da reunião. As UPC's que serão indicadas à seguir suas respectivas gestões sociais foram desligadas do cargo no final do mês de fevereiro: Jardim Canaã, Morumbi, Santos Reis, Santa Lúcia, Serra, Jardim Felicidade, Primeiro de Maio, Jardim Leblon e Minas Caixa.

Quanto às reuniões preparatórias para o encontro do GIE, e que também é uma ação de Intervenção Estratégica e compõe este indicador, consiste na discussão prévia entre a gerência de intervenção estratégica e a gestão social. Neste momento, esses atores realizam o alinhamento das pautas que serão apresentadas no encontro do grupo de intervenção estratégica, identificando quais os principais desafios enfrentados naquele território, bem como as ações desenvolvidas pelos programas da política de prevenção à criminalidade enquanto resposta à dinâmica social das violências. Nesse sentido, as reuniões preparatórias tendem a ocorrer no dia que antecede ao encontro do GIE. Importante destacar que os encontros do GIE para discussão sobre os territórios ocorrem bimestralmente, logo, as reuniões preparatórias acontecem com a mesma periodicidade antecedendo o encontro do GIE.

No período que compreendeu o 25º PA, ocorreram 31 (trinta) Reuniões Preparatórias para o GIE (RPGIE), sendo 19 (dezenove) no mês de fevereiro e 12 (onze) no mês de março. Cabe destacar que no mês de janeiro não ocorrem encontros do GIE com o objetivo de discutir os territórios, apenas uma reunião de fechamento do ano. As pautas do GIE Vida contemplam as discussões sobre os aglomerados de Belo Horizonte, Região Metropolitana e interior de Minas Gerais onde temos a implantação do programa Fica Vivo! e do grupamento da polícia militar, GEPAR.

A última ação que compõe este indicador é a presença da gestão no grupo de intervenções estratégicas – GIE. Este é um encontro formal conduzido pelo Ministério Público e que conta com a participação de diversos atores envolvidos com a segurança pública, dentre eles representantes das delegacias de homicídios, comandantes do GEPAR, representantes da prefeitura, gestão social e outros. Localizado no eixo "Intervenção Estratégica" do programa Fica Vivo, o GIE tem como objetivo principal "a prevenção e a redução de conflitos e rivalidades violentas, por meio da ampliação da assertividade e tempestividade das ações realizadas nas áreas de abrangência do Programa".

Em janeiro não foram realizados encontros devido a não previsão da agenda do GIE para BH, RMBH e Interior.

No mês de fevereiro foram realizados os 8 (oito) encontros previstos para BH, RMBH e Interior. A gestão esteve presente na discussão de 21 (vinte e dois) territórios, e ausentes na discussão de 02 (dois) territórios, sendo esses: Serra e Santa Lúcia, devido ao desligamento da Gestão Social. Os territórios com participação da gestão social foram: Jardim Felicidade, Jardim Leblon, Minas Caixa, Morro Das Pedras, Pedreira Prado Lopes, Primeiro De Maio, Ribeiro De Abreu, Ribeiro de Abreu – Território CBTU, Taquaril, Citrolândia, Jardim Das Alterosas, Jardim Teresópolis, PTB, Carapina, Turmalina, Bom Jardim Esperança, Justinópolis, Rosaneves, Veneza, Jardim Canaã, Morumbi, Morro Alto.

No mês de março foram realizados os 6 (seis) encontros previstos a serem realizados em BH, RMBH e Interior, a gestão esteve presente na discussão de 10 (dez) territórios, e ausentes na discussão de 03 (dois) territórios, sendo esses: Cabana, Ribeiro de Abreu, Ribeiro de Abreu Território CBTU, devido as férias da Gestão Social. Os territórios com participação da gestão social foram: Conjunto Esperança/ Vila Cemig, Ventosa, Vila Pinho, Nova Contagem, Ressaca, Estrela Dalva, Olavo Costa, Santos Reis, Palmital e Via Colégio.

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA SE LIGA

Contextualização Geral

Como apontado nos relatórios anteriores, março de 2025 foi o último mês do Programa Se Liga executado pelo Instituto Elo no âmbito do Contrato de Gestão 2/2019

Nesse contexto, o último trimestre do Se Liga em Belo Horizonte/RMBH e Central Mineira, Zona da Mata e Triângulo Mineiro teve como foco a organização para a finalização do Programa junto à SUPEC, desmobilização das UPC's e finalização dos acompanhamentos de casos com percurso de prazo e/ou alcance dos objetivos e demandas. Esse cenário influenciou notadamente nos números dos indicadores que, especialmente no mês de março, fecharam abaixo da média.

Área Temática: Programa Se Liga	
Indicador nº 3.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 585 •	• 841 •
Descrição do Indicador	
<p>O Programa Se Liga visa corroborar para a construção de alternativas ao ato infracional a partir do atendimento de adolescentes/jovens que concluíram, ou estão em processo de desligamento, das medidas socioeducativas - MSE de semiliberdade ou internação. Desse modo, para o alcance deste objetivo, o Programa realiza atividades coletivas e/ou individuais por meio de atendimentos nas seguintes modalidades:</p> <p>1. Eixo Pré-egressos e Pré-inclusão:</p> <p>a. Atividade de apresentação individual: atendimento realizado pelo Analista Social de referência, na UPC do Programa, aos adolescentes em processo de desligamento das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação e que são da área de abrangência do Programa. Baseiam-se em uma escuta e intervenção apuradas que visam a vinculação do atendido com o Programa Se Liga.</p> <p>b. Atividade de apresentação coletiva: modalidade de atendimento dinâmica, lúdica e participativa, desenvolvida pela equipe técnica do Programa, promovida dentro das Unidades Socioeducativas, destinadas aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de semiliberdade ou internação, que se encontram em processo de desligamento e que sejam da área de abrangência de atendimento do Se Liga, com o objetivo de despertar o interesse deste público ao apresentar as propostas, possibilidades de intervenção e formas de acesso a esta política pública.</p> <p>c. Atividades Internas: atividades desenvolvidas nas Unidades Socioeducativas cujas temáticas sejam atinentes ao período pós-desligamento e que são destinadas aos adolescentes em processo de desligamento das MSE das áreas de abrangência do Programa, fomentando o vínculo com o/a analista e estagiário/estagiária de referência, aumentando assim a possibilidade de adesão futura ao Programa.de.</p> <p>d. Atividades Externas: atividades ofertadas fora das Unidades Socioeducativas com o objetivo de oportunizar ao público foco, o acesso à cidade como espaço de possibilidades múltiplas, suscitando, assim, o enlaçamento do adolescente aos dispositivos disponíveis na cidade e na rede de proteção, além de estabelecer e/ou fortalecer os vínculos dos adolescentes com o Programa, podendo agregar, quando possível, adolescentes de mais de uma Unidade Socioeducativa.</p> <p>e. Ações com familiares: ações pontuais construídas junto à unidade socioeducativa e que proporcionam espaços de fortalecimento do vínculo entre os adolescentes, as famílias e o Se Liga, desde que contribuam para a adesão futura do egresso ao Programa.</p> <p>f. Acolhimento: momento de escuta, na qual é acolhida e trabalhada a escolha do adolescente/jovem em participar do Programa. Têm-se como objetivo entender os pontos que levaram o adolescente/jovem à conectar-se ao Se Liga.</p> <p>2. Eixo Egressos</p> <p>a. Atendimentos individuais: atendimentos destinados aos egressos em acompanhamento pelo Se Liga orientados pela escuta e intervenção apuradas, sendo estratégia fundamental para a formação e manutenção do vínculo do atendido com o Programa. São acolhidas as suas expectativas com relação ao Programa Se Liga, as questões que emergem no reencontro com a liberdade e os efeitos dos atendimentos e encaminhamentos quanto aos aspectos sociais e subjetivos.</p> <p>b. Oficinas: constituídas por periodicidade definida, podendo haver um ou mais encontros, sendo previamente preparados a fim de alcançar o objetivo da proposta. As oficinas são estratégias pontuais de atividades coletivas que visam desenvolver temáticas do interesse do público que acessa o Programa, tangenciando possibilidades distintas ao envolvimento com a criminalidade, profissionalização, trabalho e renda, por exemplo.</p> <p>c. Acolhimento: momento de escuta, destinado aos egressos já acompanhados pelo Se Liga. Caracteriza-se pela presença do adolescente/jovem na Unidade do Programa, não necessariamente motivada pelo atendimento previamente agendado com o analista social de referência, mas para tratar de alguma demanda pontual. Em sua grande maioria, pauta-se na busca por orientações e serviços, mas também em situações de urgência e emergência.</p> <p>d. Visita domiciliar: instrumento técnico metodológico, de caráter pontual, e que tem por objetivo acessar o egresso após o cumprimento da medida socioeducativa, seja ele acompanhado ou não pelo Se Liga, bem como seus familiares, considerando a impossibilidade do contato telefônico, a fim de convidá-lo a participar do Programa ou para a manutenção e qualificação do próprio acompanhamento.</p> <p>e. Ações com familiares: forma de atendimento na qual o familiar ou a pessoa do convívio do egresso acompanhado pelo Se Liga é incluído no Programa. As ações com a família devem ser estabelecidas de acordo com o direcionamento do caso, objetivando trazer contribuições importantes para seu acompanhamento.</p>	

f. Atividade de circulação: modalidade de atendimento individual e coletiva. Individual: ferramenta que visa promover a autonomia e a reinserção social, elaborada de maneira singular, com ocorrência em diferentes espaços da cidade, a partir das demandas do adolescente/jovem, considerando o seu projeto de vida no reencontro com a liberdade. Coletiva: forma a oportunizar o acesso à cidade como espaço de possibilidades múltiplas, suscitando, assim, o enlaçamento do adolescente aos dispositivos da rede de proteção.

Fonte de comprovação do indicador

Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pela equipe técnica da sede do Se Liga à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 25º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/01/2025 a 31/03/2025 foram realizados cumulativamente 841 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Se Liga. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 585, ou seja, atingiu-se 144% do estabelecido.

Abaixo segue uma descrição dos atendimentos realizados por modalidade.

3.1 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga			
Atendimentos Acautelados e Pré Inclusão	BH	ZM	TM
Atividade de Apresentação Coletiva	4	14	0
Atividade de Apresentação Individual	5	3	0
Atividades Internas	45	91	96
Atividades Externas	0	0	16
Ações com Familiares	33	0	0
Acolhimento	13	0	0
Total	100	108	112
Atendimentos Egressos Incluídos no Se Liga			
Atendimento Individual	153	257	2
Atendimento em Oficina	5	0	0
Acolhimento	10	4	0
Visita Domiciliar	3	16	0
Atividade de Circulação	16	6	0
Total	187	283	2
Atendimentos a familiares			
Atendimentos individuais	39	10	0
Total Geral	326	401	114

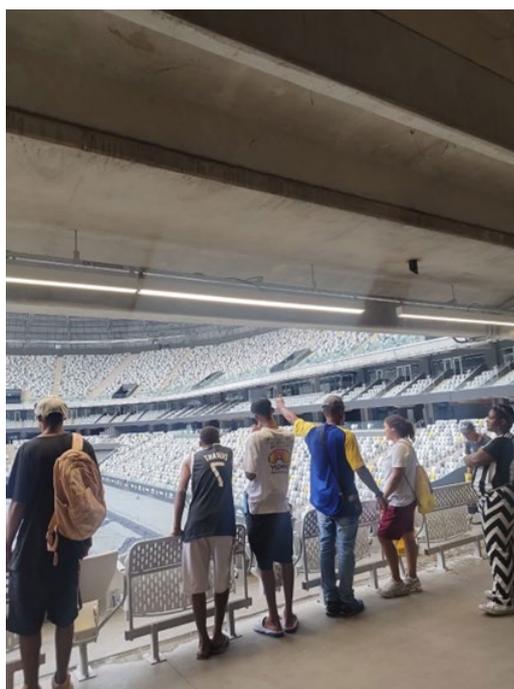
Com o intuito de melhor qualificar os resultados, serão abordados os resultados desse indicador discriminando pela Regional BH/Região Metropolitana/Central Mineira e Regional Zona da Mata.

Regional BH/Região Metropolitana de BH e Central Mineira

No mês de janeiro, somente o Indicador 3.1: Número Acumulado de Atendimentos Realizados pelo Programa Se Liga, foi alcançado, com 149 atendimentos. O alcance se deu pela manutenção dos casos ainda em acompanhamentos, pela manutenção do eixo egresso, com foco atendimentos individuais na Unidade e pelas atividades de circulação realizadas, como a ação ao Boliche, no Shopping Paragem, referente ao Projeto de Prevenção e a circulação para Visita guiada na Arena MRV. Embora as atividades de circulação não tenham contabilizado os familiares participantes, tanto os atendimentos quanto as circulações, indicam que a construção da equipe de analistas priorizou o eixo pós, em razão da descontinuidade do programa em março.



Projeto de Prevenção executado no dia 10/01/2025 no Boliche do Shopping Paragem



Atividade de Circulação – Visita Guiada à Arena MRV – 29/01/2025

Apesar do alcance da meta neste indicador, alguns fatores como as férias de uma analista e realização de algumas finalizações de acompanhamentos, impactaram na produção de maiores números neste eixo. Ainda, observou-se que em janeiro, houve a diminuição dos atendimentos realizados no eixo pré-egresso, que se justifica pela diminuição de adolescentes acautelados e pela menor frequência de realização de atividades internas nas Unidades Socioeducativas.

No mês de fevereiro, o alcance do indicador 3.1 foi impulsionado pelas atividades do eixo pré-egresso, especialmente no Centro Socioeducativo Santa Clara, que atendeu 36 adolescentes e 28 familiares. No eixo egresso, observa-se uma redução no número de atendimentos devido à conclusão de acompanhamentos, falta de interesse e alcance de objetivos. Além disso, houve uma menor realização de atividades de circulação, pois a equipe técnica priorizou a atualização de arquivos digitais

e físicos, em virtude do cronograma de finalização do Programa Se Liga Junto à SUPEC. Apesar disso, quando demandado ocorreram algumas atividades de circulação, contabilizando atendimentos para o indicador, como uma Visita Domiciliar e a formatura da capacitação realizada pela Rede Cidadã com jovens acompanhadas pelo Se Liga.



Formatura da capacitação realizada pela Rede Cidadã com jovens acompanhadas pelo Se Liga em 07/02/2025

Para março, a queda brusca nos números apresentados acima se justifica, uma vez que o mês de referência é o último do Programa Se Liga sob a execução da SUPEC. No indicador 3.1, os atendimentos realizados foram facilitados, principalmente, pelos atendimentos individuais aos adolescentes egressos, destacando-se aqueles que permanecerão vinculados ao programa após a transição.

Zona da Mata

No período de referência a equipe do Programa Se Liga deu continuidade aos atendimentos com os adolescentes e jovens egressos relativos aos meses anteriores, através de visitas domiciliares, ligações telefônicas e envio de mensagens. Foi dado andamento nas demandas dos acompanhados, tendo sido realizadas visitas para acompanhamento na cidade de Juiz de Fora, Muriaé e Eugénópolis. Além disso, os adolescentes/jovens acompanhados seguem comparecendo à sede do Programa, seja com atendimento agendado ou demanda espontânea. Nos demais municípios da Zona da Mata, o acompanhamento se deu de forma remota.

No que tange ao acompanhamento com os adolescentes/jovens, no mês de janeiro de 2025 foi realizado o Projeto de Prevenção do Programa Se Liga "Cine Conecta", onde foi realizada uma atividade de circulação com 06 adolescentes/jovens egressos acompanhados pelo programa Se Liga e 04 (quatro) familiares/namoradas como acompanhantes, ao Shopping Jardim Norte. A atividade de circulação teve como objetivo proporcionar um momento de lazer aos adolescentes/jovens egressos acompanhados pelo Programa Se Liga Zona da Mata - Juiz de Fora e seus acompanhantes, visando promover o acesso a diferentes regiões da cidade, para que eles possam exercer o direito de se apropriarem de novos espaços urbanos. Além disso, buscou-se promover e fortalecer o vínculo dos adolescentes/jovens acompanhados e seus familiares e/ou pessoas que possuam vínculos que foram importantes na trajetória de construção no pós medida socioeducativa, com intuito de contribuir com o cuidado ao bem-estar dos participantes, através de momentos de diversão, socialização e relaxamento.



Área Temática: Programa Se Liga	
Indicador nº 3.2. Número acumulado de ações estratégicas junto à rede de proteção social das pessoas acompanhadas pelo Programa Se Liga	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 450 •	• 308 •
Descrição do Indicador	
<p>Partindo da concepção de que o trabalho com o/a adolescente/jovem que cometeu ato infracional não é sem relação com o sujeito de direitos, o que convoca o Estado a consolidar práticas que conciliem responsabilização e garantia de direitos, o Programa Se Liga busca, de forma integrada, o desenvolvimento de uma ampla rede de atendimento, promovendo o fomento à atuação de uma rede de proteção social mista, que abarca tanto a rede institucional quanto sociocomunitária, a partir do que cada adolescente/jovem endereça ao Programa. Por meio deste fortalecimento da rede de proteção que o Se Liga considera possível ofertar alternativas outras que visem o rompimento com a trajetória infracional de adolescentes e jovens. Neste íterim, o desenvolvimento de tais estratégias por parte das equipes se apresentam como fundamentais no alcance dos objetivos do Programa.</p> <p>Para fins deste indicador deverão ser contabilizadas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Participação em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes que discutam temas transversais à juventude e socioeducação; 2. Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno de violências e criminalidade com a rede de proteção social; 3. Discussão de casos dos egressos acompanhados pelo Programa com a rede de proteção social; 4. Encaminhamentos das demandas dos casos acompanhados pelo Programa à rede parceira, para orientação, acesso a direitos e à cidade; 5. Número de visitas às instituições que visem estabelecer parcerias estratégicas para o Programa Se Liga e para a execução da política pública na área de abrangência da regional, de forma a garantir atuação articulada do Programa e encaminhamento do público atendido, bem como respostas mais eficientes ao fenômeno da criminalidade e violências; 	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pela equipe técnica da sede do Se Liga à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 25º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019, de 01/01/2025 a 31/03/2025 o Programa realizou • 308 • ações estratégicas com a rede de proteção social. Considerando que a meta para o período foi de • 450 • ações acumuladas, o programa executou 68% do pactuado.

<i>3.2 - Número acumulado de ações estratégica junto à rede de proteção social</i>			
<i>Modalidades</i>	BH	ZM	TM
Participação em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede	4	3	0
Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas	124	77	1
Discussão de casos dos egressos	3	27	4
Encaminhamentos das demandas à rede parceira	10	48	0
Número de visitas que visem estabelecer parcerias estratégicas	5	2	0
Total	146	157	5

Para melhor qualificar os resultados, serão abordados os resultados desse indicador discriminando pela Regional BH/Região Metropolitana/Central Mineira e Regional Zona da Mata.

Regional BH/Região Metropolitana de BH e Central Mineira

No que tange o indicador 3.2, no mês de janeiro, observa-se uma queda substancial nas ações realizadas. Diante do contexto vivenciado pelo Programa, bem como pela finalização de acompanhamento de alguns casos, as demandas para ações junto à rede diminuíram, principalmente quando se considera que este número está diretamente relacionado aos adolescentes egressos incluídos a partir do direcionamento de suas demandas. Contudo, entre as atividades que favoreceram a realização

de ações neste indicador, destaca-se o foco no eixo Atividade e Oficinas Pós-Desligamentos, com circulações no Museu de Artes e Ofícios e no Centro de Referência das Juventudes em Belo Horizonte.



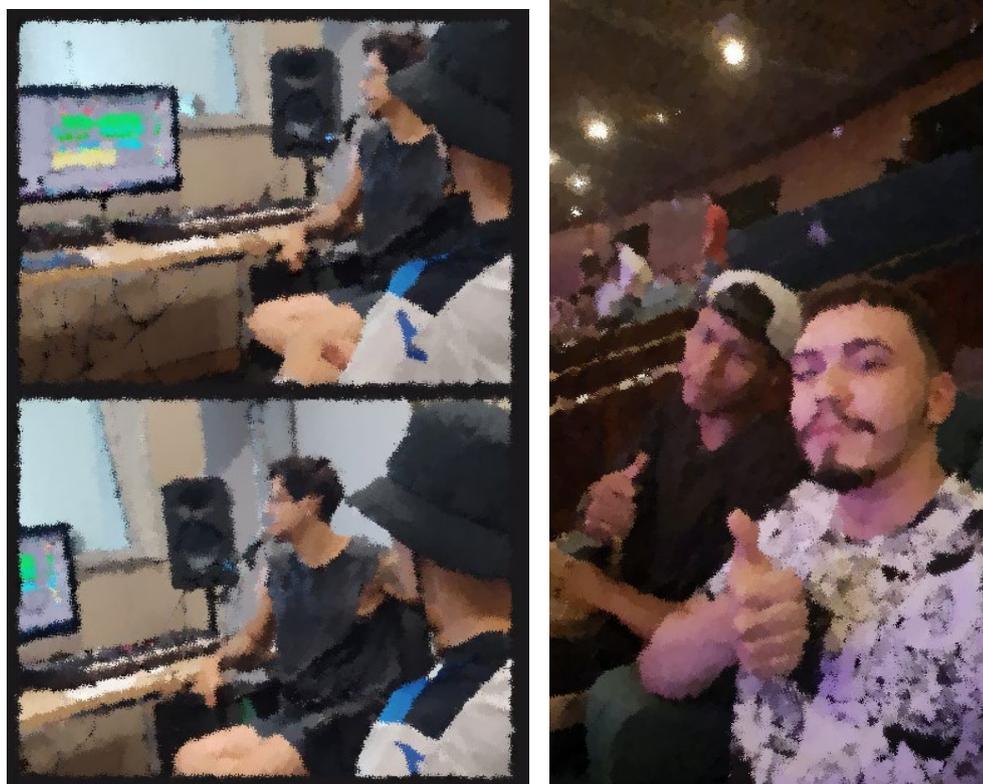
Atividade de Circulação no Museu de Artes e Ofícios e oficina de Gravação executada no CRJ BH em 23/01/2025

Em janeiro foi possível a realização de duas ações, com visitas na UPC Jardim Felicidade e à Casa de Acolhimento LGBT. As ações tiveram por objetivo o fortalecimento da rede acessada para os jovens egressos incluídos no Se Liga.



Visita e Articulação de Rede na Casa de Acolhimento LGBT de Belo Horizonte (Casa Rosa) em 23/01/2025 e Visita e reunião entre Programas na UPC Jardim Felicidade em 22/01/2025

Semelhante ao mês de janeiro, em fevereiro, a equipe técnica, diante da necessidade de priorização de frentes de trabalho específicas, produziu um número reduzido de ações relacionadas à rede de proteção Social. Contudo, entre as atividades que favoreceram a realização de ações neste indicador, destaca-se o foco no eixo Atividade e Oficinas Pós-Desligamentos, como a Oficina de Musicalização no Centro de Referência das Juventudes e participação na Orquestra Petrobras Sinfônica no Palácio das Artes.



Oficina de Musicalização no Centro de Referência das Juventudes em 14/02/2025 e Participação na Orquestra Petrobras Sinfônica no Palácio das Artes em 21/02/2025.

Em março, a necessidade de referenciar os jovens no território, ao finalizar o acompanhamento em curso possibilitou a realização das ações. Esse movimento foi crucial, pois, mesmo com a desvinculação do Programa Se Liga, é fundamental que os jovens permaneçam associados aos serviços de proteção, considerando, especialmente, a extensão de suas vulnerabilidades.

Zona da Mata

Em relação às articulações com a Rede de Proteção Social, destaca-se a realização de reunião bimestral no mês de fevereiro com a participação de diversos equipamentos de rede. O tema da reunião, "(Re)conhecendo Territórios: expandindo o olhar sobre as dinâmicas locais", abordou as diferentes dinâmicas, demandas e culturas dos territórios atendidos pelo CRAS Centro de Juiz de Fora. Na reunião discutiu-se como o serviço público pode atender melhor as populações de bairros mais afastados, incluindo a zona rural. Também foi destacado que o CRAS tem recebido demandas além da questão econômica, como questões de saúde mental, o que resultou na articulação com o CAPS. A reunião enfatizou a importância da parceria entre os diversos equipamentos da rede para oferecer um atendimento mais completo e eficaz aos usuários.



Área Temática: Programa Se Liga	
Indicador nº 3.3. Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 225 •	• 229 •
Descrição do Indicador	
<p>As articulações do Se Liga junto às Unidades Socioeducativas é o primeiro e fundamental passo para que sejam possíveis e efetivas as intervenções a serem realizadas junto ao público. Deste modo, parte considerável dos esforços das equipes técnicas deverá ser destinada a estas ações estratégicas para a articulação dos trabalhos a serem desenvolvidos.</p> <p>O alinhamento prévio entre o Programa e a Unidade antes da realização das atividades e as discussões conjuntas de estudo de caso são importantes para que não haja sobreposição de atividades, bem como direcionar todos os esforços para o alcance de melhores resultados.</p> <p>Para fins deste indicador, são consideradas articulações para as ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Estudos de casos realizados em parceria com as Unidades Socioeducativas antes do desligamento dos adolescentes a fim de garantir a sustentação e efetivação das construções realizadas com os mesmos durante a MSE, bem como para que o/a analista social do Se Liga tenha conhecimento apropriado do caso. 2. Atividades de Apresentação do Programa nas modalidades coletivas e individuais; 3. Atividades Externas às Unidades Socioeducativas; 4. Atividades Internas às Unidades Socioeducativas; 5. Participação em estudos de casos ampliados dos pré-egressos, a convite das unidades socioeducativas, com a rede de proteção social; 6. Reuniões de alinhamento e repactuação de fluxos desta parceria. 	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pela equipe técnica da sede do Se Liga à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 25º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019, de 01/01/2025 a 31/03/2025 foram realizadas cumulativamente • 229 • ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 225 •, o Programa alcançou 102% da meta.

Abaixo segue uma descrição das ações realizadas por modalidade.

<i>3.3 - Número acumulado de ações estratégica junto às Unidades Socioeducativas</i>			
<i>Tipos de ações</i>	BH	ZM	TM
Estudo de caso com a Unidade	4	7	1
Atividades de apresentação individual	6	5	1
Atividade de apresentação coletiva	1	1	1
Atividades internas e externas	5	7	15
Estudos de caso ampliados	1	0	0
Reuniões de alinhamento	84	70	20
Total	101	90	38

Assim como nos indicadores anteriores, a qualificação dos resultados será feita considerando as duas regionais.

Regional BH/Região Metropolitana de BH e Central Mineira

No eixo 3.3, também não houve alcance da meta, que se justifica pela diminuição de ações nas Unidades Socioeducativas. Diante do contexto de finalização do programa Se Liga, a equipe de analistas priorizou como frente de trabalho os acompanhamentos dos casos já incluídos, o que impactou na recorrência de contatos com as CSE e CSL. Contudo, a necessidade de realização de reuniões entre equipe técnicas, gestão social do programa Se Liga e direção de atendimento e geral das Unidades viabilizou a execução de algumas ações em janeiro. Houve também a participação do Se Liga em atividades internas, como na execução do Círculo Restaurativo na CSL Leticia.



Círculo Restaurativo realizado no CSL Leticia em 16/01/2025

Em fevereiro, o indicador 3.3 não atingiu a meta estabelecida, principalmente, devido ao maior distanciamento do Programa Se Liga das Unidades Socioeducativas. Além disso, o remanejamento de uma analista e as férias de outra prejudicaram as ações nas CSE e CSL. Para mitigar esse impacto, foram realizadas reuniões de alinhamento com a gestão do programa Se Liga, analistas e direção dos Centros Socioeducativos, onde foi esclarecida a continuidade das atividades do programa sob a execução pela SUASE, mesmo após a saída da SUPEC.

Em março, entre as ações realizadas, destacam-se duas apresentações individuais com adolescentes acautelados (para garantir que possam ser atendidos pelo Se Liga após a transição de pasta) e a realização de reuniões e alinhamentos, tendo como pauta, principalmente, o contexto de finalização na pasta da prevenção.

Zona da Mata

No que se refere às articulações com as Unidades Socioeducativas, foi dado seguimento ao trabalho realizado com as mesmas, tendo sido mantido contato com as 4 (quatro) Unidades Socioeducativas da Zona da Mata, foi possível realizar as atividades coletivas internas com as 02 (duas) Casas de Semiliberdade, Caminheiros de Jesus e Caminho e Vida, bem como com o Centro Socioeducativo de Juiz de Fora. Foi possível realizar o fluxo da metodologia com todas as unidades, tendo sido realizadas atividades coletivas internas e reuniões de alinhamento.



Além disso, foi realizada reunião com a Casa de Semiliberdade Bethânia com o objetivo de informar formalmente sobre a mudança de subsecretária do Programa Se Liga da SUPEC para a SUASE e, também, sobre o fim do contrato de gestão do programa entre o Estado de Minas Gerais e o Instituto Elo.



Mesmo com o período de transição para a SUASE no período em questão a equipe deu continuidade ao trabalho desenvolvido, atingindo a meta de todos os indicadores, cabe ressaltar, que a partir de janeiro foi realizada contato com os adolescentes acompanhados para iniciar o processo de transição e continuidade do programa, o mesmo com a rede e unidades socioeducativas de referência da Zona da Mata. Destacando que em fevereiro e março referenciou os jovens a rede socioassistencial de acordo com a demanda, assim como a outros programas da política de prevenção como um caso ao Fica Vivo.

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA CENTRAL DE ACOMPANHAMENTO DE ALTERNATIVAS PENAIS

Contextualização Geral dos Indicadores:

O relatório apresentado propõe analisar o desempenho nas metas estabelecidas no Contrato de Gestão 002/2019 e, diante disso, faz-se necessário o registro do cenário e dos eventos que influenciaram na execução do Programa CEAPA no 25º Período Avaliatório.

Antes de tecer as análises sobre o desempenho nas metas estabelecidas no Contrato de Gestão 002/2019, faz-se necessário o registro do cenário e das circunstâncias que, de maneira direta ou não, influenciaram na execução do Programa CEAPA neste primeiro trimestre de 2025. Preliminarmente, importa destacar que neste ano houve acréscimo nas metas dos 3 indicadores do Programa (4.1, 4.2 e 4.3), estabelecendo 84 atendimentos e 6 articulações de rede por analista social e 75% de cumprimento.

Além disso, se instituiu um novo indicador (4.4) que visa aferir o percentual de alternativas penais ativas aguardando encaminhamento no período avaliatório - o que convoca a todos os atores para o aprimoramento da celeridade dos procedimentos de trabalho.

Nos meses de janeiro e fevereiro as equipes da CEAPA estiveram voltadas para a construção dos planejamentos de 2025, a partir das diretrizes de Programa apresentadas pela DAL/SUPEC em janeiro e das necessidades particulares de cada Central. Para contribuir nesse processo, os supervisores metodológicos incluíram a pauta do planejamento nos espaços de reunião para que o direcionamento geral do Programa fosse acomodado nas realidades locais de forma assertiva e com prioridades adequadas. Além disso, os supervisores também revisaram todos os documentos escritos, visando, além da qualidade do registro e sugestões de aprimoramento, sua efetiva utilidade na rotina de trabalho.

A partir do mês de março, se estabeleceu a reconfiguração dos cargos na OS Instituto Elo, surgindo a Supervisão de Prevenção Social à Criminalidade e extinguindo Supervisão Metodológica e Supervisão da Gestão. Diante do novo formato, as supervisoras estiveram voltadas para a atuação junto à gestão social que, por sua vez, foi direcionada para proceder as orientações metodológicas junto à equipe técnica. Tal alteração também trouxe modificações nas referências de supervisão por Programa, fazendo com que o Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (APEC) passasse a ter uma profissional respondendo exclusivamente por ele na supervisão - antes disso, os supervisores da CEAPA estavam atuando junto às equipes APEC também.

Em relação ao aspecto qualitativo da execução, é fundamental destacar que permanece neste ano o desenvolvimento de capacitações periódicas para todo o corpo técnico do Programa, em uma perspectiva de agendas mensais. Neste primeiro trimestre, portanto, foram realizados três espaços com essa finalidade, com os temas "Construções analíticas do Relatório Qualitativo e Indicadores 2025", objetivando orientar sobre instrumentais e indicador na perspectiva deste ano; "A importância dos registros nos instrumentais do Programa CEAPA", desenvolvida com orientações teóricas e práticas sobre esses registros, focando em dois deles: o formulário de inscrição e acompanhamento do público e o formulário de registro das articulações de rede realizadas; e "Institutos Jurídicos e Comunicação com o Poder Judiciário (Ofícios)", visando instrumentalizar equipes e gestores sobre a comunicação com os juízos parceiros e alinhar o conhecimento jurídico atrelado às alternativas penais. Destaca-se que a capacitação de fevereiro, segunda temática citada, responde a uma das pactuações presentes no Plano de Ação da Auditoria.

Para além disso, a supervisão permaneceu executando capacitações introdutórias com os profissionais recém contratados, cujo intuito é proporcionar o repasse de informações sobre a estrutura na qual a CEAPA se baseia e atua, o aprofundamento das noções introdutórias da pauta das Alternativas Penais, e orientar de forma detalhada a aplicação da metodologia do Programa. Neste espaço, também estiveram presentes profissionais que careciam visitar o método, bem como gestores sociais que necessitavam aprofundá-lo.

Ainda sobre os elementos qualitativos realizados neste período, enfatiza-se que neste trimestre houve a execução de diversos Projetos de Prevenção que impulsionaram o Programa nos municípios e contribuíram na resolução de desafios atuais. Sublinha-se, também, a preparação e o início do Projeto Alvorada II, protagonizado pelo Programa PrEsp, no qual há

a participação de cumpridores da CEAPA como inscritos no curso de eletricista predial fornecido por instituições federais em Belo Horizonte, Montes Claros e Uberlândia; ainda no mês de março ocorreram as aulas magnas nesses municípios.

Por fim, destaca-se que no mês de março houve a retomada da atualização do Manual do Programa cuja modernização é essencial para subsidiar os novos profissionais quanto aos fluxos e procedimentos de trabalho e merece destaque pela importância da sistematização de conhecimento acumulado, visando a sua utilidade e o nivelamento técnico.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	
Indicador nº 4.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 22.428 •	• 23.294 •
Descrição do Indicador	
<p>Além de materializar as alternativas penais e garantir suporte ao Sistema de Justiça Criminal no monitoramento/fiscalização do cumprimento dessas medidas, a CEAPA também visa proporcionar ações de caráter educativo e reflexivo, bem como desenvolver ações específicas para a responsabilização, orientação e encaminhamentos para rede de proteção social, ações que são realizadas por meio de atendimentos individuais ou grupais.</p> <p>Para fins deste indicador, são considerados atendimentos realizados pela CEAPA:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novas pessoas com alternativas penais; 2. Atendimentos individuais de acompanhamento das pessoas com alternativas penais; 3. Participação das pessoas com alternativas penais em cada encontro do (a) Grupo de Inicialização, (b) Grupo de Acompanhamento, (c) Grupo Introdutório e (d) Grupo de Finalização ao longo do cumprimento da determinação judicial que assinaram lista de presença; 4. Participação das pessoas com alternativas penais em cada encontro dos Projetos de Execução de Alternativas Penais que assinaram lista de presença; 5. Participação das pessoas com alternativas penais em cada encontro dos Grupos de Responsabilização para homens autores de violência contra a mulher que assinaram a lista de presença. 	
Fonte de comprovação do indicador	
<p>Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.</p>	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 25º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019, de 01/01/2025 a 31/03/2025 foram realizados cumulativamente • 23.294 • atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 22.428 •, o programa atingiu 104% da meta. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 10 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA

UPC	24º PA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
ARAGUARI	1970	166	198	190	554
BARBACENA	2873	362	374	320	1057
BELO HORIZONTE	16239	1755	2192	1361	5321
BETIM	7997	582	581	480	1643
CONTAGEM	8495	899	786	738	2426
CURVELO	1887	222	185	186	593
DIVINOPOLIS	1484	173	157	244	579
GOVERNADOR VALADARES	4603	242	243	272	757
IBIRITE	4147	258	286	221	765
IPATINGA	4625	324	321	328	974
JUIZ DE FORA	5884	381	413	423	1217
MONTES CLAROS	3947	290	363	289	942
POUSO ALEGRE	0	0	0	0	0
R. DAS NEVES	4109	402	419	418	1239
SANTA LUZIA	3231	205	212	196	613
SETE LAGOAS	3429	243	255	242	740
UBERABA	4059	341	317	364	1022
UBERLÂNDIA	4381	421	479	493	1395

UPC	24º PA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
VARGINHA	2061	412	352	243	1007
VESPASIANO	2092	163	178	134	475
TOTAL	87513	7841	8311	7142	23319

No 25º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 foram realizados 23.294 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais. Para o atual período, a meta prevista era de 22.428 atendimentos, o que torna factível a superação da meta no trimestre em estudo em 3,9%.

É sabido que o referido indicador é composto por 5 modalidades de atendimento, são elas: Atendimentos individuais de inscrição, Atendimentos individuais de acompanhamento, Atendimentos grupais na PSC, Atendimentos grupais de PEAP e Atendimentos grupais nas Ações de Responsabilização.

Ao analisar o desempenho quantitativo de cada uma dessas modalidades, nota-se a predominância dos atendimentos individuais de acompanhamento, que representaram 47,9% do volume de atendimentos realizados no período. Nessa modalidade, é realizado o monitoramento das alternativas penais e há atuação técnica em vulnerabilidades sociais e/ou riscos criminais do público - o que culmina no expressivo valor.

Além disso, ressalta-se a execução dos grupos como frente de trabalho consolidada no Programa, especialmente as Ações de Responsabilização para homens autores de violências contra as mulheres, que representaram 23,3% dos atendimentos realizados no trimestre em tela. O alcance de atendimentos individuais e grupais robustos nesta modalidade demonstra a forte atuação do Programa nos fenômenos de violência contra a mulher através de intervenções reflexivas e responsabilizadoras com os homens, visando a construção de repertórios de respostas a conflitos e comportamentos mais saudáveis.

Cabe frisar ainda, que a performance neste indicador está fortemente atrelada às inscrições no Programa e o referido resultado demonstra consistência na porta de entrada e confiabilidade dos atores do Sistema de Justiça no trabalho nas Centrais, considerando as 2621 inscrições realizadas entre janeiro e março, em que pese o recesso forense do início do ano.

Posto isso, é essencial ressaltar que o indicador de número acumulado de atendimentos do programa, para além do dado quantitativo que se destaca, demonstra a atuação de equipes profissionais junto ao público por meio de construções em conjunto com cada pessoa atendida. Assim, variações nesta frente de trabalho devem considerar escalas sobre o Programa, sobre o público, sobre a rede de proteção e sobre o Sistema de Justiça.

Por fim, cabe destacar, em detalhes, o desempenho de algumas Centrais que contribuíram positivamente para o quantitativo em questão.

- **Uberlândia:** O município em análise demonstra um histórico de desempenho consistentemente superior ao previsto no indicador 4.1, padrão que se manteve no trimestre em questão. Registrou-se uma produtividade 84% acima da meta estabelecida para unidades de porte similar.

A modalidade de atendimento que apresentou maior expressividade foi o atendimento individual de inscrição. Conforme previamente reportado em relatório anterior, o aumento nesta categoria é atribuível às articulações estabelecidas junto à Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Nesse contexto, o número de medidas protetivas de urgência com inscrição no Programa se manteve significativo, alcançando 94 inscrições somente neste recorte trimestral.

Ademais, em relação à meta trimestral de 756 atendimentos, a unidade alcançou um desempenho notável na modalidade de atendimento individual de acompanhamento, correspondendo a aproximadamente 93,25% do esperado, com a realização de 705 atendimentos nesta única modalidade.

Outrossim, observa-se a execução frequente de grupos de responsabilização com homens autores de violência contra às mulheres. Diante do expressivo fluxo de pessoas autuadas na Lei Maria da Penha e inscritas no Programa, a tendência é a manutenção ou mesmo o aumento desta modalidade interventiva.

- **Contagem:** no referido trimestre, o município desempenhou resultado 60% acima de sua meta, demonstrando crescimento exponencial desde 2024 neste indicador. Há que se levar em conta, principalmente, o volume de casos encaminhados ao programa, com destaque para o mês de fevereiro em que foram realizadas quase 120 inscrições. Ao analisar esses dados, revela-se o alto investimento da Vara de Violência contra a mulher nas intervenções de responsabilização feitas pela Central, que se tornou o principal juízo encaminhador, mas é essencial sublinhar que esse valor deve ser analisado constantemente em relação à capacidade técnica de absorção dos casos e execução de grupos. Também nesse sentido, destaca-se o alto quantitativo de casos encaminhados pelo Juizado Especial Criminal neste trimestre, responsável por 25% das inscrições entre janeiro e março, o que deve ser reconsiderado

considerando a necessária priorização das alternativas à prisão. Isto posto, como consequência das inscrições, também se verifica impacto nas demais modalidades de atendimento, justificando o desempenho além da meta esperada.

- **Barbacena:** como já registrado em relatórios anteriores, enfatiza-se a execução de Ações de Responsabilização para homens autores de violências contra as mulheres como principal frente de trabalho da equipe, que levou à superação da meta prevista em 40%. Os casos direcionados para cumprimento de Medida Protetiva de Urgência representam 92% das inscrições do trimestre, e a modalidade grupal relativa à temática corresponde a 65,6% do total de atendimentos realizados no período.

Por outro lado, também cabe elucidar o desempenho insatisfatório de alguns municípios no referido indicador:

- **Divinópolis:** no referido período, o município atingiu 76% de sua meta e, ainda que o resultado tenha permanecido aquém do esperado, é importante frisar que esse desempenho registra o comportamento ascendente neste indicador, já que no período anterior registrou-se 57% da meta - que era quantitativamente inferior. Como já relatado em relatórios anteriores, a insuficiência dos resultados está diretamente atrelada à porta de entrada do Programa e, mesmo com o aumento no número de novas entradas, ainda está abaixo do esperado para impactar expressivamente no indicador de atendimento. Entretanto, é fundamental destacar a impressionante performance do município no mês de março, que realizou 244 atendimentos (97% de sua meta), resultado histórico dessa Central. Em março, Divinópolis iniciou o primeiro Grupo de Responsabilização para homens autores de violências contra as mulheres e, para além de robustecer o quantitativo desempenhado neste indicador, passou a fortalecer o enfrentamento a este fenômeno de violência, através de intervenções reflexivas e responsabilizadoras para esses homens nos vieses individual e grupal.
- **Ibirité:** a unidade em questão, historicamente, não tem figurado comumente nas análises de indicadores de desempenho em virtude de resultados aquém do esperado em sua execução. Dos 1.008 atendimentos previstos para o presente PA, se constatou a efetivação de 765, representando uma taxa de execução de 76% do estabelecido. Contudo, para uma compreensão aprofundada desta performance desbussolada com as expectativas, torna-se imprescindível considerar que o trimestre em análise foi caracterizado, nesta unidade específica, por alterações substanciais em sua composição de recursos humanos. Observaram-se períodos de vacância profissional, decorrentes de licenças médicas e solicitações de desligamento, os quais impactaram significativamente a abertura e a execução de grupos de responsabilização destinados a homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher, sendo esta a modalidade de grande destaque nessa unidade.

Visando a reversão do cenário apresentado, a recomposição da equipe foi devidamente providenciada, abrangendo a inclusão de capacitação individualizada para a profissional recém-contratada e a reorganização dos fluxos de trabalho. Tais medidas têm como objetivo primordial a retomada do foco na efetivação dos atendimentos planejados.

- **Governador Valadares:** entre janeiro e março deste ano, o município desenvolveu 75% de sua meta de atendimentos para o período. Tal desempenho está atrelado à queda de encaminhamentos de casos de Medidas Protetivas de Urgência desde 2024, o que permanece sendo objeto de trabalho da gestão social, supervisão e Diretoria. Além disso, é importante sublinhar a necessidade de organização interna para execução das múltiplas frentes de trabalho no Programa a contento, já que esta Central também figura no indicador 4.4 pelo resultado temerário do tempo em que os casos ficam aguardando encaminhamento, especialmente para iniciar os grupos reflexivos (PEAP). Assim, a organização deve ser prioridade do trabalho da gestão social e dos atores que acompanham o desempenho do município para que melhores resultados sejam atingidos.
- **Araguari:** neste período a equipe realizou 73% da meta pactuada, ficando aquém do esperado. O resultado insuficiente está relacionado com a redução do número de atendimentos de inscrição no município desde os meses de novembro e dezembro de 2024. Diante desse cenário, também para 2025, gestão social, supervisão e Diretoria permanecerão trabalhando pelo aumento de casos encaminhados, a partir da abertura de portas de entrada junto ao Poder Judiciário local, especialmente no que tange às alternativas à prisão.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	
Indicador nº 4.2. Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 75% •	• 73% •
Descrição do Indicador	
Este indicador objetiva mensurar o cumprimento das alternativas penais acompanhadas pela CEAPA. Entendem-se como alternativas penais cumpridas aquelas que tenham se concluído conforme determinação judicial, baixadas pelo cumprimento integral ou pela ocorrência de indulto concedido pelo Poder Judiciário. Não serão consideradas para fins de cálculo desse indicador as ocorrências de fatores externos ao Programa CEAPA, tais como: baixa processual devido a conversão por outra pena/medida não acompanhada pela CEAPA; baixa por conversão da pena/medida alternativa em prisão por motivo diverso do descumprimento; baixa por transferência de comarca; baixa por falecimento; baixa por prescrição; baixa realizada pelo Poder Judiciário por motivos diversos.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 25º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 de 01/01/2025 a 31/03/2025 o percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial foi de • 73% •. Considerando que a meta estabelecida foi de • 75% •, o Programa deixou de alcançar 2% da meta estabelecida para o indicador. Abaixo seguem informações relativas ao percentual de cumprimento por município.

Tabela 11 - Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial

	Nº TOTAL DE PENAS BAIXADAS POR CUMPRIMENTO INTEGRAL	Nº TOTAL DE PENAS BAIXADAS	% DE CUMPRIMENTO	METAS
ARAGUARI	30	48	63%	75%
BARBACENA	69	77	90%	75%
BELO HORIZONTE	588	863	68%	75%
BETIM	118	196	60%	75%
CONTAGEM	198	263	75%	75%
CURVELO	52	58	90%	75%
DIVINOPOLIS	37	45	82%	75%
GOVERNADOR VALADARES	52	65	80%	75%
IBIRITE	49	63	78%	75%
IPATINGA	90	122	74%	75%
JUIZ DE FORA	71	96	74%	75%
MONTES CLAROS	56	77	73%	75%
POUSO ALEGRE	0	0	0%	75%
R. DAS NEVES	85	108	79%	75%
SANTA LUZIA	43	66	65%	75%
SETE LAGOAS	47	65	72%	75%
UBERABA	90	114	79%	75%
UBERLÂNDIA	54	66	82%	75%
VARGINHA	107	122	88%	75%
VESPASIANO	36	48	75%	75%
TOTAL	1872	2562	73%	75%

Diante do acréscimo da meta, neste indicador é previsto que o percentual de cumprimento das alternativas penais acompanhadas seja, no mínimo, de 75%. No período avaliatório em tela registrou-se a média de 73%, ou seja, houve alcance de 97,3% do percentual esperado.

A leitura e análise desse indicador exige um olhar amplo sobre todos os processos e eixos de trabalho executados nas unidades, diante do cenário de acompanhamento de cinco modalidades de alternativas penais no programa. Assim, examinando o desempenho por alternativa penal, observa-se que duas das cinco modalidades não alcançaram os 75%, quais sejam, prestação de serviços à comunidade (68%) e medidas cautelares (69%). As três restantes foram além da meta desejada.

Em relação à PSC, por ser a alternativa penal que é desenvolvida em parceria com a rede, além da atuação técnica de intervenções de responsabilização e/ou em vulnerabilidades sociais e riscos criminais que impactam o cumprimento, é necessário investir em articulações de rede – em volume e constância – com vistas à qualificação da prestação de serviços à comunidade e do acompanhamento do público, a fim de que, além da Central, as instituições também contribuam na regularização da alternativa penal e consequente integralização das horas determinadas. Tais ações de rede ainda precisam ganhar maior protagonismo no cotidiano das equipes técnicas pois, como versa a análise do indicador 4.3 deste relatório, ainda não são realizadas a contento.

No que toca às medidas cautelares, as equipes técnicas justificam o resultado negativo elencando alguns elementos que contribuem nos descumprimentos desta alternativa penal. As vulnerabilidades agudas do público interferem na sua organização pessoal para frequência de comparecimento na UPC, ainda que haja esforço técnico de contribuição nesse sentido. Em Belo Horizonte, por exemplo, há número significativo de pessoas encaminhadas que residem na região metropolitana, o que dificulta o cumprimento regular. Diante desse cenário, as equipes trabalham pela ampliação das modalidades de acompanhamento das cautelares apostando na intervenção coletiva, mas ainda se faz necessário qualificar o acompanhamento dessa modalidade de alternativa penal como, por exemplo, a partir do estreitamento entre as equipes CEAPA e APEC para construções qualificadas junto ao público e maior aproximação com a rede de proteção social para referenciamento das PAPs.

Por outro lado, é fundamental citar que a alternativa penal que apresentou o melhor desempenho ao longo deste período, e do ano de 2024, foi a modalidade de Pena Pecuniária, cuja média do percentual de cumprimento corresponde a 83%. Salienta-se que o cumprimento da alternativa penal está diretamente relacionado à priorização do monitoramento desses casos, considerando, também, que as equipes precisam dar suporte à rede parceira para construção de projetos para recebimento desses valores.

Por fim, novamente acentua-se a necessidade de atuação de múltiplos atores para que a organização do trabalho viabilize a execução das diversas frentes e que todas sejam realizadas satisfatoriamente, e, nesse sentido, destaca-se o monitoramento mensal. Para tanto, e a partir de acompanhamento cotidiano, se deve visar a consolidação da lógica mensal e sequencial do monitoramento; o refinamento de fluxos internos; o aprimoramento da logística de protocolo de ofícios físicos e digitais; e o arquivamento dos instrumentais do Programa.

Ademais, como previsto metodologicamente, as intervenções para regularização da alternativa penal devem ser realizadas de forma tempestiva, sejam elas atendimentos para responsabilização do público e atuação nos riscos criminais, elaboração dos encaminhamentos para cumprimento de PSC na temporalidade adequada, convocação de cumpridores irregulares, encaminhamentos para a rede parceira diante das vulnerabilidades apresentadas, dentre outras. Neste sentido, os analistas sociais, gestão social e a supervisão de cada município vêm construindo estratégias de organização e lançando mão de diferentes recursos para impulsionar os processos de trabalho que envolvem o indicador.

Assim, visando apresentar elementos que justificam o resultado aquém do esperado para o período, destaca-se alguns municípios:

- **Santa Luzia:** Alcançando uma média de 66% do referido indicador no trimestre, o município de Santa Luzia apresenta constante oscilação na performance dentro dos meses, o que culminou no desempenho insatisfatório deste indicador também no 25º PA. Um fator essencial para esse desequilíbrio está atrelado ao baixo envio de casos para grupos, que aumenta o tempo de início do cumprimento até que se forme o quórum adequado, o que fragiliza o vínculo do público com a Central e contribui para o descumprimento da alternativa penal. Esse aspecto será atenuado a partir da realização de grupos na modalidade aberta, que otimiza a gestão de vagas e soluciona o tempo de espera. Além disso, também em Santa Luzia, é preciso sublinhar que são realizados alinhamentos metodológicos necessários para que a equipe técnica avance na atuação junto aos casos irregulares e às instituições parceiras atinentes à PSC, efetivando-os com proximidade, a fim de que alcance a assertividade das intervenções a partir da organização interna para tal.

- **Araguari:** no referido trimestre, Araguari obteve a média de 63% de alternativas penais cumpridas, com destaque para o desempenho crítico na modalidade de Medida Protetiva de Urgência. O não alcance da expectativa deve permanecer sendo objeto de intervenção da gestão social e supervisão no intuito de qualificar o atendimento ao público ofertado pela equipe técnica, sobretudo no que tange à profundidade das intervenções nos casos irregulares. Outro elemento central desse desenvolvimento é o aprimoramento da organização interna para abertura de grupos na tempestividade adequada para que não haja prejuízo no vínculo das pessoas com a Central. Esse aspecto será atenuado a partir da realização de grupos na modalidade aberta, que otimiza a gestão de vagas e soluciona o tempo de espera.
- **Betim:** No presente período de avaliação, o município em questão registrou um percentual de 60% de cumprimento integral dos casos encerrados, resultado que se situa aquém da meta estabelecida para este indicador.

Ao direcionar a análise para essa questão específica, se constata que as três modalidades de alternativas penais, em execução hoje na unidade, obtiveram dados inferiores ao proposto. São elas: Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), Projetos de Execução Alternativas Penais (PEAPs) e Medidas Protetivas de Urgência (MPU), sendo a primeira a evidenciar os valores mais deficitários.

Um dos fatores relevantes para a compreensão desse desempenho reside no intervalo temporal entre o ingresso do caso no Programa e a data de início do cumprimento da determinação, seja a inclusão no grupo ou o encaminhamento para a PSC. É notório que a extensão desse lapso temporal tende a aumentar os desafios para a efetiva apropriação e adesão ao cumprimento por parte da pessoa atendida.

Outro elemento que pode contribuir para o insucesso observado é a possível falta de tempestividade da equipe na identificação e atuação diante de ocorrências ou irregularidades que comprometam o cumprimento da alternativa penal. A ausência de intervenção célere pode levar ao agravamento das faltas nos espaços de cumprimento, culminando, conseqüentemente, no descumprimento da determinação judicial.

Diante do reconhecimento desta problemática, a gestão social receberá orientação e suporte da supervisão para elaborar um plano de ação estratégico, visando favorecer a superação do cenário apresentado e a melhoria dos indicadores de cumprimento integral.

Além disso, é importante colocar em cena algumas considerações acerca de municípios que realizaram performance além dos valores pactuados e que, por isso, se tornam objeto de análise, a fim de provocar reflexão sobre essas condições e entender o papel desempenhado por eles nesse período.

- **Curvelo:** No trimestre corrente, a unidade de Curvelo mantém seu foco primordial na execução de atendimentos relacionados às Ações de Responsabilização com homens autores de violência contra às mulheres, tanto na modalidade individual quanto grupal. Destarte, a composição significativa de atendimentos individuais e grupais, inseridos no escopo dessas ações, é planejada e implementada tempestivamente, conduzindo a intervenções consideradas satisfatórias para o encerramento por cumprimento integral da determinação judicial imposta ao público-alvo.

Ressalta-se que a referida unidade assegura, atualmente, a disponibilidade de vagas em grupos, por meio da manutenção da modalidade aberta, para todos os casos no momento da inscrição, com exceção daqueles que apresentam atipicidades e demandam avaliação prévia. Conseqüentemente, se observa um elevado índice de encerramento por cumprimento integral, atribuível à atuação célere e assertiva junto ao público atendido, fator este que se configura como uma constante na dinâmica operacional da unidade, resultando em um percentual de cumprimento superior ao estabelecido para o indicador em questão, como se revela nos seus 90% na meta em tela.

- **Barbacena:** no referido período avaliatório, Barbacena desenvolveu a média de 90% de cumprimento de alternativas penais, reflexo da regularidade do monitoramento e da atuação próxima aos casos. Além disso, a modalidade aberta dos grupos de responsabilização favoreceu a gestão de vagas desse espaço e reduziu o tempo de espera para iniciar o cumprimento, fator primordial para manutenção do vínculo com a Central. Nesse mesmo sentido, os encaminhamentos para cumprimento de PSC são realizados dentro da temporalidade desejada e respeitando os limites e possibilidades do público, o que contribui para maior regularidade e, conseqüentemente, maior índice de cumprimento integral.
- **Varginha:** No trimestre corrente, a unidade em questão demonstrou um percentual de cumprimento significativamente superior ao projetado (88%), reiterando o desempenho notável observado em períodos pretéritos. Os fatores que fundamentam tal resultado se mantiveram relevantes neste ciclo, e notadamente a celeridade na intervenção junto ao público, tanto por meio da modalidade grupal quanto do atendimento

individualizado, se manteve. Essa agilidade contribui para o estabelecimento de vinculação com o Programa e para a atuação direta sobre o fenômeno criminal ou a dinâmica de violência que motivou a determinação judicial.

- As modalidades grupais, abrangendo tanto as medidas protetivas de urgência quanto outras temáticas nos PEAP's, se configuram como os principais impulsionadores deste desempenho. Noutra giro, ainda que o índice de baixas na Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) tenha se situado aquém do esperado, tal resultado não se mostrou suficiente para eclipsar os indicadores positivos alcançados nas intervenções coletivas.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	
Indicador nº 4.3. Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 1.602 •	• 1.429 •
Descrição do Indicador	
<p>O Programa CEAPA desenvolve as alternativas penais com o suporte de equipamentos públicos e entidades do terceiro setor em cada município, numa perspectiva horizontal, e propõe um acompanhamento integrado das pessoas em alternativas penais.</p> <p>Este indicador objetiva mensurar as ações da CEAPA de orientação e acompanhamento dos profissionais que compõem essa rede. Para fins deste indicador, são consideradas ações junto às redes de apoio:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Visitas de monitoramento às instituições da rede parceira para recebimento de Prestação de Serviços à Comunidade ou Projetos de Execução de Alternativas Penais; 2. Reuniões de articulação com instituições da rede parceira para recebimento de Prestação de Serviços à Comunidade ou Projetos de Execução de Alternativas Penais para discussão sobre fluxos de encaminhamento, fluxo de comunicação e acompanhamento do público; 3. Reuniões de articulação com instituições da Rede de Proteção Social para discussão sobre o acompanhamento do público, fluxos de encaminhamento e fluxo de comunicação; 4. Reuniões de articulação com os órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, para discussão sobre fluxos de encaminhamento de alternativas penais; fluxo de comunicação e acompanhamento do público; 5. Participações em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes nos municípios que discutam temas relacionados às alternativas penais ou transversais; 6. Visitas para captação de novas parcerias; 7. Número de articulações realizadas nos encontros de rede desenvolvidos pelo Programa. 	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 25º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que foi de 01/01/2025 a 31/03/2025 foram realizadas cumulativamente • 1.429 • ações do programa CEAPA junto às redes de apoio. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 1.602 •, o objetivo não foi alcançado plenamente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 12 - Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio

UPC	24º PA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
ARAGUARI	160	24	28	22	74
BARBACENA	152	19	14	20	53
BELO HORIZONTE	409	56	93	102	251
BETIM	331	25	33	27	85
CONTAGEM	450	36	39	34	109
CURVELO	203	19	19	19	57
DIVINOPOLIS	242	20	18	11	49
GOVAL	291	25	24	26	75
IBIRITE	220	22	20	6	48
IPATINGA	298	12	27	19	58
JUIZ DE FORA	398	11	37	42	90
MONTES CLAROS	211	15	24	25	64
POUSO ALEGRE	0	0	0	0	0
RIBEIRÃO DAS NEVES	290	22	21	31	74
SANTA LUZIA	237	21	39	10	70

UPC	24º PA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
SETE LAGOAS	204	19	19	18	56
UBERABA	227	18	24	25	67
UBERLÂNDIA	279	11	19	19	49
VARGINHA	157	17	21	20	61
VESPASIANO	179	14	13	15	42
TOTAL	4938	406	532	491	1432

No trimestre em análise, as dezenove unidades do Programa CEAPA registraram um total de 1.429 articulações de rede. Embora o desempenho deste indicador tenha demonstrado um incremento em comparação com o período precedente, se constata que a progressão desta execução não atingiu a meta estabelecida. Dessa forma, as ações concretizadas representam 89,19% do objetivo de 1.602 articulações planejadas.

Em consonância com relatórios anteriores, a consecução da meta demanda a priorização das articulações de rede e a organização sistemática do trabalho, de modo a garantir a circulação qualificada e constante nesses espaços. Nesse sentido, a supervisão promoveu, em dezembro de 2024, uma iniciativa formativa sobre a temática da Rede e as diretrizes de atuação no Programa, com o intuito de fomentar e qualificar este eixo. Adicionalmente, se observa o incentivo a utilização rotineira de recursos para orientar e subsidiar a elaboração de agendas e prioridades, visando a internalização, pelas equipes e gestores, da relevância das ações de rede e seu consequente reflexo na produção de dados para o alcance da meta.

Outrossim, se reitera o quantitativo insuficiente de ações de rede desenvolvidas pela unidade de Belo Horizonte. Tal aspecto impacta significativamente o desempenho global do indicador, considerando que o município é responsável por 25% da meta do Programa, em virtude de sua magnitude. Essa frente de trabalho permanecerá sendo objeto de intervenção da supervisão para que o desenvolvimento das ações de rede ganhe solidez.

Apesar do desempenho aquém do esperado na meta deste indicador, torna-se pertinente aprofundar a análise, considerando as modalidades de maior execução pelas equipes e seu destaque no âmbito do Programa. Destarte, a seção subsequente se dedicará à exploração desses aspectos.

No período de janeiro a março de 2025, no que concerne às possibilidades de alinhamento com as instituições parceiras da rede, a execução de articulações com o Poder Judiciário totalizou 53, denotando uma redução em relação ao período anterior. A diminuição deste quantitativo requer uma análise mais detalhada e será objeto de atenção prioritária no próximo período, dada sua relevância intrínseca para o Programa. O foco anunciado será viabilizado pelo novo modelo de supervisão, que contempla a atuação no desenvolvimento metodológico dos gestores sociais das unidades. A atuação sistematizada e constante junto ao Poder Judiciário não se restringe à necessidade de ampliação do número de pessoas encaminhadas às Centrais em alguns municípios, ou à expansão das modalidades de alternativas penais acompanhadas em outros, mas configura-se como um movimento essencial para o alinhamento progressivo do Programa com fluxos de comunicação céleres e eficientes com esses órgãos.

Ademais, no trimestre em escrutínio, a maior representatividade do CEAPA nas redes dos territórios de atuação ocorreu por meio das articulações de monitoramento junto às entidades parceiras no acolhimento de pessoas em cumprimento de alternativas penais, totalizando 747 ações das 1.429 registradas. Este eixo demonstra ser o mais desenvolvido pelas equipes, uma vez que o número de parceiros cadastrados para o recebimento de prestação de serviço à comunidade constitui uma parcela expressiva dos órgãos e serviços presentes nos municípios.

Em contrapartida, o trabalho desenvolvido na modalidade de Encontro de Rede apresentou resultados modestos, quando confrontado com seu potencial para a qualificação do trabalho. Foram efetivadas apenas 50 articulações nesta frente. Não obstante o incentivo e a orientação contínua às equipes acerca desta modalidade, em virtude de seu potencial para aprofundar os aspectos reflexivos concernentes às alternativas penais, se observa um progresso limitado no alcance da meta. A interpretação sugere uma despriorização do eixo de trabalho com a rede e sua forma coletiva, e por isso os encontros sofrem com a ausência de inclusão em calendários e cronogramas de execução. E estes, quando existentes, são negligenciados em face de demandas emergentes. Em virtude da persistência desses cenários, esta temática permanecerá em pauta junto às equipes, com o objetivo de concretizar o potencial deste escopo delineado na metodologia.

Finalmente, embora não se aborde todas as modalidades descritas neste indicador, compete ainda discorrer sobre a atuação junto à rede de proteção, considerando os fluxos e casos para o atendimento das diversas demandas de vulnerabilidade que acometem significativamente o público das alternativas penais. Neste contexto, foram efetuadas 153 ações, que, ao serem desagregadas entre os valores trimestrais e a execução pelas 19 unidades, revelam um dado consideravelmente inferior ao que se considera adequado, face às demandas emergentes nos atendimentos e grupos, tanto pelo número de pessoas atualmente ativas no programa quanto pela compreensão do perfil do público-alvo da atuação do sistema penal.

Para este recorte, a capacitação de dezembro também evidenciou a importância desta modalidade, e entende-se que equipes e gestão não carecem de conhecimento sobre suas potencialidades. Contudo, observa-se a repetição da despriorização deste eixo e a ausência de organização equilibrada das frentes de trabalho ao longo dos meses.

Isto posto, faz-se necessário aprofundar a análise dos municípios que não contribuíram a contento para o desempenho nesse indicador no referido período.

- **Ibirité:** No presente trimestre, a unidade em análise alcançou 67% da meta estabelecida de 72 ações pactuadas. Embora o desempenho quantitativo não tenha correspondido às expectativas para o período, é imperioso considerar que esta unidade não apresenta, em seu histórico, insucesso no alcance das metas de seus indicadores de modo frequente.

Conforme explicitado na análise do indicador 4.1 deste relatório, o cenário de instabilidade da equipe, caracterizado por uma composição significativamente comprometida em decorrência de licenças médicas e desligamentos, demandou a implementação de um regime de trabalho em contingência, com consequente redução na execução dos diversos eixos de atuação. Nesse contexto, a realização do número de ações junto à rede parceira, atividade que inerentemente requer tempo dedicado à elaboração e implementação, foi temporariamente preterida. Tal medida se mostrou necessária para garantir, minimamente, a manutenção da porta de atendimento ao público que se apresenta espontaneamente à Unidade. A priorização da porta de atendimento visou assegurar a continuidade dos serviços ao público atendido, em face das limitações impostas pela conjuntura de recursos humanos.

- **Belo Horizonte:** No presente período avaliativo, a unidade de Belo Horizonte registrou resultados aquém do esperado no que concerne à atuação junto à rede parceira, ao realizar 63% das 396 ações pactuadas, reiterando uma tendência observada em períodos precedentes. Contudo, o trimestre em análise demonstra uma execução superior em comparação com o desempenho passado, sinalizando um processo de progressão nesta área de atuação.

Os esforços empreendidos para o direcionamento sistematizado do trabalho, implementados por meio de capacitações temáticas sobre a articulação em rede e de supervisões in loco com a equipe técnica (feitas nos dois primeiros meses do ano), favorecem um incremento no quantitativo de ações efetivadas. Todavia, este aumento ainda se revela insuficiente para alcançar os valores estabelecidos pela nova meta anual.

Evidencia-se que as estratégias propostas e implementadas produzem efeitos positivos, e a reiteração da necessidade de seu aprimoramento e integração orgânica ao cotidiano da equipe e da gestão se faz premente. Atualmente, a ênfase para esta unidade reside na sistematização das ações em rede por meio de um cronograma estruturado e na criação de um espaço seguro e facilitador para o cumprimento das agendas previamente definidas.

Não se trata de um desconhecimento do escopo metodológico que define a articulação em rede como um eixo fundamental das alternativas penais, mas sim da necessidade de integrar estas ações de forma indissociável ao calendário de grupos e atendimentos individuais, conferindo-lhes a mesma prioridade e planejamento sistemático.

- **Ipatinga:** no referido período, o município executou 64% de sua própria meta. Para justificar tal resultado, cabe mencionar que a cidade de Ipatinga foi atingida por fortes chuvas em janeiro e foi decretado o estado de calamidade pública na cidade, o que também afetou várias instituições parceiras, sendo impossibilitada a realização de visitas. Além disso, também em janeiro, houve a mudança de endereço da própria UPC, bem como do horário de funcionamento para atendimento ao público do Programa, que passou a ser no turno da tarde. As mudanças institucionais exigiram reorganizações da equipe em todas as frentes de trabalho, o que permanecerá sendo objeto de intervenção da gestão social e supervisão, visando a execução simultânea das ações e qualificando a entrega neste indicador.

Em outra perspectiva, algumas equipes lograram êxito em seguir as diretrizes de organização de eixos e demandas, respondendo de maneira satisfatória à meta pactuada, inclusive superando-a. A seguir, alguns desses municípios serão analisados com o objetivo de identificar e aproveitar os fatores de sucesso observados:

- **Araguari:** no referido período, Araguari desempenhou quantitativo 37% acima de sua própria meta. Tal resultado ocorreu devido ao monitoramento das instituições que compõem a rede de alternativas penais, através do recebimento do público da PSC, visando qualificar o acompanhamento e o cumprimento. Nessas oportunidades, foi dada especial atenção àquelas entidades que recebem maior número de cumpridores, bem como ampliou-se as possibilidades de horário e atividades de PSC, contribuindo para a adesão e regularização do público.

- **Santa Luzia:** entre janeiro e março deste ano, o município desempenhou quantitativo 30% acima de sua própria meta. Esse resultado está atrelado, principalmente, à maior aproximação da rede de alternativas penais diante da alteração na gestão do poder público municipal. Isso implica na modificação de diversas coordenações de equipamentos que são responsáveis pela parceria com o Programa e por acompanhar o público da PSC. Dessa forma, a intensidade das ações de rede no início de ano foi necessária e oportuna para a continuidade do cumprimento desta modalidade de maneira qualificada e alinhada aos princípios da CEAPA.

- **Montes Claros:** No presente período avaliativo, a unidade demonstrou uma performance meritória no indicador em questão, superando a meta estabelecida em 19%. Tal resultado evidencia o investimento prioritário da equipe nas ações de articulação com a rede de alternativas penais, especialmente no monitoramento das entidades que acolhem o público da Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), por meio da realização de intervenções específicas nessa modalidade prevista no indicador 4.3. Essa atuação direcionada visa aprimorar a qualidade do vínculo estabelecido com as entidades parceiras, bem como qualificar o acompanhamento das pessoas em cumprimento de alternativa penal. Neste sentido, a priorização desta modalidade de intervenção pela equipe se revela intrinsecamente coerente com o volume de casos ativos na PSC, se configurando, portanto, como o foco principal de sua atuação. Ademais, é notável o esforço empreendido pela unidade na interação com essa mesma rede, a partir do objetivo de fortalecer os fluxos de encaminhamento e comunicação, estabelecendo um diálogo direto com as demandas inerentes à modalidade de PSC.

Em contrapartida, as articulações com o Poder Judiciário local representam um ponto de atenção e cuidado, uma vez que nenhum movimento nessa direção foi registrado no trimestre em análise, no qual a Unidade vivenciou vacância no cargo de gestão social durante os primeiros meses do ano. Reconhecendo a importância fundamental do diálogo e do alinhamento constante com os diversos juízos parceiros para o sucesso das atividades de uma Central, a OS planeja direcionar seus esforços de atuação para este aspecto no trimestre subsequente já com a nova profissional contratada.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	
Indicador nº 4.4 - Percentual de alternativas penais ativas aguardando encaminhamento no período avaliatório	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 18% •	• 2,87% •
Descrição do Indicador	
<p>Este indicador objetiva mensurar o percentual de alternativas penais acompanhadas pela CEAPA que encontram-se aguardando encaminhamento para cumprimento por tempo superior a 120 dias. Entende-se como alternativas penais aguardando encaminhamento aquelas que, conforme determinação judicial, foram inscritas (ou deram reentrada) na CEAPA, mas ainda não foram encaminhadas para o cumprimento da alternativa penal, portanto não iniciaram o cumprimento. Conforme a metodologia da CEAPA, as alternativas penais podem se enquadrar nesse “status” (“aguardando encaminhamento”) por até 120 dias, prazo no qual a equipe técnica do Programa trabalha questões sociais e de vulnerabilidade com o público, realiza atendimentos de intervenção sobre a responsabilização do caso, e articula possibilidades de encaminhamento para cumprimento da alternativa penal.</p> <p>Entende-se que, após esse período (a partir do 121º dia), a alternativa penal que ainda não tiver sido encaminhada para cumprimento está incorrendo em alguma dificuldade ou irregularidade, o que vai ensejar uma intervenção mais direcionada.</p> <p>É preciso ressaltar, entretanto, que é fato que nem todas as alternativas penais serão encaminhadas dentro do prazo estabelecido, a despeito de o programa ter seguido toda a cartilha metodológica e cumprido suas intervenções de forma efetiva. Isso acontece porque o indicador sofre interferências de fatores externos ao programa CEAPA, tais como: necessidade de um tempo para a construção do encaminhamento qualificado objetivando adequar o cumprimento da alternativa penal às possibilidades, condições, interesses, experiências e habilidades do público e com as demandas das instituições da rede parceira do Programa; disponibilidade da rede para recebimento do público iniciar o cumprimento; quórum para formação mínima dos atendimentos grupais; o público-alvo do Programa é composto por pessoas em cumprimento de alternativas penais, portanto existem questões subjetivas, e que mesmo após as intervenções realizadas pela equipe, algumas pessoas não se responsabilizam perante o cumprimento da determinação judicial; vulnerabilidades, riscos sociais ou criminais que não puderam ser minimizados e/ou sanados, mesmo com favorecimento de fatores de proteção, também podem afetar o início do cumprimento; também existem situações em que o princípio da individualização da pena não é cumprido em sua integralidade e a pena ou medida aplicada não é passível de ser cumprida devido à realidade de vida da pessoa.</p> <p>Isto posto, o cálculo da meta do indicador deve considerar que existem fatores externos sobre os quais o programa pode intervir e contribuir para a minimização, mas não necessariamente eliminar por completo, devido à sua complexidade.</p> <p>Unidade de medida: percentual %</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
<p>Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.</p> <p>Fórmula de Cálculo: (número de alternativas penais aguardando encaminhamento para cumprimento fora do prazo de 120 dias após a inscrição ou reentrada / total de alternativas penais acompanhadas no período avaliatório) x 100%</p> <p>Polaridade: quanto menor melhor.</p> <p>Cálculo de Desempenho (CD): (resultado / meta) x 10</p>	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Para o ano de 2025, foi incluído um novo indicador no programa Ceapa com o objetivo de mensurar as alternativas penais ativas aguardando encaminhamento no período avaliatório. No 25º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que foi de 01/01/2025 a 31/03/2025, foram contabilizadas • 2,87% • alternativas penais ativas aguardando encaminhamento. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 18% , o objetivo foi alcançado plenamente. Abaixo seguem informações relativas ao indicador em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade – UPC.

Tabela 13 - Percentual de alternativas penais ativas aguardando encaminhamento no período avaliatório

UPC	ALTERNATIVAS PENAIS AGUARDANDO ENCAMINHAMENTO PARA CUMPRIMENTO FORA DO PRAZO DE 120 DIAS APÓS A INSCRIÇÃO OU REENTRADA	PERCENTUAL DE ALTERNATIVAS PENAIS AGUARDANDO ENCAMINHAMENTO
ARAGUARI	0	0%
BARBACENA	3	1%
BELO HORIZONTE	143	3%
BETIM	35	2%
CONTAGEM	172	7%
CURVELO	0	0%
DIVINOPOLIS	1	0%
GOVAL	153	15%
IBIRITE	38	4%
IPATINGA	0	0%
JUIZ DE FORA	12	1%
MONTES CLAROS	0	0%
POUSO ALEGRE	0	0%
RIBEIRÃO DAS NEVES	4	0%
SANTA LUZIA	33	3%
SETE LAGOAS	0	0%
UBERABA	3	0%
UBERLÂNDIA	5	0%
VARGINHA	51	6%
VESPASIANO	0	0%
TOTAL	653	3%

O início do ano de 2025 assinalou não apenas o 25º período avaliatório, mas também a efetivação dos dispositivos previstos no IX Termo Aditivo do Contrato de Gestão nº 002/2019. Nesse contexto, a inovação primordial concernente ao Programa CEAPA reside na operacionalização de seu mais recente indicador, designado como 4.4 - Percentual de alternativas penais ativas aguardando encaminhamento no período avaliatório. Concebido com o objetivo de aferir o lapso temporal entre a inscrição do público e o início concreto do cumprimento da medida imposta, conforme explicita sua formulação, o indicador é expresso por meio do percentual de alternativas penais inscritas e ativas que aguardam encaminhamento para cumprimento por um período superior a 120 dias.

O valor de referência estabelecido em 18% fundamenta-se, de acordo com o teor do Termo Aditivo, na premissa de que, em consonância com as diretrizes da CEAPA, as alternativas penais podem permanecer na condição de "aguardando encaminhamento" por um tempo de até 120 dias sem indicação de desempenho, vez que este prazo é considerado razoável para que as equipes técnicas possam realizar avaliações de risco criminal e vulnerabilidade, bem como promover aspectos de responsabilização antecedentes ao cumprimento. Adicionalmente, este período temporal facilita a articulação de estratégias para o encaminhamento efetivo ao cumprimento da alternativa penal. Sob essa perspectiva, se infere que, ultrapassado o limite de 120 dias sem o devido encaminhamento, a alternativa penal evidencia inconsistências processuais/metodológicas e demanda uma intervenção mais focalizada.

A análise do primeiro trimestre de execução da referida meta revela um desempenho exitoso em todas as unidades, apresentando um resultado real de 2,87% no mês de março. Tais valores se demonstram significativamente inferiores ao limite tolerado pelo indicador, sinalizando uma organização sistêmica das equipes para a inserção do público em grupos de reflexão, na rede de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), para o cumprimento individualizado, e no pagamento de pena pecuniária.

Em caráter complementar à análise, convém destacar que 14 das 19 unidades não registraram pessoas aguardando o início do cumprimento por um período superior a 120 dias. Entre as demais, a unidade de Governador Valadares se destacou como concentradora de desafios neste domínio nos dois primeiros meses do ano, atingindo 23% em fevereiro, um patamar 5% acima do tolerável. Contudo, a implementação de ações corretivas e a intervenção direcionada aos casos pendentes resultaram em uma expressiva redução desse percentual ao final do trimestre, alcançando 4%. Adicionalmente, as unidades

de Varginha e Contagem, embora distantes do valor máximo do indicador, apontam para a necessidade de monitoramento do tempo de espera, registrando ambas o valor de 6% e 7% respectivamente.

Para uma compreensão aprofundada dos desafios enfrentados pelas três equipes mencionadas em relação a este indicador específico, apresenta-se a seguir uma análise individualizada:

- **Governador Valadares:** Conforme previamente reportado, esta unidade enfrentou, nos dois primeiros meses do ano, valores próximos ou superiores ao estabelecido no indicador. Contudo, se tratava de casos com determinação de cumprimento em grupos reflexivos, com recortes de delitos de trânsito, conflitos e uso de substâncias psicoativas. Com a formação de grupos específicos para essas três temáticas no mês de março, a equipe logrou êxito em reduzir drasticamente os percentuais na meta desse indicador.
- **Contagem:** Os casos com tempo de espera superior a 120 dias para encaminhamento previsto na determinação judicial se concentram, predominantemente, na modalidade de alternativa penal de prestação de serviço à comunidade. Embora o número de casos pendentes por um período prolongado possa suscitar preocupação inicial, tal cenário reflete um momento de evolução impulsionado pela atuação da supervisão, à época metodológica, junto à equipe e à gestão, visando à priorização dos encaminhamentos. Em suma, observa-se uma tendência de melhora nesse quadro, sendo imperativo o ajuste para a priorização da resposta aos casos com tempo excedente e a manutenção das estratégias de articulação com a rede para o acolhimento do público. No tocante aos casos aguardando inserção em grupos, o percentual é composto por pessoas oriundas do Juizado Especial Criminal, no âmbito de delitos envolvendo conflitos e violências interpessoais. Atualmente, esses grupos estão em execução por meio de um parceiro externo, a organização Terceira Margem, o que demanda um investimento da gestão local para a compreensão desse gargalo e a prevenção de valores que possam comprometer o desempenho da meta.
- **Ibirité:** Este município encerrou o período avaliatório com um percentual de 7% no último mês. Esses dados são significativamente influenciados pela modalidade de grupos reflexivos por recorte de delito, mais especificamente no que concerne à determinação fundamentada no Artigo 28 da Lei de Drogas. Esse público tem sido direcionado para grupos conduzidos pela própria equipe, assim, para evitar o crescimento desse indicador, o foco da atuação será a abertura de novas vagas que contemplem essa temática específica, em que pese a instabilidade do corpo técnico já citada neste relatório.

Por fim, **ressalta-se a necessidade de um ajuste na fórmula de cálculo desse indicador em um próximo Termo Aditivo**, visto que seria mais adequado considerar no denominador **“o número de alternativas penas acompanhadas no último mês de referência do trimestre avaliado”**. Nosso entendimento é que essa medida deveria considerar o último *status* das alternativas penais acompanhadas e não o somatório de todo período. Apesar disso, destaca-se que essa situação não causou grandes impactos no resultado final, visto que, se considerarmos proposta em tela, o apuramento do indicador seria 2%.

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional	
Indicador nº 5.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 5.976 •	• 5.900 •
Descrição do Indicador	
<p>O Programa PrEsp busca garantir o atendimento qualificado às pessoas egressas do sistema prisional, enquanto direito assegurado na Lei de Execução Penal e disposto em legislações específicas, tornando extensivo o atendimento aos seus familiares a fim de favorecer o fortalecimento de vínculos de apoio e suporte social.</p> <p>Os atendimentos são realizados pela equipe técnica do Programa e visam: intervir em fatores de vulnerabilidades pessoais e sociais que possam favorecer o comportamento de risco e a vitimização; contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e de apoio comunitário; possibilitar e fomentar encaminhamentos para efetivação de direitos e garantias sociais bem como acesso às oportunidades existentes na rede de cada município; promover ações de enfrentamento à estigmatização que recaem sobre pessoas egressas do sistema prisional.</p> <p>Para fins deste indicador, são considerados atendimentos realizados pelo Programa:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novas pessoas egressas; 2. Atendimentos individuais de pessoas egressas para fins de acompanhamento; 3. Atendimentos individuais de familiares de pessoas egressas; 4. Atendimentos individuais de pessoas pré-egressas e/ou familiares de pessoas pré-egressas; 5. Participação de pessoas egressas em ações grupais realizadas pelo PrEsp que assinaram a lista de presença; 6. Participação de pessoas pré-egressas em ações grupais realizadas nas unidades prisionais que assinaram a lista de presença; 7. Participação de familiares de pessoas egressas em ações grupais realizadas pelo PrEsp que assinaram a lista de presença; 8. Participação de familiares de pessoas pré-egressas em ações grupais realizadas pelo PrEsp que assinaram a lista de presença. 	
Fonte de comprovação do indicador	
<p>Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.</p>	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 25º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/01/2025 a 31/03/2025 foram realizados cumulativamente • 5.900 • atendimentos em suas diversas modalidades no Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 5.976 •, alcançou-se 100,1% do objetivo. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 14 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP

UPC	24º PA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
BELO HORIZONTE	3.672	304	279	271	854
BETIM	1.559	110	58	93	261
CONTAGEM	1.752	198	142	160	500
DIVINÓPOLIS	997	89	95	104	290
GOVERNADOR VALADARES	1.020	72	64	65	201
IBIRITÉ	1.073	84	62	81	227
IPATINGA	1.308	63	92	69	224
JUIZ DE FORA	2.424	240	194	226	660
MONTES CLAROS	1.936	195	145	169	509
RIBEIRÃO DAS NEVES	2.045	174	141	153	468
SANTA LUZIA	1.067	118	115	132	365

UPC	24º PA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
SETE LAGOAS	1.871	121	172	180	474
UBERABA	1.152	99	95	84	278
UBERLÂNDIA	1.425	109	153	82	344
VESPASIANO	788	73	82	93	248
TOTAL	24.089	2.049	1.889	1.962	5.903

No 25º período avaliatório que inaugura os trabalhos desenvolvidos para o ano de 2025, atingiu-se, no que se refere ao indicador 5.1 - Número Acumulado de atendimentos o quantitativo, o quantitativo de 5.903 atendimentos, o que corresponde a 99% da meta pactuada.

Importa salientar que o início do ano de 2025 foi um ano marcado por mudanças estruturais significativas que ajustaram a execução estratégica dos trabalhos, a fim de se alcançar um maior rendimento e uma maior funcionalidade e agilidade nos processos de trabalho desenvolvidos pela ponta. A mudança mais significativa se deu no organograma estruturante da Organização Social incumbida da execução dos programas, por meio de um planejamento que buscou maior centralidade nos processos de decisão na ponta na figura da gestão social.

O primeiro trimestre de 2025 foi de reflexão, de implementação e de testagens de novos padrões no formato de trabalho, sendo que para alguns municípios houve ainda uma reavaliação dos parâmetros estabelecidos enquanto metas, a fim de adequar ao contexto e circunstâncias elementares da própria dinâmica territorial. Importante reforçar e destacar o contexto em que se dá a presente análise, pois o mesmo é decisivo para a avaliação de cenário que se pretende construir com o presente relatório.

No que toca especificamente ao alcance da meta pactuada, nota-se que três municípios vêm consolidando seu trabalho na frente de atendimentos e, por isso, destacaram-se mais uma vez no referido trimestre.

Com o alcance de 118% da meta estabelecida, Ribeirão das Neves vem demonstrando uma constância e uma estabilização na superação do indicador 5.1, mantendo o desempenho do ano anterior e o que é esperado para o município. Destaca-se o foco no trabalho de fortalecimento de ações voltadas aos usuários do município, sendo a aposta do município o desenvolvimento de ações e articulações que permitam o público acessar os seus direitos e espaços antes não viabilizados, movimento que tem repercutido positivamente no alcance do público. Fica evidente tal repercussão quando se direciona a atenção aos números. O município só em janeiro de 2025 (normalmente considerado um mês moderado de atendimentos em virtude do movimento gradual de retomada da vida) realizou 116 atendimentos de retorno, dos quais 36 foram com o público feminino, explicitando uma excelente qualificação dos atendimentos executados. Do mesmo modo, Contagem se sobressaiu também na superação do indicador 5.1, tendo alcançado 126% da meta pactuada para o município. O município só no mês de janeiro realizou consideráveis 198 atendimentos, sendo 38 voltados para o público feminino. O bom desempenho no referido município está atribuído a um investimento perspicaz da Gestão Social do Instituto Elo na organização do trabalho da equipe e no investimento da equipe técnica na criatividade das intervenções.

Com 154% de alcance da meta pactuada para o trimestre, Sete Lagoas obteve o maior percentual entre os municípios analisados, evidenciando uma importante progressão. No mês de fevereiro, observou-se um aumento significativo no número de atendimentos. Nota-se que o Programa tem crescido continuamente no município, gerando maior encontro da equipe com o público em espaços de rede, bem como a circulação de egressos e familiares na UPC.

No referido mês, obteve-se 54 participações em atividades coletivas realizadas dentro e fora da UPC, contemplando o público egresso, familiares de egressos, pré-egressos e familiares de pré-egressos. Esse crescimento está diretamente ligado ao trabalho da equipe, que vem ampliando o vínculo com o público atendimento, abrindo mais portas para a entrada de egressos e realizando o mapeamento qualificado dos territórios.

Não obstante os resultados gerais e de destaque dos municípios acima elencados, o começo do ano tem sido desafiador para alguns outros municípios, os quais não lograram êxito no atingimento da meta estabelecida para este indicador.

Belo Horizonte, um desses municípios, embora não tenha alcançado a meta estabelecida, se aproximou bem da mesma principalmente no primeiro mês do ano, tendo atingido 304 atendimentos no período. Num cenário geral, é importante destacar que o município compõe o grupo de cidades em que a SUPEC (Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade), através da Diretoria do programa, reavaliou o cenário contextual e realizou os ajustes pertinentes na configuração da equipe. A equipe, cuja previsão de composição inicial era de 8 analistas, passa a ser moldada a partir de uma equipe de 7 analistas, ficando, portanto, a meta pensada para o restante do ano de 308 atendimentos (considerando o parâmetro de 44 atendimentos por analista).

Sendo assim, embora o padrão de indicador em vigor no referido trimestre seja referenciado em 352 atendimentos, reforça-se que a equipe está operando num quantitativo reduzido de pessoal, o que se justificou a partir de leituras históricas e contextuais do município realizadas em conjunto pela Supervisão de Prevenção, Gestão Social do Elo e a Diretoria do programa.

Os municípios de Betim e Ipatinga não alcançaram a meta no período avaliado. As duas equipes têm vivenciado instabilidades no que se refere solidez da execução das frentes de trabalho, com desafios como afastamento por motivo de saúde, licença maternidade, constantes recomposição, dentre outros. Fatores que impactam diretamente no alcance e manutenção deste indicador. Com 57% da meta do trimestre alcançada, Ipatinga teve o menor desempenho entre os municípios.

Importante pontuar a mudança de imóvel da UPC de Abrangência Municipal de Ipatinga, que ocorreu no mês de janeiro de 2025. Toda mudança de imóvel exige uma organização prévia e estratégias eficientes para minimizar os impactos, já esperados, da adaptação dos egressos já acompanhados e da chegada de novos egressos. Assim, a equipe tem investido no mapeamento de possíveis espaços de circulação do público. Mesmo diante do cenário apresentado, a equipe realizou 31 novas inscrições no trimestre.

O município de Betim alcançou 93 participações de pré-egressos (68) e egressos (25) em atividades coletivas no trimestre. As ações realizadas nas unidades prisionais proporcionaram um espaço informativo, acolhedor e reflexivo voltado para o público pré-egresso.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional	
Indicador nº 5.2. Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 80% •	• 86% •
Descrição do Indicador	
<p>O Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp – tem por objetivo favorecer o acesso a direitos e promover condições para inclusão social de pessoas egressas do sistema prisional, minimizando vulnerabilidades relacionadas a processos de criminalização e agravadas pelo aprisionamento.</p> <p>Para o alcance desse objetivo torna-se necessário a construção de um vínculo do Programa com as pessoas egressas atendidas, já que as intervenções realizadas dependem de um conjunto de atendimentos continuados. Dessa forma, este indicador visa avaliar o percentual de retorno do público atendido ao PrEsp.</p> <p>Para fins desse indicador, considera-se o número de retorno para atendimento no PrEsp das pessoas egressas após a realização da sua inscrição. Para cálculo desse indicador não serão considerados os atendimentos feitos a familiares de pessoas egressas ou de pessoas pré-egressas.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
<p>Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.</p>	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 25º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/01/2025 a 31/03/2025 2024 o percentual de adesão dos egressos atendidos pelo PRESP foi • 86% •. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 80% •, a meta foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 15 - Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório

UPC	Nº TOTAL DE ATENDIMENTOS DE RETORNO	Nº TOTAL DE ATENDIMENTOS DE EGRESSOS	% DE VINCULAÇÃO
BELO HORIZONTE	531	632	84%
BETIM	165	188	88%
CONTAGEM	293	351	83%
DIVINOPOLIS	133	159	84%
GOVAL	101	113	89%
IBIRITE	165	183	90%
IPATINGA	122	153	80%
JUIZ DE FORA	396	442	90%
MONTES CLAROS	300	388	77%
RIBEIRÃO DAS NEVES	298	314	95%
SANTA LUZIA	260	301	86%
SETE LAGOAS	246	276	89%
UBERABA	145	162	90%
UBERLÂNDIA	188	215	87%
VESPASIANO	166	182	91%
TOTAL	3509	4059	86%

O indicador 5.2 - Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PrEsp por período avaliatório, enquanto instrumento capaz de mensurar a capacidade do programa de gerar vinculação com o público, manifesta-se como um relevante elemento de análise, sobretudo, porque pensar o acompanhamento contínuo e a possibilidade de construção de intervenções estratégicas junto ao público implica necessariamente o desenvolvimento de uma boa vinculação.

E, mais uma vez, confirmou-se a estabilização deste indicador no referido trimestre, tendo o programa alcançado a média trimestral 108% da meta estabelecida para este indicador. Ressalta-se ainda que o referido indicador foi ajustado também no planejamento de 2025, tendo a meta se deslocado de 78% para 80%, e mesmo diante de tal mudança,

o que se evidencia é um trabalho de extrema qualidade desenvolvido pela maioria dos municípios no acompanhamento dos usuários.

Destaca-se alguns municípios que ultrapassaram as metas percentuais pactuadas, com a construção de propostas de trabalhos interessantes e significativas. O município de Ribeirão das Neves ultrapassou a meta percentual estabelecida, alcançando a média trimestral de 119%, tamanha é a constância no desempenho deste indicador que o município alcançou o percentual de 95% nos dois primeiros meses do período avaliatório em questão. Tal empenho está associado ao acompanhamento sistemático, com provocação de retornos frequentes e monitoramento do acesso do público inscrito no programa. Além disso, a equipe técnica provocada pela Gestão Social e Supervisão de Prevenção do Elo tem se dedicado à proposição de ações para o fortalecimento do acesso do público a espaços mais lúdicos e criativos, favorecendo assim o processo de vinculação dos usuários.

O município protagonizou uma importante ação no dia 12/03/2025 com o público junto à Casa Semifusa, instituição parceira da rede local. Foi possível a execução de uma importante ação de circulação do público, onde foram exibidos dois curtas sobre a história e cultura da cidade sendo possível, posteriormente, desenvolver reflexões acerca do pertencimento, as potencialidades e os estigmas do território. Além disso, no dia 08/02/2025, a equipe e Gestão Social desenvolveram o projeto de prevenção do município, que contou com um importante espaço de diálogo com a rede do município, sem contar a exibição de uma peça de teatro interativa que relatava o contexto de envolvimento criminal de um personagem que em dado momento de sua vida conhece e acessa os serviços da Política de Prevenção Social à Criminalidade.

Outro grande destaque no trimestre foi o município de Juiz de Fora, que alcançou a média trimestral percentual de 112% para este indicador, ultrapassando a meta estabelecida em 12%. Não causa nenhuma surpresa tamanho desempenho, sobretudo porque o município estabilizou seus resultados desde o ano de 2024, tendo dado continuidade na construção de ações qualificadas com o público e investindo no acompanhamento assertivo. É válido ressaltar ainda, que em virtude dos excelentes resultados e do crescimento dos números no município, Juiz de Fora contou neste período avaliatório com o aumento da equipe de 3 para 4 analistas, a fim de conseguir construir um corpo para dar conta do avolumado número de retornos e as demais frentes de atuação do programa. E, mesmo diante de tal ajuste, que impacta também no cálculo da meta, Juiz de Fora se mantém alcançando as novas metas estabelecidas.

Uma das ações a serem enaltecidas no referido trimestre no município foi a execução do Projeto de Prevenção em que o programa executou o seminário “Nada sobre nós, sem nós” junto à rede e o público acompanhado e atendido. O espaço contou com a participação da Defensoria Pública, representantes das unidades prisionais, mais de 20 egressos e 3 pré-egressos, que tiveram participação autorizada pelo Juízo da Execução Penal. A construção do momento foi toda dialogada e participativa, tendo o público acompanhado e fomentado ativamente a preparação do evento, de forma que o resultado final foi extremamente satisfatório, tendo envolvido público e rede num mesmo espaço para reflexões ricas e necessárias.

O município de Vespasiano obteve o maior percentual de adesão do trimestre. A equipe tem investido na construção dos atendimentos de retorno, contribuindo para a manutenção da constância destes acompanhamentos, favorecendo assim a circulação do público na UPC e itinerantes de rede. Também, a equipe buscou de forma sistemática identificar os egressos que foram encaminhados para demandas específicas para acompanhamento da efetividade dos encaminhamentos.

Ipatinga e Montes Claros tiveram o percentual de adesão pouco abaixo da meta, 98% e 97% respectivamente.

Mesmo diante do não alcance, durante o mês de fevereiro a equipe de Ipatinga realizou importantes ações coletivas, com destaque para o Projeto de Prevenção, com eixo em circulação “Conecta PrEsp”. A atividade foi realizada na parte da manhã e os objetivos foram: Promover uma manhã interativa com os egressos e familiares de forma leve e descontraída; proporcionar da manhã, no Parque Ipanema, e contou com a presença de 29 egressos e familiares. Foi possível ofertar um espaço de troca entre a equipe e os convidados, com vistas no favorecimento da adesão do público ao programa por meio do vínculo com a equipe que não fosse limitado à experiência prisional, tendo em vista as variadas formas de organização/ressignificação e representação subjetiva.

Montes Claros chama a atenção pelo quantitativo de 88 novas inscrições no trimestre, tendo a espontaneidade como principal forma de chegada (43). Novas inscrições. Isso demonstra a qualificação da equipe no fortalecimento da forma de chegada para além do período de assinatura. Novas inscrições e conseqüentemente a construção do PAE potencializam os atendimentos de retornos, com a expectativa de avanço no alcance do indicador 5.2 nos meses subsequentes.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional
Indicador nº 5.3. Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 655 •	• 700 •

Descrição do Indicador

O PrEsp desenvolve diversas atividades de mobilização da rede de apoio em cada município e entidades privadas com ou sem fins lucrativos, no sentido de sensibilizar sobre a pauta da inclusão social de pessoas egressas do sistema prisional, assim como para criar fluxos de encaminhamentos para o atendimento de pessoas egressas nos diversos serviços e projetos sociais existentes.

Para fins desse indicador, são consideradas atividades de mobilização:

1. Reuniões realizadas para construção de fluxos de encaminhamento do público atendido;
2. Reuniões realizadas com entidades da rede de proteção social para discussão de casos;
3. Número de participação em conselhos, encontros ou outras atividades já desenvolvidas pela rede parceira em cada município;
4. Reuniões realizadas para o fomento de ações de profissionalização e empregabilidade de pessoas egressas do sistema prisional e/ou seus familiares;
5. Reuniões realizadas em unidades prisionais para fomentar a realização de ações conjuntas e/ou o encaminhamento do público quando este adquire o direito à liberdade;
6. Articulações realizadas em encontros de rede promovidos pelo Programa.

Fonte de comprovação do indicador

Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 25º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/01/2025 a 31/03/2025 foram realizadas cumulativamente • 700 • atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do sistema prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 655 •, o objetivo foi alcançado integralmente (7% acima do estabelecido). Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atividades em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade – UPC.

Tabela 16 - Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional

UPC	24º PA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
BELO HORIZONTE	240	22	14	11	47
BETIM	128	10	18	13	41
CONTAGEM	142	10	16	15	41
DIVINÓPOLIS	158	7	18	16	41
GOVAL	110	7	10	10	27
IBIRITE	209	20	39	37	96
IPATINGA	113	4	9	14	27
JUIZ DE FORA	163	8	17	26	51
MONTES CLAROS	175	14	15	19	48
RIBEIRÃO DAS NEVES	178	13	21	19	53
SANTA LUZIA	138	10	42	18	70
SETE LAGOAS	146	15	20	15	50
UBERABA	151	10	9	18	37
UBERLÂNDIA	170	11	12	8	31
VESPASIANO	141	13	12	15	40
TOTAL	2362	174	272	254	700

Em análise global dos resultados obtidos no referido período avaliatório para o indicador 5.3 - Mobilização / Articulação de Rede, o que se tem é o alcance de 107% da meta pactuada, mesmo que alguns municípios, em sua particularidade, tenham apresentado desafios no alcance para esse trimestre. Os municípios têm entendido cada vez mais a importância de ter um diálogo próximo e constante com as instituições locais parceiras a fim de fortalecer o acompanhamento e contribuir para um maior alcance do público do programa.

Proposições de encontros de rede pelas equipes do PrEsp têm sido cada vez mais frequentes, sobretudo pelo protagonismo que tais espaços gera para o programa, sem contar a possibilidade de centralizar discussões afetas à segurança pública cidadã, criminalidade e violência nos territórios.

Num cenário geral, o programa executou 700 ações de articulações de rede, o que representa uma melhora significativa quando comparado às 570 ações de rede executadas no último período avaliatório de 2024. Destaca-se ainda que, assim como nos demais indicadores, a meta estabelecida para o indicador 5.3 também foi ajustada no planejamento de 2025.

No tocante aos pontos de maior destaque, insta salientar um importante projeto que tem mobilizado às equipes e as redes dos respectivos territórios, além de a própria possibilidade de execução ser resultado de uma articulação estratégica entre a Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade (SUPEC) e a Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). Trata-se do projeto Alvorada, ciclo II, uma importante iniciativa do Governo Federal que visa trabalhar a inclusão social e produtiva dos egressos do sistema prisional e seus familiares, através da disponibilização de um curso de Eletricista Instalador Predial, que será executado nos próximos 08 meses, com 90 alunos, público em acompanhamento do programa.

Os municípios de Belo Horizonte e Região Metropolitana, Uberlândia e Montes Claros foram contemplados com a oportunidade de mobilizar o público acompanhado pelo PrEsp, em parceria com os Institutos e universidades federais, para a participação no projeto. O primeiro trimestre foi tomado pelo empenho e entrega das Gestões Sociais e equipes técnicas do Elo dos respectivos municípios, a fim de se alcançar uma mobilização eficaz para a contemplação das 30 vagas disponibilizadas.

Além disso, os municípios programaram e executaram importantes articulações com as instituições da rede parceira para a regularização da documentação dos usuários mobilizados, bem como realizaram importantes mobilizações junto ao judiciário e Defensoria Pública, a fim de agilizar as autorizações judiciais para circulação do público em horários e locais não previstos inicialmente na execução penal, possibilitando assim o acesso legal e regular ao curso.

Destaca-se ainda os municípios de Santa Luzia e Ibitaré com a média trimestral, respectivamente, de 70 e 96 ações de articulação de rede no período avaliatório, tendo ambos executados encontros de rede no formato de seminário no mês de fevereiro, enquanto proposta de projeto de prevenção. Tanto Santa Luzia, que alcançou 42 articulações de rede no referido mês, quanto Ibitaré, que alcançou 39 articulações de rede no mesmo período, atingiram excelentes resultados, sobretudo ao se considerar o porte de ambos os municípios. Espera-se que, com tais ações, os municípios possam obter uma maior visibilidade nos territórios, conseguindo direcionar as demandas não contempladas pelo escopo de atuação do programa para a rede e, ao mesmo tempo, receber, num contrafluxo, casos cuja atuação especializada de acompanhamento do PrEsp seja recomendada.

Em contraponto ao desempenho acima elencado, alguns municípios não foram exitosos no alcance da meta pactuada para o indicador 5.3. Governador Valadares cumpriu com 77% do estabelecido para este indicador, e embora tenha ficado abaixo do esperado, houveram algumas redes estratégicas, cuja leitura tem despertado a atenção da equipe para a sensibilização de alguns serviços específicos com relação à vivência do público acompanhado pelo programa e os desafios enfrentados, no intuito de reduzir alguns estigmas que são reproduzidos e que inviabilizam o acesso a direitos em igualdade de condições com os demais cidadãos do território. A Gestão Social do Elo tem buscado construir com a equipe uma melhor organização das frentes de trabalho e um mapeamento das redes municipais, a fim de não permitir que a falta de planejamento impossibilite o cumprimento do indicador pactuado, além de planejar em conjunto ações para contornar os desafios ao acesso do público à rede, conforme supracitado.

Ipatinga obteve o menor percentual do indicador 5.3. A diminuição das atividades de mobilização de rede impacta na efetividade dos demais indicadores, por se tratar de uma ação primordial para construção dos encaminhamentos, abertura de novas portas de entrada e consolidação do PrEsp no município. Porém, como já pontuado neste relatório, trata-se de um período atípico da equipe. Gestão social, Supervisão de Prevenção tem acompanhado de perto os desdobramentos e impactos, com a expectativa de avanços para o próximo trimestre.

O período avaliado exigiu flexibilidade, comprometimento e entregas por parte de todos os cargos estratégicos da Política de Prevenção Social à Criminalidade, com a finalidade de dar suporte às equipes de ponta e manter

a qualidade do atendimento ao público. Assim, Supervisão de Prevenção e Gestão Social tem construído diversos espaços para capacitação metodológica, supervisão e alinhamentos.

ÁREA TEMÁTICA: PROJETO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

Contextualização Geral dos Indicadores:

CEAPA

O primeiro trimestre de 2025, correspondente ao 25º Período de Avaliação (PA) do Contrato de Gestão 002/2019, delimitou o início do processo de encerramento das atividades executadas no município de Pouso Alegre, no âmbito do Projeto aqui em análise. Concomitantemente, iniciou-se a transição dos indicadores dessa unidade para alinhamento com os parâmetros estabelecidos no Programa CEAPA, conforme previsto no escopo contratual.

Destarte, o referido trimestre representa o último período completo em que a CEAPA de Pouso Alegre operou sob a metodologia e os indicadores do Projeto. O mês de abril, integrante do 26º PA, marca o término da entrega de metas correlatas aos indicadores em análise. Essa informação adquire relevância, uma vez que culmina na conclusão do Projeto, desenvolvido em colaboração com o Ministério Público, e que resultou em impactos positivos nas áreas penal e de proteção social no município no âmbito do enfrentamento à violência contra as mulheres.

O processo de encerramento, previsto desde a implementação do Projeto, já foi concretizado em Curvelo (fevereiro/2024) e Barbacena (maio/2024), e agora se estende a Pouso Alegre, a última unidade implantada, com conclusão prevista para abril/2025.

Ademais, é imperativo considerar que a transição da unidade de Pouso Alegre para os indicadores e metas do Programa CEAPA ocorrerá simultaneamente à conclusão das atividades do Projeto. Em abril, a equipe e a gestão dedicar-se-ão à implementação de novos institutos jurídicos e modalidades de alternativas penais, bem como à consolidação da prestação de serviços à comunidade nas entidades. Em paralelo, seguirão com a agenda dos grupos abertos e as demandas de rede que emanarem.

PMC

Neste primeiro trimestre de 2025, a equipe de supervisores do PMC realizou supervisões e capacitações direcionadas às equipes técnicas do programa e aos gestores sociais, bem como, participou de vários espaços estratégicos junto à SUPEC e ao IELO. Foram feitas 42 (quarenta e duas) supervisões metodológicas destinadas às equipes e 4 (quatro) espaços de capacitação, considerando dois Encontros de Formação com temáticas diversas que perpassam a dinâmica de trabalho e duas Formações Iniciais, destinadas aos novos funcionários do programa. Importante ressaltar que, além destas intervenções contabilizadas enquanto indicadores da Supervisão Metodológica, houve vários contatos com as equipes e gestores, via telefone e WhatsApp, em que foi possível construir orientações sobre o trabalho, discutir casos e os territórios das áreas de abrangência atendidas pelo PMC.

Neste sentido, é importante destacar que a Política de Prevenção Social à Criminalidade teve uma alteração nos cargos que contemplam essa política pública e extinguiu a função de supervisão metodológica, remanejando os funcionários para o novo cargo de supervisão de prevenção social à criminalidade. Desta forma, os supervisores que antes eram responsáveis pelo acompanhamento das equipes técnicas, a partir do dia 01 de março de 2025, ficaram responsáveis por acompanhar os gestores sociais. Por este motivo, os números de supervisões metodológicas ficaram prejudicadas, sendo executadas apenas nos dois primeiros meses do trimestre, janeiro e fevereiro. No mês de março, as supervisões foram destinadas aos gestores sociais, sendo realizadas 5 (cinco) supervisões.

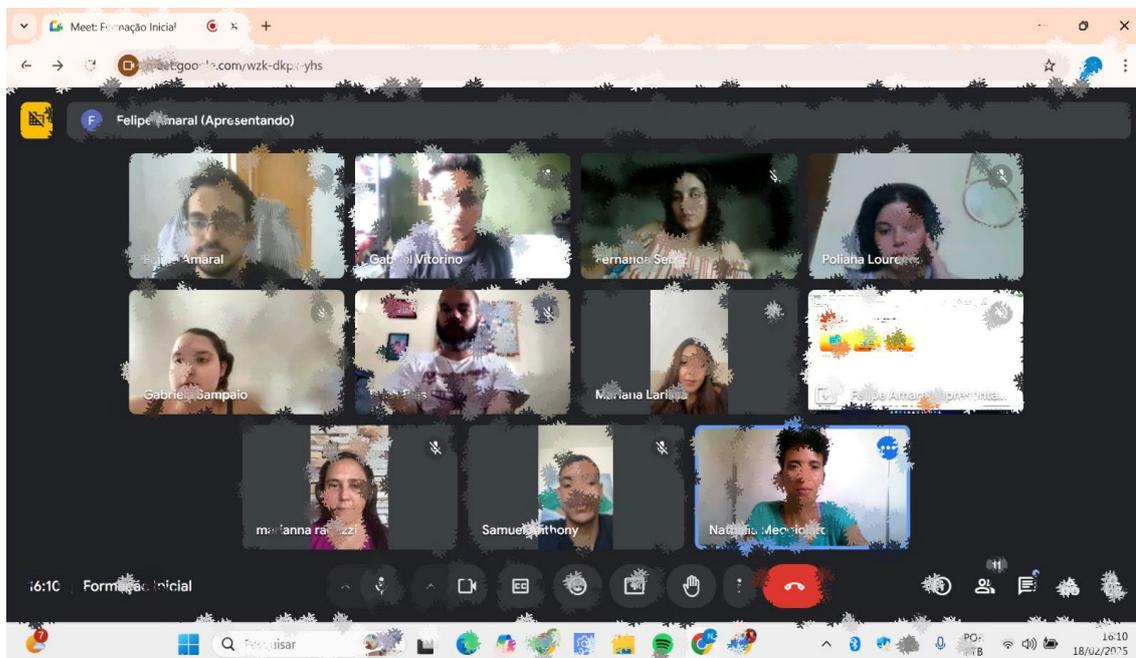
Ainda no que tange o novo formato de trabalho, seguem três supervisores de prevenção, como referência da metodologia do PMC. O quarto supervisor foi desligado e assumirá o cargo de diretoria do programa.

Com relação aos encontros de formação que foram realizados, as temáticas discutidas foram: “Fenômeno da Violência e Laço Social” e “Comunicação Não-Violenta (CNV) e as Relações Raciais”, respectivamente. Sendo que neste segundo houve uma convidada especialista no assunto.

No primeiro, antes de iniciar a temática, informa-se sobre a mudança da diretoria do PMC. Logo em seguida, discutimos sobre a importância do laço social nos territórios e de como as violências têm se apresentado, atravessando a dinâmica desses locais. Pautamos ainda, a necessidade de qualificarmos ainda mais nossas leituras das dinâmicas sociais e de criminais, a fim de compreender o histórico dos territórios, bem como a relação desses moradores na construção desses laços.

O segundo encontro, que ocorreu no mês de março para gestores e equipes técnicas, a convidada falou sobre a CNV, que nos ensina a estabelecer conexões e a adotar ações conscientes que valorizem necessidades genuínas, o estabelecimento de limites, a atenção para o autocuidado, o exercício da empatia, bem como, a manutenção de diálogos saudáveis e propositivos. Entretanto, todas estas atitudes precisam estar conectadas a contextos sociais. Entender quem somos e como nos organizamos socialmente é fundamental para o exercício profundo da empatia, já que estamos todos atravessados por valores, visões de mundo, privilégios e desvantagens que estruturam o tecido social e também nossa subjetividade. Neste cenário, a ideia da CNV era para que abramos os olhos e ouvidos, retiremos os véus sobre nós, sobre as outras pessoas e sobre a sociedade e, a partir daí, iniciemos uma jornada compassiva e de justiça. Sem as lentes sociais, a CNV irá reproduzir violências. Queiramos ou não. Em seus três níveis (intrapessoal, interpessoal e sistêmico) a CNV nos desafia à desconstrução de automatismos, de estruturas violentas que formatam as tramas de nosso cotidiano e à construção de pontes dialógicas efetivas que reconheçam nossas diferenças pessoais e assimetrias sociais. E neste caminho, que todas as pessoas possam acessar e experimentar uma vida plena, autônoma e justa.

Ainda sobre espaços de formação, realizamos em fevereiro dois dias de Formação Inicial, destinada aos Analistas e Estagiários recém-chegados ao programa. No primeiro dia foram apresentados aspectos introdutórios, conceituais e metodológicos, já no segundo dia houve a apresentação dos materiais, instrumentais e relatórios do PMC, em que salientamos a importância da atenção e cuidados na forma de preenchimento destes, reforçamos a importância e responsabilidade com relação aos dados produzidos e com os indicadores. Cabe destacar que nesta formação, a participação da Gerência do PMC e da AGI se fizeram fundamentais na apresentação do que tange a estrutura do estado e esfera de atuação de cada um dos atores.



Formação inicial realizada no mês de fevereiro de 2025.

Os projetos de prevenção às violências com recursos continuaram sendo executados neste trimestre, com a maioria das iniciativas ocorrendo entre os meses de janeiro e fevereiro. A execução desses projetos foi acompanhada de perto pelos supervisores, com base no cronograma apresentado junto às propostas. Destacamos que os resultados alcançados têm sido avaliados positivamente, sendo altamente satisfatórios. A participação ativa do público atendido, desde a construção das propostas até a implementação das intervenções, foi fundamental para garantir a efetividade e o sucesso das ações realizadas nos territórios.

Destacamos também a viagem realizada para o município de Pouso Alegre. A viagem teve o intuito de realizar a supervisão presencial com a equipe e orientar com relação a finalização dos trabalhos do Programa no município, diante do recurso do projeto FUNEMP, com a expectativa de finalização no mês de abril. Também foi possível dialogar com o gestor social visando construir estratégias de atuação para a finalização do trabalho da equipe.

Também neste trimestre, ocorreu a abertura de edital para que os analistas sociais, estagiários e gestores participassem da comissão metodológica e da comissão de comunicação, que neste ano de 2025 será destinada à escrita da Revista do PMC, edição comemorativa de 20 anos do programa.

No que diz respeito às reuniões que a equipe de supervisores participara, iniciamos o primeiro trimestre com reunião do RH e diretoria do Elo para informar o novo formato de trabalho que começaria a ser exercido a partir do mês de março de 2025, com o Departamento de Monitoramento e Gestão de Projetos do Elo, ocorreu uma reunião de definição da nova escrita dos relatórios. Além desse espaço, também ocorreu reunião conjunta com o Departamento de Recursos Humanos e Subgerência de Prevenção, a fim de transmitir diretrizes para o novo trabalho da supervisão. Além disso, participamos de dois processos seletivos para o cargo de analista social, um para recomposição de vaga de licença maternidade na Unidade Vila Cemig, região do Barreiro em Belo Horizonte, já o outro para banco de classificados para as unidades de BH.

Os supervisores do PMC participaram ativamente de diversas reuniões e espaços estratégicos com representantes da SUPEC, incluindo encontros com a Subsecretária, a Superintendência e as diretorias. Nessas ocasiões, discutimos o planejamento para 2025, os novos indicadores dos programas, as áreas de abrangência das UPCs, além da dinâmica social das violências e criminalidades nos territórios. Também abordamos o alinhamento das novas diretrizes para o cargo de supervisão de prevenção social à criminalidade.

Encerramos o mês de março ajustando o novo planejamento de capacitação para os gestores sociais, em colaboração com as supervisoras do Programa Fica Vivo!. Esse planejamento leva em conta a nova função do cargo de supervisão da prevenção, que agora será responsável pela formação dos gestores sociais nas metodologias dos programas de base territorial. Reconhecemos a relevância desse trabalho conjunto, uma vez que as referências desenvolvidas são compartilhadas com o outro programa, fortalecendo a integração e a troca de experiências.

Área Temática: Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher	
Indicador nº 6.1. Número acumulado de Encontros de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher executados	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 6 •	• 31 •
Descrição do Indicador	
<p>O Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência tem como estratégia de ação a realização de Grupos de Responsabilização para Homens Autores de Violência Contra a Mulher, no formato presencial (preferencialmente) e/ou virtual, a partir do requerimento do Ministério Público e encaminhamento do Poder Judiciário para cumprimento de medida protetiva de urgência imposta ou alternativa penal. Este indicador visa a mensurar a quantidade de encontros dos Grupos de Responsabilização para Homens Autores de Violência Contra a Mulher executados pelo Projeto, presenciais ou virtuais, alinhados à metodologia de acompanhamento de alternativas penais.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
<p>Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.</p>	

No 25º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/01/2025 a 31/03/2025 foram realizadas cumulativamente • 31 • Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 6 •, o objetivo foi alcançado integralmente. Abaixo segue um panorama sobre o funcionamento do Projetos nas três comarcas em relação aos programas Ceapa e PMC.

Indicador 6.1: Número acumulado de Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher													
	25º PA			26º PA			27º PA			28º PA			Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
CEAPA (Curvelo)	-	-	-										0
CEAPA (Barbacena)	-	-	-										0
CEAPA (Pouso Alegre)	12	12	7										31
TOTAL	12	12	7										31

Ceapa

A unidade de Pouso Alegre apresentou resultados satisfatórios no indicador de encontros grupais durante o trimestre em análise, com um total de 31 encontros realizados. Este desempenho pode ser atribuído, em grande parte, à implementação de grupos na modalidade aberta feita desde sua implantação.

A equipe da unidade tem demonstrado sucesso em concentrar os casos nessa metodologia, o que permite um manejo eficaz e ágil do ingresso de novos participantes. Nesse sentido, são fatores contribuintes para o sucesso nesse indicador:

- **Cronograma Fixo de Grupos Abertos:** A criação e manutenção de um cronograma fixo para os grupos abertos têm se mostrado uma estratégia fundamental para o alcance das metas. A regularidade e a previsibilidade dos encontros permitem que a equipe e a gestão planejem e acompanhem a execução, garantindo os resultados esperados.
- **Manejo Eficaz e Célere:** A modalidade de grupos abertos facilita o manejo eficiente e rápido da entrada de novos participantes, otimizando o processo de intervenção coletiva e sem desperdícios de vagas.

Área Temática: Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher	
Indicador nº 6.2. Número acumulado de atendimentos de prevenção e enfrentamento a violências e violações contra a mulher e responsabilização de homens autores de violência contra a mulher	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 525 •	• 481 •
Descrição do Indicador	
<p>O Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência tem por objetivo prevenir e enfrentar a violência a partir da estruturação de serviços de acompanhamento e atendimento a mulheres e homens em situação de violência (sofrida ou praticada), especialmente nos casos amparados pela Lei Maria da Penha, e serviços de responsabilização e atendimento a homens autores de violência contra a mulher, encaminhados pelo Poder Judiciário para cumprimento de medida protetiva de urgência imposta ou alternativa penal.</p> <p>Seu foco é prevenir fatores de risco, agregar valores ao capital social preexistente e possibilitar a administração de conflitos potenciais e/ou concretos, evitando que esses sejam propulsores de situações violentas. Tem como objetivo atuar nas diversas violências vivenciadas pelas mulheres, para além da violência doméstica, compreendendo-se que a interseccionalidade potencializa os fatores de vulnerabilidade do público alvo. Tem seu caráter voluntário, dialógico e participativo. Atuando em conjunto com a rede de proteção social e a sociedade civil, tendo como basilares a Segurança Pública Cidadã, a Mediação Comunitária e o Enfrentamento às Violências Contra as Mulheres. Ainda, quaisquer homens podem ser atendidos pelo Projeto voluntariamente, quando apresentarem demandas afetas à temática.</p> <p>Também, a partir da intervenção com homens autores de violências contra a mulher nos Grupos de Responsabilização, o Projeto visa proporcionar ações de caráter educativo e reflexivo, bem como desenvolver ações específicas para a responsabilização, orientação e encaminhamentos para rede de proteção social, ações que são realizadas por meio de atendimentos individuais ou grupais. Nos Grupos de Responsabilização a participação dos homens é obrigatória em razão do encaminhamento pelo Poder Judiciário.</p> <p>Para isso, o Projeto tem como público-alvo mulheres e homens moradores dos municípios correspondentes às áreas de abrangência das Unidades de Prevenção à Criminalidade – UPC Regionais.</p> <p>Este indicador visa a mensurar a quantidade de atendimentos realizados pelo Projeto, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia estabelecida. Para fins deste indicador, são considerados atendimentos cada intervenção realizada nas seguintes modalidades:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. atendimentos individuais: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas das mulheres e homens no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou praticada e ao baixo acesso a direitos (pessoas que chegam ao Projeto voluntariamente) e também dos homens que se apresentam para o cumprimento da medida protetiva de urgência imposta ou alternativa penal (e que chegam ao Projeto de forma obrigatória); 2. atendimentos coletivos: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas voluntárias de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, além do fomento da criação de redes de proteção, a partir de interesses coletivos; 3. projetos de prevenção: São intervenções planejadas e sistematizadas, com período estabelecido de duração, realizadas em uma determinada região identificada com alto índice de violência contra a mulher. Nestes projetos, a comunidade é parceira na construção e execução, pautando as intervenções na análise dos fatores de risco e/ou proteção, objetivando gerar resultados na prevenção e no enfrentamento do fenômeno citado; 4. atendimentos grupais - execução das ações de responsabilização para homens autores de violências contra a mulher: participação de pessoas com alternativas penais em cada encontro dos Grupos de Responsabilização e com assinatura da lista de presença. 	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

No 25º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/01/2025 a 31/03/2025 foram realizados cumulativamente • 481 • atendimentos a mulheres em situação de violência e a homens autores de violências contra a mulher. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 525 •, o objetivo não foi alcançado integralmente.

Indicador 6.2: Número acumulado de atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica e homens autores de violência doméstica													
	25° PA			22° PA			23° PA			24° PA			Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
CEAPA (Curvelo)	-	-	-										
PMC (Curvelo)	-	-	-										
CEAPA (Barbacena)	-	-	-										
PMC (Barbacena)	-	-	-										
CEAPA (Pouso Alegre)	113	124	107										
PMC (Pouso Alegre)	43	48	46										
TOTAL	156	172	153										

Ceapa

A unidade de Pouso Alegre manteve a tendência de sucesso observada em períodos anteriores, registrando um total de 481 atendimentos no trimestre. Este resultado demonstra a consistência do trabalho realizado pela equipe e a capacidade da unidade em atender à demanda até então recebida no escopo do Projeto.

Embora o número total de atendimentos tenha mantido certa estabilidade em relação ao trimestre anterior, se observou uma variação nas modalidades de atendimento. Especificamente, houve uma queda no número de participantes nos grupos em março, o que está diretamente relacionado à diminuição do número de encontros grupais realizados no mesmo mês.

A justificativa para a diminuição dos encontros grupais em março pode ser atribuída ao feriado de Carnaval, que impactou o cronograma das atividades grupais nos dias em questão. No entanto, é importante ressaltar que essa variação não comprometeu o alcance das metas estabelecidas para o projeto no âmbito do Programa CEAPA.

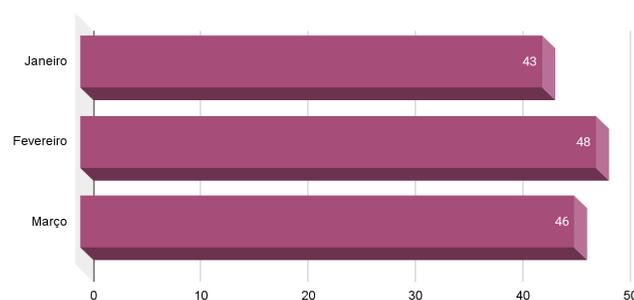
Em contrapartida à diminuição dos encontros grupais, se observou um aumento no número de casos inscritos em março. Esse dado se soma a já necessária atenção à porta de entrada da unidade, especialmente diante da orientação da DAL para a ampliação dos institutos jurídicos a partir de maio. Nesse sentido, a unidade, na figura da gestão social, tem trabalhado voltada a essa ampliação.

PMC

Por outro lado, a supervisão do Funemp PMC deu continuidade ao acompanhamento ao trabalho desenvolvido pelo Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, gerido pelo recurso FUNEMP no município de Pouso Alegre, sendo um programa que embora estivesse com as atividades consolidadas, neste último trimestre focou no encerramento das atividades.

Em relação ao indicador 6.2 (número acumulado de atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica e homens autores de violência doméstica) a equipe realizou 137 atendimentos. Já no indicador 6.3 (número acumulado de ações do Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar junto às redes de proteção social) a equipe realizou 29 ações de rede.

6.2 - Número acumulado de atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica e homens autores de violência



Área Temática: Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher

Indicador nº 6.3. Número acumulado de ações do Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 90 •	• 103 •

Descrição do Indicador

O Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência atua na perspectiva da incompletude institucional, concebendo como essencial a interlocução com a rede de proteção social mista para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades nos níveis pessoais e comunitários. Nesse sentido, as intervenções do Projeto são construídas em diálogo, numa perspectiva horizontal de mobilização e cooperação com a rede parceira. Entende-se por rede parceira as referências comunitárias e instituições territoriais, municipais e regionais atuantes na garantia e defesa dos direitos do público atendido.

Este indicador objetiva mensurar as ações e estratégias construídas em rede, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do Projeto, que favoreçam o acesso a direitos do público atendido e a criação/fortalecimento das redes de enfrentamento à violência nas comarcas/regiões contempladas pela atuação do Projeto.

Para fins deste indicador, são consideradas ações junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal:

1. Participação em comitês, grupos de trabalho, reuniões de rede social mista ou outros espaços de rede existentes que discutam temas transversais à segurança cidadã, à mediação comunitária e à execução e acompanhamento de alternativas penais;
2. Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno de violência e criminalidade com a rede de proteção social;
3. Discussão de casos com a rede de proteção social;
4. Encaminhamentos para a rede parceira nos casos individuais e coletivos de orientação para acesso a direitos realizados pelo Projeto;
5. Visitas para articulação e construção de fluxo com os órgãos do Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública, Secretarias Municipais e outras entidades correlatas para discussão afetas às alternativas penais.

Fonte de comprovação do indicador

Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

No 25º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/01/2025 a 31/03/2025 foram realizadas cumulativamente • 103 • ações do Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 90 •, o objetivo foi alcançado integralmente.

Indicador 6.3: Número acumulado de ações do Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar junto às redes de proteção social													
	25º PA			26º PA			27º PA			28º PA			Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
CEAPA (Curvelo)	-	-	-										
PMC (Curvelo)	-	-	-										
CEAPA (Barbacena)	-	-	-										
PMC (Barbacena)	-	-	-										
CEAPA (Pouso Alegre)	23	28	23										
PMC (Pouso Alegre)	16	10	3										
TOTAL	39	38	26										

Ceapa

A meta estabelecida para o indicador de atuação em rede foi integralmente alcançada, com a realização de 103 ações no âmbito do Programa CEAPA. Este resultado demonstra o compromisso da equipe em fortalecer a articulação com a rede de proteção social a partir das demandas específicas dos casos acompanhados, e em promover a discussão sobre alternativas penais no município. As modalidades de atuação em rede que se destacaram foram:

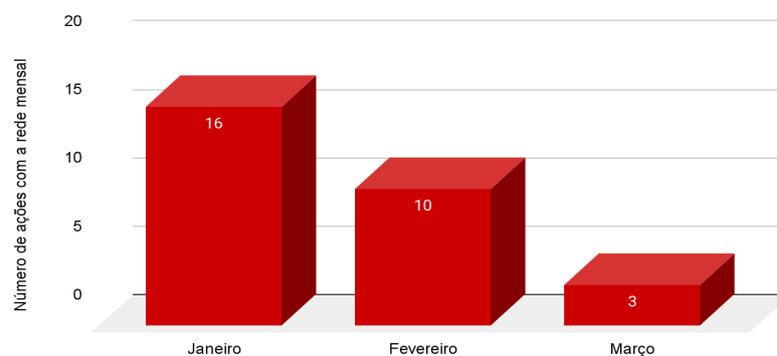
- Encaminhamentos para a rede parceira nos casos individuais e coletivos de orientação para acesso a direitos realizados pelo Projeto: A equipe realizou, sob demanda do público, os encaminhamentos para a rede de proteção social, visando garantir o acesso dos usuários aos serviços e recursos disponíveis.
- Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno de violência e criminalidade com a rede de proteção social: A equipe promoveu espaços de diálogo com os demais atores da rede, visando fortalecer os fluxos de atendimento e construir estratégias conjuntas para o enfrentamento da violência e para atuação em vulnerabilidades sociais.
- Discussão de casos com a rede de proteção social: A equipe realizou discussões de caso com os demais profissionais da rede, visando aprimorar o atendimento às pessoas em cumprimento de alternativa penal e buscar garantir a integralidade do cuidado pelos equipamentos públicos.

Embora as discussões de caso tenham se destacado como uma modalidade de atuação em rede relevante, o número de discussões realizadas ainda pode ser considerado aquém do esperado, diante da complexidade e do perfil dos casos acompanhados e que, enquanto projeto, essa se tornou a modalidade de atuação mais proeminente.

PMC

Ainda, no que tange Funemp PMC, . Já no indicador 6.3 (número acumulado de ações do Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar junto às redes de proteção social) a equipe realizou 29 ações de rede.

6.3 - Número acumulado de ações do Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar junto às redes



Enfatiza-se que a equipe de Pouso Alegre realizou muitas intervenções, qualificadas e consolidadas no bairro São Geraldo, de modo que identificaram referências comunitárias, e construíram de forma conjunta com esses atores a execução do Projeto de Prevenção às Violências com recurso "Resgate do Brincar", que contou com a presença de muitos moradores conforme foto a seguir.



Execução do Projeto Resgate do Brincar - PMC Pouso Alegre

Além disso, salienta-se que em função do encerramento do Projeto FUNEMP a equipe executou o curso de “Segurança Cidadã e Mediação Comunitária” que contou com a participação de diferentes pessoas do município e pessoas que atuam na rede socioassistencial. O curso teve o objetivo de fortalecer os vínculos comunitários e a participação social das pessoas presentes, bem como trabalhar os aspectos da mediação comunitária na prevenção às violências de gênero.



Curso de segurança cidadã e mediação comunitária - PMC Pouso Alegre

Destaca-se também que a equipe realizou o Projeto É na base na Escola Estadual Vinícius Meyer, em que foi realizada uma intervenção com pais de alunos e foi possível discutir a temática da violência de gênero contra meninas e mulheres.

Por fim, destaca-se que ao longo desse trimestre foi trabalhado com a equipe o encerramento das atividades, tendo em vista que as atividades se encerram no mês de abril, em que construímos um cronograma de encerramento, constando os movimentos a serem realizados em relação aos casos abertos, o encerramento com a comunidade do bairro São Geraldo e suas referências comunitárias, assim como os movimentos que deveriam ser realizados com a rede de proteção social que estava sendo fomentada pela própria equipe. Em abril, a equipe ficará responsável pela organização e arquivamento dos instrumentais, bem como pela confecção do relatório final.

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA SELO PREVENÇÃO MINAS

Contextualização Geral dos Indicadores:

Trata-se do primeiro período avaliatório de 2025, e o Programa Selo Prevenção Minas alcança as metas pactuadas para os indicadores 7.1 (articulação de rede) e 7.3 (mobilização social). Com relação ao indicador 7.2 (eixo em curso), a meta não foi alcançada em sua totalidade, no entanto, apesar dos indicadores terem apresentado um comportamento abaixo do previsto, as Unidades de Prevenção à Criminalidade alcançaram juntas 97% do indicador, ou seja, estiveram muito próximas de atingirem a sua plenitude.

Para o trimestre, eram esperadas o alcance de 180 articulações com a rede, 540 participantes nas atividades de formação ministradas pelo programa e 140 pessoas participantes das ações de mobilização social, reuniões da comissão municipal de prevenção à criminalidade e nas reuniões de rede promovidas pelo programa.

Neste período avaliatório, o Programa Selo Prevenção Minas alcançou 183 articulações de rede, 526 pessoas participantes nas atividades formativas, o que corresponde à 97% do indicador e 315 pessoas participantes nas ações de mobilização social, reuniões da comissão municipal e nas reuniões de rede promovidas pelo programa, o que corresponde à uma evolução de 125% acima do esperado e que requer atenção para os próximos períodos avaliatórios.

No tocante ao indicador 7.1, se compararmos o seu comportamento ao trimestre anterior, onde constatou-se a superação do indicador em 86%, no presente período avaliatório o comportamento do indicador ocorre dentro do esperado, uma vez que eram esperadas 180 articulações de rede, sendo alcançadas um total de 183. Isso demonstra que os profissionais das Unidades de Prevenção à Criminalidade do Programa Selo Prevenção Minas, tem se atentado à qualificação das ações desempenhadas nas regiões integradas de segurança pública de atuação.

Os dois últimos períodos avaliatórios de 2024 foram diretamente impactados pelo período eleitoral, seja pela vedação de determinadas ações por parte dos municípios, seja pelas mudanças que ocorreram no poder executivo. Tais mudanças apresentaram um desafio para as Unidades, que precisaram se adaptar à indisponibilidade temporária das administrações públicas e também para a repactuação das metas dos indicadores, em especial o 7.1 para o ano de 2025. Apesar das dificuldades, as expectativas eram de alcance do indicador 7.1 uma vez que o ano de 2025 será marcado como o primeiro ano de mandato de vários prefeitos nos municípios de abrangência do programa Selo Prevenção Minas, o que representa, em tese, uma maior abertura das administrações públicas para a construção de ações junto ao Programa.

Na RISP 15, dos 60 municípios que compõem a Região Integrada de Segurança Pública, 17 foram alcançados com as articulações de rede. Nota-se que há uma diminuição no número de municípios alcançados em comparação com o período avaliatório anterior e isso se justifica pois, naquele momento, a Unidade estava empenhada em concluir o diagnóstico de implantação do programa na RISP 15. Neste trimestre, das 102 articulações de rede realizadas na RISP 15, 65 foram direcionadas à Teófilo Otoni e isso se deu, pois no mês de março ocorreria a primeira reunião da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade, além da concentração dos esforços para a conclusão do Diagnóstico Municipal de Segurança Cidadã que está previsto para ser entregue no mês de abril, mês este que inaugura o 26º período avaliatório, o segundo de 2025.

Na RISP 10 que é composta por 23 municípios, todos os municípios foram contemplados com alguma ação de articulação de rede, o que demonstra o empenho da Unidade de Prevenção à Criminalidade em trabalhar a capilaridade do programa. Das 81 articulações de rede realizadas, 22 foram em Patos de Minas, o que indica o direcionamento da força de trabalho dos profissionais para a realização de ações para além de Patos de Minas, e isso se traduz em ações concretas, como atividades formativas realizadas nos demais municípios da RISP 10, além das ações de mobilização social.

Nota-se que as Unidades, têm demonstrado cotidianamente alto grau de apropriação metodológica e como consequência, os resultados vêm sendo alcançados, além de apresentar um bom desenvolvimento estatístico e principalmente qualificado. Para 2025 as metas foram repactuadas e as expectativas se confirmaram, uma vez que os números alcançados demonstraram a qualificação do trabalho executado nas Unidades de Prevenção à Criminalidade atuantes nas duas regiões integradas de segurança pública.

No tocante às articulações de rede e a integração dos municípios, podemos destacar a realização de um encontro de formação realizado no município de Presidente Olegário, que contou com a presença de todos os secretários de desenvolvimento social da RISP 10, além de outros municípios que não são da região de abrangência do programa. O evento teve como intuito tratar de pautas atinentes aos direitos das mulheres e o Dia Internacional da Mulher. Na oportunidade, o programa Selo Prevenção Minas na figura da gestão social e na sua representação político-institucional e sob orientações da supervisão de prevenção social à criminalidade, apresentou os trabalhos já realizados pelo Programa na 10ª RISP em

números e discorreu sobre a temática. Essa ação se mostra bastante positiva pois reforça o caráter regional do programa e abre portas para a capilaridade almejada nas ações do Programa Selo Prevenção Minas:

Na RISP 15 no mês de fevereiro, foi realizado o Projeto de Prevenção à Criminalidade SINTEGRA e que merece bastante destaque. Trata-se de uma ação com teor informativo, oferecendo orientações à comunidade que reside no bairro Manoel Pimenta (Eucalipto) sobre o cuidado e a prevenção da saúde mental.

A realização do projeto teve a perspectiva de aproximar a comunidade dos serviços oferecidos pelo município, criando um espaço informativo para os moradores que sofrem psicologicamente com o conflito local, além de atuar na prevenção, ajudando a população a identificar sintomas e a saber onde buscar ajuda especializada.

Foram realizadas palestras com o objetivo de facilitar o acesso às informações e orientações sobre o funcionamento da rede de apoio (equipamentos públicos da prefeitura de Teófilo Otoni, que por vezes não acessam esse território em razão da dinâmica criminal acentuada), incluindo espaços de escuta, acolhimento e rodas de conversa.

A realização de uma oficina de capoeira no período vespertino foi destinada às juventudes residentes no território na perspectiva de utilizar o esporte como ferramenta de prevenção e combate à violência e criminalidade, incentivando sua prática. O esporte oferece uma dinâmica que promove disciplina, respeito, cooperação, empatia e outras habilidades essenciais para o desenvolvimento desse público. Ele também contribui para ocupar o tempo ocioso, que foi apontado como um fator de risco em outras reuniões com lideranças locais:

Neste trimestre, alcançamos 40 municípios com articulações de rede (RISP 10 e 15), 14 municípios participaram de nossas atividades de formação, integrando 78 instituições e 526 pessoas participantes. Trata-se de um número muito expressivo e que contribui ativamente para a expansão da política de prevenção social à criminalidade na 10ª e 15ª Região Integrada de Segurança Pública.

As metas haviam sido repactuadas para o primeiro período avaliatório de 2025. Conforme relatado acima, as Unidades de Prevenção à Criminalidade do Selo prevenção Minas alcançaram 97% do indicador 7.2, tendo demonstrado um comportamento dentro do esperado, além de ter apresentado uma evolução significativa em comparação com períodos avaliatórios anteriores.

No trimestre anterior, a então Supervisão Metodológica, havia sinalizado sobre alguns pontos a serem observados na execução do indicador 7.2. Onde havia sido registrado uma queda no número de municípios contemplados com as ações do eixo em curso e que vinha incidindo diretamente na capilaridade do programa Selo Prevenção Minas, além da redução no número de pessoas contempladas e instituições integradas.

Após as intervenções realizadas e a adesão dos profissionais às propostas de trabalho, as Unidades de Prevenção à Criminalidade apresentaram no primeiro período avaliatório de 2025 um ótimo desempenho no que diz respeito à capilaridade de atuação, na diversidade de temáticas e no alcance das administrações públicas com temáticas voltadas à Prevenção Social à Criminalidade. Conforme já dito acima, 14 municípios participaram de nossas atividades de formação, integrando 78 instituições e 526 pessoas participantes. Trata-se de um número bastante expressivo e que nos dá boas expectativas para o decorrer de 2025 para esta importante frente de trabalho nessa política de prevenção social à criminalidade.

Foram realizadas um total de 18 atividades formativas neste trimestre, tendo sido alcançado 97% da meta. Podemos destacar algumas capacitações, como por exemplo, a realizada em 21/02/2025 no município de Varjão de Minas, essa capacitação merece destaque pois trata-se de um município em que o Selo Prevenção Minas a muito tempo não esteve presente, tendo retornado em 2025 com a capacitação voltada para os conceitos basilares da prevenção à criminalidade e segurança cidadã, contando com a presença de 74 participantes:



Atividade de Formação - Conceitos basilares da Prevenção ao Crime e Segurança Cidadã - Varjão de Minas - 21/02/2025

Outra atividade formativa que merece destaque, foi a realizada no município de Patrocínio no dia 19/03/2025, onde a temática abordada foi o Conceito de Segurança Cidadã, Prevenção ao Crime e Atendimento humanizado às Vítimas de Violência, tendo contado com a presença de 102 pessoas. Esta capacitação merece destaque pois, assim como Varjão de Minas, a muito tempo o Programa Selo Prevenção Minas não realizava nenhuma ação junto a este município. Após o período eleitoral, o Poder Executivo de Patrocínio se mostrou aberto para realização de futuras ações, seja do eixo em curso, do eixo consultoria e até mesmo para as ações transversais:



Atividade de Formação - Segurança Cidadã, Prevenção ao Crime e Atendimento humanizado às vítimas de violência - Patrocínio - 19/03/2025

Na RISP 15, foi realizada em 14/02/2025 uma atividade formativa no município de Poté, cuja temática abordada foi sobre a Violência contra a mulher: o que saber para contribuir para a prevenção, contando com a presença de 28 pessoas. Esta atividade formativa se mostrou muito necessária pois o município de Poté tem demandado do Programa Selo Prevenção Minas a construção de ações conjuntas voltadas à prevenção deste fenômeno criminal, que tem se mostrado cada vez mais crescente na região. A compreensão sobre o ciclo e os tipos de violência por parte dos atores da rede no atendimento às mulheres, é essencial:



Atividade de Formação - Violência contra a mulher: o que saber para contribuir com a prevenção- Poté - 14/02/2025

Outra atividade formativa que merece destaque na RISP 15, foi a realizada no município de Fronteira dos Vales, cuja temática abordada foi a Violência infanto-juvenil: o que fazer para prevenir, contando com a presença de 22 pessoas. Para o ano de 2025, foi dada a diretriz às UPC's de retorno às temáticas "raízes" da prevenção além da capilaridade da atuação nas regiões integradas de segurança pública, porém, quando se fala em prevenção à criminalidade, o foco pode ser direcionado às juventudes, uma vez que estatisticamente elas estão mais suscetíveis a serem vitimadas ou possíveis autoras de atos infracionais e para isso, é primordial que as instituições saibam identificar fatores de riscos criminais e vulnerabilidades que cercam este público:



Atividade de Formação -Violência infanto-juvenil: o que fazer para prevenir- Fronteira dos Vales - 18/03/2025

No que diz respeito ao indicador 7.3 neste trimestre foram realizadas 3 reuniões da Comissão Municipal, tendo ocorrido a primeira no município de Teófilo Otoni, contando com a presença de 30 pessoas, uma em Patos de Minas, contando com a presença de 8 pessoas além da reunião realizada em São Gotardo, que contou com a presença de 14 pessoas. A execução direta do Programa Selo Prevenção Minas em São Gotardo se encerrou no ano de 2024, porém, a secretária de desenvolvimento social do município tem se empenhado em manter a comissão ativa com o intuito de executar as ações constantes no plano municipal e para isso, contou com o apoio da gestão social na condução deste espaço, onde numa construção junto à supervisão de prevenção social à criminalidade, propôs uma pauta e um cronograma de reuniões fixas, com foco na execução das ações do plano.

Diferente do período avaliatório anterior onde o indicador 7.3 não havia sido alcançado, neste trimestre as Unidades de Prevenção à Criminalidade superaram o indicador em 125% uma vez que para o período eram esperadas um total de 140 pessoas participantes nas ações de mobilização social, nas reuniões da comissão municipal de prevenção à criminalidade e nas reuniões de rede. Desta forma, foram alcançadas um total de 315 pessoas. São números muito expressivos e que refletem

a qualidade empregada nas execuções, no entanto, para os próximos períodos avaliatórios, é esperado que o comportamento deste indicador aconteça dentro do previsto.

Para este período avaliatório algumas ações deste indicador merecem ser destacadas, como por exemplo a roda de conversa realizada no município de São Gonçalo do Abaeté da RISP 10 em 13/03/2025, que contou com a presença de 40 pessoas, onde foi possível conversar com o público atendido pelo CRAS sobre pautas voltadas à prevenção à violência doméstica:



Roda de conversa - Prevenção à violência doméstica - São Gonçalo do Abaeté - 13/03/2025

Na RISP 15, no município de Fronteira dos Vales, foram executadas duas rodas de conversa nos dias 17/03/2025 e 18/03/2025 com dois grupos de mulheres atendidas pelo CRAS, onde foram apresentados alguns paradigmas da Lei Maria da Penha, com o intuito de informar as mulheres atendidas os direitos das mulheres violentadas garantidas pela Lei. Os encontros contaram com momentos de escuta e diálogo das vivências das mulheres acolhidas nos serviços da política de assistência social:



Rodas de Conversa - Fronteira dos Vales - Paradigmas da Lei Maria da Penha - 17/03/2025 e 18/03/2025

No primeiro período avaliatório de 2025, o programa Selo Prevenção Minas alcança um importante marco para a sua trajetória enquanto política pública de prevenção à criminalidade, uma vez que realiza a primeira reunião da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade no município de Teófilo Otoni. Na oportunidade, foi apresentada a todos os membros (titulares e suplentes) a estrutura da Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade, na figura da coordenadora estadual do Programa Selo Prevenção Minas, Srta. Vanessa Serva Maciel Golgher, além da apresentação de alguns conceitos basilares da política pública e de alguns dados que irão compor o diagnóstico municipal de segurança pública, que tem previsão de ser entregue ao município no primeiro mês do segundo período avaliatório de 2025:



Primeira reunião da Comissão Municipal de Prevenção Social à Criminalidade - Teófilo Otoni - 26/03/2025

As ações realizadas têm sido executadas de forma muito qualificada e potente e com isso, a política de prevenção social à criminalidade tem se consolidado cada vez mais nos municípios de abrangência da 10ª e 15ª Regiões Integradas de Segurança Pública. A supervisão de prevenção social à criminalidade e a coordenação do Programa Selo Prevenção Minas, haviam demonstrado preocupações quanto ao desempenho do indicador 7.1 (articulação de rede), que vinha de sequências de não alcance das metas. No trimestre anterior, a meta havia sido alcançada muito acima do esperado e após as intervenções propostas pela supervisão junto às Unidades de Prevenção à Criminalidade, chegamos ao final do primeiro período avaliatório de 2025 alcançando este importante indicador de forma qualificada e dentro do esperado.

Para a RISP 10, eram esperadas a execução de 75 articulações com a rede e para a RISP 15 um total de 105 articulações, tendo as equipes alcançado 81 e 102 articulações, respectivamente, o que demonstra em números a eficiência das Unidades de Prevenção à Criminalidade do Programa Selo Prevenção Minas.

Apesar do não alcance do indicador 7.2, o alcance de 97% do indicador somados a 18 atividades formativas realizadas, em 14 municípios distintos, reforça o alinhamento entre as diretrizes emanadas pela SUPEC e a atuação das Unidades, a partir das orientações da Supervisão de Prevenção Social à Criminalidade no tocante a capilaridade de atuação e na diversificação das temáticas.

As atenções deverão ser direcionadas para o indicador 7.3, que no presente período avaliatório registrou um número 125% acima do esperado. As ações realizadas foram qualificadas, no entanto, a superação exacerbada das metas, nos diz de um acompanhamento aproximado a ser realizado pelas gestoras sociais junto às equipes de analistas, com vistas a retomar à normalidade do alcance, ou seja, dentro do esperado. Considerando as diretrizes pensadas para atuação "na base", ou seja, junto às escolas, é esperado que este indicador se comporte de forma semelhante ao atual trimestre, uma vez que a metodologia do Programa Selo Prevenção Minas prevê a realização de Espaços formativos nas escolas, com isso, o indicador 7.3 poderá sofrer oscilações e a sua repactuação futura, poderá ser indicada.

Ao encerrarmos o ano de 2024, iniciamos 2025 com boas expectativas e os números e ações executadas confirmaram essas expectativas, uma vez que o cenário político vivenciado pelos municípios tem possibilitado a realização de muitas ações de prevenção, portanto, é esperado para o 26º período avaliatório, o segundo de 2025, a manutenção do que vem sendo executado até o momento, com pequenos ajustes a serem realizados, como a atenção ao indicador 7.3.

Feitas tais considerações iniciais, partiremos agora para a análise de cada indicador do Programa Selo Prevenção Minas.

Área Temática: Programa Selo Prevenção Minas	
Indicador nº 7.1. Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 180 •	• 183 •
Descrição do Indicador	
<p>Descrição: O Programa Selo Prevenção Minas, a partir da perspectiva da Segurança Cidadã, concebe como essencial a interlocução com a rede parceira para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades nos municípios. Conforme metodologia do Programa, a rede parceira é composta por organizações, de caráter formal ou informal, que atuam nas áreas de segurança pública, justiça, proteção social e garantia de direitos humanos. Nesse sentido, as intervenções do Programa são construídas em diálogo, mobilização e cooperação com essa rede.</p> <p>Para fins deste indicador, são consideradas ações de articulação com a rede alinhadas à metodologia do Programa Selo Prevenção Minas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Número de ações de articulações de rede, com caráter técnico, sobre como atuar em prevenção social à criminalidade; 2. Número de ações de articulações de rede para construção de diagnósticos e planos municipais; 3. Número de ações de articulação de rede para criação ou fortalecimento de fluxos ou protocolos de atendimento e encaminhamento de casos de violências e criminalidade; 4. Número de ações de articulação de rede para fomento da temática de prevenção social à criminalidade. 	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 25º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que compreende o período 01/01/2025 a 31/03/2025 obteve-se um total acumulado de • 183 • ações de articulação de rede pelo Programa Selo Prevenção Minas. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de • 180 • ações, o Programa atingiu 83,85% do objetivo estabelecido.

7.1 - Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas					
Municípios	24º PA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	Total
RISP 10	536	18	49	14	81
RISP 15	176	22	40	40	102
Total	935	40	89	54	183

A atuação do Programa Selo Prevenção Minas, como sabemos, é regional. Neste sentido, as Unidades de Prevenção à Criminalidade são implantadas nas sedes das Regiões Integradas de Segurança Pública em que irão atuar. No atual cenário, estamos na RISP 10, cuja sede é Patos de Minas e em Teófilo Otoni, município sede da RISP 15.

A RISP 10 conta com 23 municípios e a RISP 15, por sua vez, com 60 municípios. Neste sentido, fazendo uma análise global, o programa Selo Prevenção Minas, possui sua abrangência estendida para 83 municípios e para analisarmos o indicador 7.1 de forma generalizada, precisamos nos ater a esse fato e também ao período de execução/implantação da política pública.

Neste período avaliatório, realizamos ações de articulação com a rede nos 23 municípios da RISP 10, ou seja, foram realizadas articulações de rede com todos os municípios da RISP 10. Assim como no P.A anterior, a equipe RISP 10 consegue mais uma vez esse excelente resultado, o que tem demonstrado a preocupação da Unidade de Prevenção à Criminalidade em realizar ações qualificadas para além de Patos de Minas e como consequência, apresenta-se o alcance da meta dentro do esperado.

No primeiro período avaliatório de 2025, podemos destacar a reunião de rede promovida pela Secretaria de Desenvolvimento Social de Patos de Minas junto à Casa da Mulher, onde o programa Selo Prevenção Minas, na figura da gestão social reforça a presença do programa no município, as ações já realizadas nesta temática além de deixar abertas as possibilidades de novas construções conjuntas, reforçando a sua representação político-institucional:



Reunião de

rede - Casa da Mulher e Secretaria de Desenvolvimento Social - Patos de Minas - março de 2025

Na RISP 15, foram realizadas articulações de rede em 17 municípios. Ao compararmos com o 24º P.A, onde foram alcançados 90% do total de municípios da RISP, notamos que houve uma diminuição considerável no número de municípios alcançados com as articulações de rede, justificável pelo momento vivenciado na Unidade Prevenção à Criminalidade, uma vez que os esforços vinham sendo concentrados na mobilização para a primeira reunião da Comissão Municipal e conclusão do Diagnóstico de Segurança Cidadã.

Neste trimestre, podemos destacar a reunião realizada no dia 08/01/2025, onde a diretora Regional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Srta. Carol Salomão, convidou o Programa Selo Prevenção Minas e o Centro de Referência de Direitos Humanos com o objetivo de fortalecer e planejar futuras ações em conjunto entre o Estado de Minas Gerais e o Município de Teófilo Otoni. Essa integração entre as instituições é essencial, principalmente se levarmos em consideração que o fenômeno criminal é multicausal e a atuação preventiva, requer uma atuação articulada:



Reunião de rede - SEDESE, Selo Prevenção Minas e Centro de Referência dos Direitos Humanos - janeiro de 2025

Neste trimestre, foram realizadas um total de 183 articulações de rede, sendo 81 ações na RISP 10 e 102 em Teófilo Otoni. Para o período, eram exigidas, conforme já explicitado, 180 ações de articulação de rede.

Ao destrincharmos essa meta, podemos observar que as Unidades de Prevenção à Criminalidade apresentaram ótimos resultados no alcance das metas pactuadas a partir de uma análise individual de execução, uma vez que para a RISP 10 eram exigidas um total de 75 articulações, tendo sido alcançado um total de 81 articulações, conforme já explicitado, ou seja, a evolução ocorre um pouco acima do indicado, no entanto, nada exacerbado.

Já para a RISP 15, eram esperadas a realização de 105 articulações com a rede, tendo sido alcançado 97% a partir da realização de 102 articulações com a rede, ou seja, apesar do não alcance integral, trata-se de um excelente resultado.

Com este desempenho apresentado pelas Unidades de Prevenção à Criminalidade sob uma análise individualizada de atuação, nota-se que houve ligeiro equilíbrio nas articulações realizadas por ambas.

Ao verificarmos os períodos avaliatórios anteriores, é perceptível que este indicador sofreu muitas oscilações, ora sendo alcançado muito acima do pactuado, ora não sendo alcançado. Neste trimestre, é alcançado de forma qualificada e dentro do esperado e as expectativas para os próximos, é que este comportamento se mantenha. As intervenções que vêm sendo realizadas têm surtido efeitos positivos e isso pode ser demonstrado pelos resultados alcançados, sob a perspectiva de uma análise global dos indicadores e também a partir de uma análise individual de atuação.

Das 81 articulações de rede realizadas na RISP 10, 22 foram direcionadas à Patos de Minas. Neste sentido, ao compararmos com períodos avaliatórios anteriores, nota-se uma redução neste número e isso está em consonância com as orientações advindas da SUPEC e pela Supervisão de Prevenção Social à Criminalidade, uma vez que, 59 articulações foram direcionadas aos demais municípios da RISP 10, o que corresponde à 72% das ações. Este número alcançado no presente período avaliatório se mostra muito positivo pois, é através dessas articulações que é possível alcançar a capilaridade almejada na referida região integrada de segurança pública.

Levando em consideração a situação acima exposta, a supervisão de prevenção social à criminalidade adotará para o próximo período avaliatório, estratégias junto às UPC's com o intuito de se manter essa diversificação nas articulações, priorizando as ações para além do município sede da RISP 10.

Neste período avaliatório, conforme já dito alhures, foram realizadas três reuniões das Comissões Municipais de Prevenção à Criminalidade nesse período avaliatório, sendo uma em Patos de Minas, uma em São Gotardo e uma Teófilo Otoni:



19ª reunião da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade de Patos de Minas – 27/02/2025



9ª reunião da

Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade de São Gotardo – 28/03/2025



1ª reunião da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade de Teófilo Otoni – 25/03/2025

Durante o trimestre, a Unidade de Prevenção à Criminalidade RISP 15, se empenhou em mobilizar os membros da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade para a primeira reunião, além de direcionar as forças de trabalho para a conclusão do diagnóstico municipal de segurança cidadã, que tem previsão de ser entregue ao município em abril de 2025.

O primeiro período avaliatório de 2025, fica marcado pela concretização de expectativas anteriormente criadas, uma vez que os resultados alcançados pelas Unidades De Prevenção à Criminalidade, sobretudo para o indicador 7.1, foram muito satisfatórios.

Desafios e obstáculos são inerentes à atuação em políticas públicas e esperamos e temos nos planejado para os próximos meses. A expectativa se alia ao árduo trabalho para mantermos a qualidade da atuação regionalizada do Programa Selo Prevenção Minas.

Área Temática: Programa Selo Prevenção Minas	
Indicador nº 7.2. Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 540 •	• 526 •
Descrição do Indicador	
<p>O Programa Selo Prevenção Minas, dentre outros objetivos, visa disseminar conhecimentos adquiridos e técnicas utilizadas pela Política Estadual de Prevenção à Criminalidade, através da realização de atividades de formação e produção de conteúdo, para as instituições públicas e demais públicos interessados em qualificar sua atuação em prevenção ao crime e às violências. Assim, as atividades são passíveis de formatação personalizada ao contexto local, estruturadas em conjunto com o parceiro, visando atuar de maneira assertiva através da proposição de temas que contribuam para o enfrentamento dos desafios que tocam a segurança pública local.</p> <p>Para fins deste indicador, são consideradas atividades de formação, alinhadas à metodologia do Programa Selo Prevenção Minas, os espaços de formação sobre temáticas de prevenção social à criminalidade realizadas nos municípios.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 25º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que compreende o período 01/01/2025 a 31/03/2025 obteve-se um total acumulado de • 526 • pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de • 540 • pessoas, o Programa não atingiu a meta.

7.2- Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas					
Municípios	24º PA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	Total
RISP 10	827	29	111	131	271
RISP 15	519	31	115	109	255
Total	1397	60	226	240	526

Neste trimestre foram realizadas 18 atividades de formação em 14 municípios da RISP 10 e RISP 15, que contemplaram 526 pessoas de 42 instituições da rede.

Para este P.A eram esperadas o alcance de 540 pessoas, no entanto, alcançamos 526 pessoas, o que corresponde a 97% do indicador. Ao destrincharmos essa meta, podemos observar que para a 10ª RISP eram esperadas 210 pessoas, tendo sido alcançadas um total de 271, o que corresponde a um resultado acima do esperado de 29%.

Para a 15ª RISP esperava-se o alcance de 330 pessoas, no entanto, foram alcançadas 255, o que corresponde a 77% do esperado para a RISP 15.

Nota-se que temos cenários diferentes na distribuição e no alcance das metas pactuadas para cada UPC.

A RISP 10 alcançou as metas para este período avaliatório de forma satisfatória e conforme relatado, houve a superação das expectativas. No período avaliatório anterior, a então supervisão metodológica, havia sinalizado sobre a necessidade de diversificar as temáticas na RISP 10 bem como direcionar as ações para os demais municípios da RISP e isso ocorreu no trimestre de referência e que pode ser traduzido pelos 5 municípios alcançados pelas capacitações. As ações realizadas no município de Patos, finaliza o acordo pré-estabelecido entre a UPC e a Secretaria de Saúde, que previa a realização de capacitações voltadas ao atendimento do público LGBTQIAPN+.

Do total das 8 capacitações realizadas na RISP 10, 4 foram realizadas em Patos de Minas com a temática Os Direitos e a Qualificação do Atendimento à Comunidade LGBTQIAPN+. Foram realizadas outras 4 capacitações nos municípios de Patrocínio, Lagoa Grande, Tiros e Varjão de Minas, com destaque para os municípios de Patrocínio e Varjão de Minas, uma vez que estes municípios não eram agraciados com alguma ação do Selo a um tempo considerável.

As capacitações ministradas no município de Patos de Minas, são desdobramentos de ações do plano municipal vigente no município e no caso específico de Patos de Minas, trata-se de um cronograma de capacitações iniciado em 2024 com previsão de término para o início do ano de 2025.

O Selo Prevenção Minas é um programa de abrangência regional e o eixo em curso é fundamental para essa atuação descentralizada e portanto, se faz necessário traçar estratégias para alcançar os demais municípios da RISP 10, prezando pela capilaridade do Selo e isso foi observado no período avaliatório atual, neste sentido, a orientação é de que a Unidade de Prevenção à Criminalidade, mantenha-se focada em direcionar suas ações para os demais municípios da RISP 10.

Com relação à RISP 15, se observarmos a meta destrinchada, notamos que não houve o alcance esperado, no entanto, é perceptível a evolução no quantitativo de capacitações, de pessoas contempladas e de municípios alcançados em comparação com o trimestre anterior, tendo sido realizadas capacitações nos municípios de Malacacheta, Teófilo Otoni, Poté, Itinga, Novo Oriente de Minas, Itaobim, Fronteira dos Vales, Araçuaí e Coronel Murta.

Nos períodos avaliatórios anteriores, especificamente no 23º e 24º, as ações do Eixo em curso foram impactadas pelo período eleitoral, seja pela vedação ou pela reeleição dos novos representantes do executivo municipal. Para o início de 2025, considerando o início dos mandatos dos prefeitos eleitos e reeleitos, foram criadas expectativas para uma reentrada nesses municípios com atividades formativas e neste trimestre, elas se confirmaram. É esperado que para os próximos períodos avaliatórios, esta dinâmica se mantenha, com vistas a diversificarmos a atuação do Programa Selo Prevenção Minas nas regiões de atuação.

No primeiro período avaliatório de 2025, como já explicitado, foram realizadas diversas capacitações com temáticas variadas e que merecem ser destacadas, como por exemplo, a realizada no município de Tiros, cuja temática abordada foi Segurança Cidadã, Prevenção ao Crime e Atendimento Humanizado às Vítimas de Violência, tendo contado com a presença de 28 pessoas participantes abrangendo 5 instituições:



Capacitação

- Segurança Cidadã, Prevenção ao Crime e Atendimento Humanizado – Tiros/RISP 10 - 25/02/2025

Na RISP 15, podemos destacar a atividade formativa realizada no município de Itaobim cuja temática abordada foi a Humanização e o atendimento qualificado às vítimas de violência, que contou com a presença de 47 integrantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:



Capacitação - Humanização e qualificação no atendimento às vítimas de violência – Itaobim/RISP 15- 27/02/2025

Neste 1º período avaliatório de 2025, as Unidades de Prevenção à Criminalidade do Programa Selo Prevenção Minas, alcançaram juntas 97% do indicador 7.2. Um excelente resultado, fruto do empenho e dedicação dos profissionais que fazem o programa acontecer. Apesar do não alcance em sua integralidade, as ações realizadas foram diversificadas e para além dos municípios sede das Regiões Integradas de Referência.

Para o próximo período avaliatório, é esperado o alcance do indicador de forma plena, qualificada e diversificada, de modo a pautarmos a prevenção à criminalidade e as violências no maior número possível de municípios nas RISP 's de abrangência da política pública.

O Eixo em curso merece nossa atenção e esforços, pois por meio dele conseguimos diversificar nossa atuação na 10ª e 15ª RISP de maneira qualificada, integrada e continuada.

Área Temática: Programa Selo Prevenção Minas	
Indicador nº 7.3. Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 140 •	• 314 •
Descrição do Indicador	
<p>Para a efetividade das ações e projetos em prevenção à criminalidade nos municípios em que o Programa Selo Prevenção Minas atua, é importante o alinhamento e engajamento de atores estratégicos, com atuação em rede, bem como da própria população a ser beneficiada.</p> <p>Nesse sentido, o Programa visa criar e/ou fomentar outros espaços formais de participação comunitária na temática da prevenção à criminalidade, promovendo o encontro entre poder público e sociedade civil, de modo a fortalecer a responsabilidade e o compromisso coletivo com a temática no município. Entende-se por espaço formal de participação a organização de momentos em que o poder público se reúne com a sociedade civil com o objetivo de traçar estratégias, construir ações coletivamente e/ou conscientizar acerca de temáticas específicas.</p> <p>Além disso, o Programa também tem por objetivo criar e/ou fomentar espaços de rede nas temáticas inerentes à prevenção à criminalidade, tendo em vista que a articulação entre os atores da rede é fundamental em se tratando do enfrentamento às violências e à criminalidade. Portanto, entende-se por espaço de rede uma forma de organização de um grupo de atores estratégicos, intersetoriais e interinstitucionais, que se reúnem com uma frequência pré estabelecida, possuindo um objetivo comum.</p> <p>Por fim, a Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade é um espaço de rede formal e permanente nos municípios que aderem ao Selo Certifica, e tem por objetivos promover discussões sobre a pauta de prevenção à criminalidade e promover a interlocução sistemática entre as diferentes políticas municipais, de modo a fomentar uma atuação em rede para o enfrentamento à criminalidade e às violências. A equipe de Gestores, analistas e estagiários deverão, com apoio dos/as atores municipais e coordenação estadual, planejar e coordenar as reuniões, de modo a cooperar para o fortalecimento da pauta de prevenção à criminalidade e para a construção coletiva do trabalho.</p> <p>Para fins deste indicador, são consideradas participações alinhadas à metodologia do Programa Selo Prevenção Minas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Número de pessoas participantes nos espaços formais de participação com o viés de segurança pública promovidos pelo programa. 2. Número de pessoas participantes nos espaços de rede nas temáticas de prevenção social à criminalidade promovidos pelo programa. 3. Número de pessoas participantes nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade. 	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 25º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que compreende o período 01/01/2025 a 31/03/2025 obteve-se um total acumulado de • 314 • pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de • 140 • pessoas, o Programa atingiu o objetivo estabelecido.

7.3- Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas					
Municípios	24º PA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	Total
RISP 10	588	0	8	197	205
RISP 15	77	0	43	66	109
Total	860	0	51	263	314

Para o quarto período avaliatório de 2024, tínhamos como meta alcançar nos 3 meses de referência um total de 140 pessoas participantes nos espaços de mobilização social, nas reuniões de rede e das comissões promovidas pelo Programa, sendo 70 para a RISP 10 e 70 para a RISP 15.

Foram alcançadas 314 pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e das Comissões Municipais de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas, o que corresponde a 124% acima do resultado esperado.

O indicador 7.3 contabiliza três modalidades, sendo o número de pessoas participantes nos espaços de mobilização social (que podem ser ações nas escolas, espaços de formação direcionadas ao público, rodas de conversa e etc.), nas reuniões de rede promovidas pelo programa e nas reuniões da comissão municipal. Para melhor compreendermos o desempenho das equipes no que tange a este indicador, é necessário analisá-lo separadamente. Neste período avaliatório foram realizadas 3 reuniões da comissão municipal, sendo uma em Patos de Minas, uma em São Gotardo e uma em Teófilo Otoni. Em Patos de Minas estiveram presentes 8 pessoas, em São Gotardo 14 e em Teófilo Otoni 29, totalizando 51 pessoas presentes. Foi realizado um encontro de formação que contou com a presença de 143 pessoas. Com relação às ações de mobilização social, tivemos um total de 3 rodas de conversa que contabilizaram um total de 77 pessoas participantes, além do fórum local (projeto SINTEGRA) que contou com 43 presentes.

Assim como o eixo em curso, as ações transversais vinham sofrendo os efeitos do período eleitoral que inevitavelmente contribuíram para o afastamento das administrações públicas durante o período de transição do poder executivo. Para além disso, se fez necessária maior investimento por parte das UPC's em articulação com a rede no intuito de executarmos mais ações de mobilização social, imprescindíveis para a atuação do programa Selo Prevenção Minas. Observados tais fatores aliados às expectativas de reversão do cenário para o primeiro trimestre de 2025, os anseios tornaram-se reais, uma vez que as Unidades voltaram a executar ações efetivas de participação e mobilização social, além das reuniões de rede temáticas.

A participação e mobilização social é essencial para a execução de políticas públicas de prevenção à criminalidade e o Programa Selo Prevenção Minas prioriza esta frente em todos os eixos de atuação e esta é a razão de existir deste indicador. Neste trimestre, o indicador registrou um comportamento muito acima do esperado, com isso, a Supervisão de Prevenção Social à Criminalidade junto à Coordenação do Programa Selo, irão direcionar as orientações para as Unidades de Prevenção à Criminalidade no sentido de organizarem-se para o alcance dentro das expectativas pactuadas.

Com relação às reuniões das Comissões Municipais de Patos de Minas, São Gotardo e Teófilo Otoni, foram realizadas 3 reuniões no trimestre, contando com a presença de 51 pessoas no total.

Vale ressaltar que a execução via O.S junto à São Gotardo finalizou em 2024. Neste sentido, visando dar continuidade aos trabalhos iniciados pela Comissão Municipal, a secretária de desenvolvimento social manifesta o desejo de dar seguimento na implementação das ações do plano municipal. A presença dos membros foi contabilizada no relatório RISP 10 como uma "Reunião de rede promovida pelo programa". Este cenário nos liga o alerta pois, num período de médio a longo prazo, esse formato de atuação voltará a ocorrer e será necessário qualificar esse acompanhamento "distanciado".

A reunião em Patos de Minas ocorreu no mês de fevereiro. Foi proposta inicialmente uma rodada de apresentação entre os presentes, considerando a presença de novos membros, além da apresentação da ferramenta desenvolvida pelo Observatório de Segurança Pública que mostra em tempo real os Registros dos Eventos de Defesa Social (REDS) com vistas a auxiliar os municípios certificados ou em vias de serem certificados pelo Selo Prevenção Minas a pensarem ações preventivas baseadas em evidência. Foi proposto às instituições, que façam uma análise "qualitativa" dos casos de violência que chegam até elas, para que possam ser discutidos nos espaços da comissão.

O primeiro período avaliatório de 2025, conforme já relatado, fica marcado pela primeira reunião da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade de Teófilo Otoni, realizada no mês de março, assim como em São Gotardo. Na oportunidade, foi apresentada a estrutura da SUPEC, os programas que compõem a política estadual, além de terem sido trabalhados conceitos basilares da prevenção à criminalidade. Os profissionais se empenharam na apresentação de alguns dados que irão compor o diagnóstico municipal, momento em que vários membros apresentaram questionamentos legítimos, que foram prontamente respondidos pelas profissionais de ponta, pela supervisão de prevenção e pela coordenação estadual.

No município de São Gotardo a reunião foi realizada no mês de março. Nela foi apresentada aos membros a ferramenta desenvolvida pelo Observatório de Segurança Pública que mostra em tempo real os Registros de Eventos de Defesa Social (REDS) com vistas a auxiliar os municípios certificados ou em vias de serem certificados pelo Selo Prevenção Minas a pensarem ações preventivas baseadas em evidência. Foi pensado também possibilidades de se elaborar um protocolo de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e por fim, foi apresentada uma proposta de cronograma de reuniões ao longo de 2025. Medidas continuam sendo tomadas no que diz respeito à mobilização dos membros na participação nas reuniões da Comissão, eventuais substituições de membros e no convite de novas instituições para se integrarem à Comissão, além da

utilização de estratégias de articulação de rede mais efetivas, como reuniões presenciais e possíveis realizações de estudos de caso nas plenárias, dando um teor mais objetivo às reuniões. Tais medidas estão sendo trabalhadas com a equipe por meio das reuniões com a gestão social e sob a supervisão de prevenção, além de todo apoio técnico e metodológico disponibilizado pela coordenação do Programa Selo Prevenção Minas.

Encerramos o 1º trimestre do ano superando as metas pactuadas para o indicador 7.3. Se faz necessário se atentar ao quórum da Comissão Municipal de Patos de Minas, uma vez que a quantidade de pessoas ainda se apresenta de forma reduzida, nos moldes de 2024. Necessário manter a comissão municipal de Teófilo Otoni engajada para que o Plano Municipal seja elaborado e as ações, executadas. Alcançamos um excelente resultado no primeiro período avaliatório de 2025, contudo, devemos nos atentar para que venhamos a alcançar o indicador dentro do esperado.

Considerações finais

Encerramos o 1º período avaliatório de 2025 alcançando as metas pactuadas para os indicadores 7.1 e 7.3. Ao longo de 2024, esses indicadores sofreram muitas oscilações, no entanto, foram feitas intervenções pela supervisão de prevenção social à criminalidade e a coordenação do Programa Selo Prevenção Minas que, aliadas à adesão das equipes às intervenções propostas, foi possível retomar o alcance desses importantes indicadores.

Com relação às articulações de rede, as Unidades de Prevenção à Criminalidade se dedicaram na mobilização dos membros para a primeira reunião da comissão municipal de Teófilo Otoni, para a elaboração do Diagnóstico Municipal, além das tentativas de marcação de atividades formativas e ações transversais nas duas regiões integradas de segurança pública. Foram dadas tratativas no sentido de apresentar o programa aos novos gestores municipais, com vistas a construção conjunta de ações de prevenção ao crime.

Diferentemente do trimestre anterior, onde as atividades de formação realizadas foram, majoritariamente, voltadas ao tema dos direitos e da qualificação do atendimento à comunidade LGBTQIAPN+, ocorrendo em sua grande maioria na RISP 10, especificamente no município de Patos de Minas, este período avaliatório fica marcado pelo (re) início da diversificação das temáticas propostas junto às administrações públicas municipais de ambas as RISP's, uma vez que é possível constatar a realização de capacitações voltadas a prevenção à violência doméstica, as juventudes, a qualificação e a humanização no atendimento às vítimas de violências, por exemplo.

Neste trimestre, um número maior de municípios e pessoas foram contemplados com essas temáticas e a expectativa é que este cenário se repita nos próximos períodos avaliatórios, retomando o alcance do indicador 7.2 em sua plenitude, tendo em vista que neste trimestre, foi alcançado 97% do indicador.

Com relação ao indicador 7.3, este foi alcançado superando as metas pactuadas em 125%, o que nos chama atenção, pois é necessário que a execução das ações esteja em consonância com o pactuado no contrato de gestão. Para este indicador, se faz necessário manter a Comissão Municipal de Teófilo Otoni engajada, uma vez que após o lançamento do diagnóstico municipal previsto para abril, inicia-se no 2º período avaliatório de 2025 a construção do Plano Municipal de Segurança Pública. Para Patos de Minas, se faz necessário concentrar os esforços para que o quórum das reuniões da Comissão Municipal suba, de modo a contribuir para a execução das ações estratégicas previstas no plano municipal.

No tocante às ações transversais, tais ações têm retomado após alguns meses de pouca ou nenhuma realização. Neste sentido, necessário se ater a execução dessas ações junto às administrações públicas municipais, promovendo a mobilização e a participação social qualificada.

Para o 26º período avaliatório, alguns pontos carecem de atenção. Serão exigidas metas maiores para os três indicadores, uma vez que para o 7.1 (articulação de rede) que passa de 180 para 310; o 7.2 (em curso) que passa de 540 para 720 e o 7.3 (mobilização social) de 140 para 220. Neste sentido, a gestão social deverá direcionar as equipes para que executem as ações de maneira qualificada visando o alcance pleno dos indicadores.

Outro ponto a ser destacado é que para o indicador 7.2 será exigida articulações de rede para a 4ª RISP e que até o presente momento não foi implantada. Havia a previsão de implantação conjunta do Programa Selo Prevenção Minas e do Proteja Minas, no entanto, somente o programa Proteja foi implantado. Desta forma, caso a implantação do Selo não se concretize neste P.A, recomenda-se a repactuação dos indicadores para que se exija articulações de rede somente das RISP 's 10 e 15.

Para os próximos períodos avaliatórios, muitos desafios irão se apresentar em razão do aumento dos indicadores e da adaptação das Unidades às novas métricas. Ainda assim, são boas as expectativas para a execução dos trabalhos para o próximo trimestre, uma vez que os profissionais que integram as UPCs Selo Prevenção Minas têm demonstrado cada vez mais, muita apropriação metodológica, empenho e dedicação nas frentes propostas. Todos os integrantes do Programa Selo Prevenção Minas se mantêm empenhados em proporcionar a todos os municípios atendidos nas áreas de abrangência da RISP 10 e 15 um serviço público eficiente e qualificado.

ÁREA TEMÁTICA: SERVIÇO DE ATENDIMENTO À PESSOA CUSTODIADA (APEC)

Contextualização Geral dos Indicadores:

O relatório apresentado propõe analisar o desempenho nas metas estabelecidas, a partir de janeiro de 2025, para o Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (APEC). Diante disso, faz-se necessário o registro do cenário e dos eventos que influenciaram na execução do referido Serviço, nos meses de janeiro a março, trimestre que corresponde ao 25º período avaliatório do Contrato de Gestão 02/2019.

Inicialmente, tendo em vista o novo formato de trabalho do cargo da Supervisão, que começou a vigorar a partir de março de 2025, passando a exercer a função de Supervisão de Prevenção Social à Criminalidade e deixando de atuar como Supervisão Metodológica, houve o desmembramento das referências que acompanharão o Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada e o Programa CEAPA. Assim, a CEAPA passou a contar com dois supervisores de referência e o Serviço APEC com um supervisor de referência.

Cabe esclarecer ainda que, conforme descrito no Relatório Gerencial de Resultados do 23º período avaliatório, desde a implantação do Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (APEC), em Belo Horizonte, e de sua ampliação, com as implantações em Contagem e Uberlândia, a execução desse trabalho permanecia sem contabilização e impacto concreto nos indicadores, pelo motivo supracitado.

Não obstante, o número total atendimentos realizados nas três unidades, nas modalidades prévios e posteriores, tem se fortalecido em quantidade e qualidade a partir dos diversos alinhamentos e pactuações com os atores do Sistema de Justiça Criminal, Coordenadores das CEACs e Policiais Penais no intuito de consolidar a atuação do Serviço e sua importância para o público. É importante sublinhar que em Belo Horizonte, ainda não foi possível realizar os atendimentos sociais prévios às Audiências de Custódia na sua integralidade. Como é o caso dos cumprimentos de mandado de prisão, em virtude do elevado quantitativo de atendimentos que a equipe tem realizado, referente aos casos decorrentes de prisão em flagrante. Atualmente, a equipe do Serviço APEC de BH é composta por quatro analistas e, com a perspectiva de ampliação do quadro de analistas para seis, a expectativa é que sejam incorporados à dinâmica dos atendimentos.

Nos meses de janeiro e fevereiro, a supervisão metodológica deu continuidade as ações junto às equipes técnicas do Serviço APEC, com o suporte metodológico para as intervenções com os casos atendidos e com a rede parceira, e capacitando-as. Neste contexto, no mês de janeiro, foi realizada a capacitação sobre o Relatório Qualitativo do Serviço APEC visando o aprimoramento do atendimento ao público e das articulações de rede. Ainda no que concerne às capacitações, a perspectiva a partir de março de 2025, é que aconteçam espaços mensais de qualificação voltados apenas para as equipes técnicas do Serviço APEC, assim como já ocorre para os demais programas da Política de Prevenção.

Em continuidade, está previsto para este ano a contratação de um Gestor Social específico para atuar no Serviço APEC nos municípios de Contagem e Uberlândia. Esse modelo seguirá o padrão já adotado em Belo Horizonte. Desde as implantações, em 12 de junho de 2024, os municípios de Contagem e Uberlândia são gerenciados por profissionais que atuam nas Unidades de Prevenção à Criminalidade de base municipal, com os programas CEAPA e PrEsp.

Outro ponto de destaque foi a matéria realizada pela TV TJMG. Ela foi realizada com equipe técnica, Gestão Social e a participação da Subsecretária de Prevenção Social à Criminalidade, a sra. Christiana Dornas. Foi destacado o trabalho realizado no Serviço APEC BH como um dos dez finalistas do prêmio de Boas Práticas do Conselho Nacional de Justiça.

No que tange ao desempenho específico dos dois indicadores do Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada, eles serão melhor abordados a seguir. Assim, será realizada sua primeira análise referente ao período de janeiro a março deste ano.

Área Temática: Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (Apec)	
Indicador nº 8.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Serviço Apec	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 2.850 •	• 0 •
Descrição do Indicador	
<p>O Serviço Apec, conforme apontado pelo “Manual de Proteção Social na Audiência de Custódia”, visa contribuir para o aprimoramento das referidas audiências por meio da oferta de atenção especializada à pessoa custodiada na identificação de suas condições pessoais e sociais e com recomendações, orientações, referenciamentos e/ou encaminhamentos a serviços (tanto para a rede de proteção social, quanto para o cumprimento das medidas cautelares). O Serviço é constituído no campo da política de alternativas penais, pois possui o papel de efetivar a excepcionalidade da prisão na porta de entrada. O Serviço tem como público-alvo as pessoas presas e apresentadas em audiência de custódia. Destaca-se que a participação no Serviço Apec é voluntária e, para assegurar o encaminhamento da pessoa custodiada aos atendimentos, é necessário o estabelecimento de fluxos e articulações internas com os demais atores que compõem a logística envolvida nas audiências de custódia.</p> <p>Isto posto, as ações do Serviço Apec são realizadas por meio de atendimentos individuais. E este indicador visa mensurar o quantitativo de atendimentos realizados, alinhados à metodologia estabelecida, que considera os parâmetros nacionais. Para fins deste indicador, são considerados atendimentos realizados pelo Serviço Apec:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Atendimentos Sociais Prévios às Audiências de Custódia: realizados para as pessoas presas em flagrante ou por mandado judicial, apresentadas em audiência de custódia, atentando-se para as informações relacionadas às condições pessoais e sociais. 2. Atendimentos Sociais Posteriores à Audiências de Custódia: realizados para pessoas a quem se concede liberdade provisória sem ou com medidas cautelares alternativas à prisão ou prisão domiciliar, atentando-se para os encaminhamentos para os serviços. <p>Este indicador será calculado pelo somatório cumulativo do número de atendimentos nas modalidades acima. Os atendimentos deverão ser contabilizados de acordo com a quantidade de intervenções realizadas com cada pessoa, portanto uma mesma pessoa pode passar pelas duas modalidades de atendimento. Bem como pode passar mais de uma vez pela audiência de custódia e consequentemente mais de uma vez pela mesma modalidade de atendimento.</p> <p>Unidade de medida: nº absoluto.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
<p>Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das Apec à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.</p> <p>Fórmula de Cálculo: número de atendimentos realizados no período avaliatório e, cumulativamente, nos períodos anteriores.</p> <p>Polaridade: quanto maior melhor.</p> <p>Cálculo de Desempenho (CD): (resultado / meta) x 10</p>	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 25º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que compreende o período 01/01/2025 a 31/03/2025 obteve-se um total acumulado de • 314 • pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Serviço Apec. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de • 2.850 • pessoas, o Programa atingiu o objetivo estabelecido.

8.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Serviço Apec				
Municípios	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	Total
BELO HORIZONTE	851	823	781	2455
CONTAGEM	213	169	147	529
UBERLANDIA	272	216	299	787
Total	1336	1208	1227	3771

No 25º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 foram realizados 3.771 atendimentos no total, correspondentes às duas modalidades que compõem o indicador 8.1. Assim posto, para o período atual, torna-se factível a superação da meta no trimestre em estudo, visto que o valor estimado era de 2.850 atendimentos.

Para fins de esclarecimento, cabe dizer que este indicador se refere ao número acumulado de atendimentos realizados pelo Serviço APEC. Ele abrange a soma do número de atendimentos sociais prévios às Audiências de Custódia, bem como o número de atendimentos sociais posteriores às Audiências de Custódia. Insta, ainda, distinguir o desempenho em cada um deles dentro do trimestre e as possíveis oscilações observadas.

Uma análise inicial observa-se que aproximadamente 79,3% dos atendimentos estão vinculados à uma modalidade específica: atendimentos sociais prévios às Audiências de Custódia. A finalidade dela é oferecer atenção às demandas de caráter emergencial e de urgência do custodiado, além da produção de um relatório informativo. Dos 3.771 atendimentos totais feitos neste período, 2.994 foram dessa modalidade. O alto volume desse tipo de atendimento se deve pelo fato de que o custodiado é encaminhado à equipe técnica antes da audiência. Além disso, o relatório informativo sobre as condições pessoais e sociais do custodiado, a ser apresentado aos Magistrados, membros do Ministério Público, Defensoria Pública e Advogados que participam da audiência, só é produzido a partir deste tipo de atendimento.

Noutro giro, no que toca a modalidade dos atendimentos sociais posteriores às Audiências de Custódia, é possível perceber uma oscilação no trimestre. Ocorre que a realização de tal modalidade está vinculada a fatores externos, que impactam diretamente no quantitativo do público atendido. Assim, seja no Serviço APEC de Contagem, Belo Horizonte ou no de Uberlândia, alguns fatores comuns podem ser listados. O primeiro deles é o horário em que os Juízes liberam/comunicam para as equipes técnicas suas decisões: quando a pessoa será colocada em liberdade mediante alvará de soltura, ela só poderá passar pelo atendimento posterior com a equipe técnica se a decisão judicial já tiver sido "liberada". Sem decisão, a equipe não pode realizar o atendimento. Outro fator é a dificuldade de transporte apontada pelos policiais penais em conduzir custodiados para a unidade prisional, logo após a realização de audiência de custódia por conta de determinados horários. Por fim, a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva, por parte dos Magistrados, também impacta a não realização dos atendimentos posteriores.

Em face disso, identificamos que alguns municípios contribuíram de maneira significativa para a ampliação do número de atendimentos:

- **Belo Horizonte:** no atual período avaliatório o desempenho desta unidade se manteve além da meta estabelecida, realizando 2.455 atendimentos, para uma meta estimada de 2.100. Tal alcance é percebido em consequência dos constantes alinhamentos com os diversos atores da CEAC, visando consolidar a atuação do Serviço e sua importância para o público. Por fim, vale ressaltar que a organização da equipe técnica, bem como da Gestão Social, são fundamentais para a realização dos atendimentos e dos consequentes encaminhamentos para a rede de proteção social.
- **Contagem:** o município realizou 529 atendimentos totais, para uma meta estimada de 465, no referido trimestre. Desempenhou, portanto, um resultado acima de sua meta, o que demonstra um crescimento exponencial desde a sua implantação. Há que se levar em conta, principalmente, que o Serviço APEC funciona apenas no período da tarde, horário em que as audiências são realizadas. Além disso, a equipe é composta por duas analistas, responsáveis por realizar todos os atendimentos e encaminhamentos. Por fim, um fator capaz de impactar a não realização dos atendimentos posteriores em Contagem é o fato das audiências serem realizadas por 11 juízes distintos (ao contrário de Belo Horizonte, que são 2), o que aumenta a possibilidade de conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva, por parte dos Magistrados.
- **Uberlândia:** com um desempenho superior à meta estabelecida neste indicador, o município em questão, realizou 787 atendimentos totais, para uma meta estimada de 285, demonstra também um crescimento exponencial desde a sua implantação. Além disso, apesar da equipe ser composta por duas analistas, responsáveis por realizar todos os atendimentos e encaminhamentos, os atendimentos acontecem no período da manhã e da tarde. Por fim, um fator capaz de impactar a não realização dos atendimentos posteriores em Uberlândia é o cenário parecido com o do município de Contagem: o fato das audiências serem realizadas por vários juízes distintos, o que aumenta a possibilidade de conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva, por parte dos Magistrados.

Área Temática: Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (Apec)	
Indicador nº 8.2. Número acumulado de ações do Serviço Apec junto às redes de apoio	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 723 •	• 379 •
Descrição do Indicador	
<p>Como sinalizado no “Manual de Proteção Social na Audiência de Custódia”, o Serviço Apec atua na perspectiva da articulação de rede como algo necessário, tanto para a inclusão e acesso a direitos, quanto para o cumprimento das medidas cautelares. Dessa forma, o Serviço acolhe, identifica demandas e faz mediação com as políticas públicas para realizar encaminhamentos que podem atender às questões apresentadas no âmbito da proteção social, bem como no âmbito do cumprimento da determinação judicial. Nesse sentido, as ações junto às redes de apoio são construídas a partir do mapeamento, reconhecimento dos serviços e políticas públicas, de forma horizontal e intersetorial. Este indicador visa mensurar o quantitativo de ações de rede realizadas pelo Serviço, alinhadas à metodologia estabelecida, que considera os parâmetros nacionais.</p> <p>Para fins deste indicador, são consideradas ações junto às redes de apoio:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Reuniões de articulação com instituições da rede parceira (serviços de proteção social e de acompanhamento de medidas cautelares) para discussão sobre o acompanhamento do público e fluxos (encaminhamento e/ou comunicação); 2. Reuniões de articulação com os órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e demais atores que compõem a audiência de custódia, para discussão sobre o atendimento do público e fluxos (encaminhamento e/ou comunicação); 3. Participações em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes nos municípios que discutam temas relacionados à pessoa custodiada; 4. Número de articulações realizadas nos encontros de rede desenvolvidos pelo Serviço; 5. Encaminhamentos para a rede parceira (serviços de proteção social e de acompanhamento de medidas cautelares). <p>Este indicador será calculado pelo somatório cumulativo do número de ações de rede nas modalidades acima. As ações deverão ser contabilizadas de acordo com a quantidade de intervenções realizadas, na mesma modalidade ou em modalidades diferentes.</p> <p>Ademais, as Apec's devem resguardar na sua sede os comprovantes de cada uma das ações indicadas. Todas essas ações possuem modelos de instrumento que serão fornecidos pela SEJUSP/SUPEC.</p> <p>Unidade de medida: nº absoluto</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
<p>Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das Apec à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.</p> <p>Fórmula de Cálculo: número de ações realizadas no período avaliatório e, cumulativamente, nos períodos anteriores.</p> <p>Polaridade: quanto maior melhor.</p> <p>Cálculo de Desempenho (CD): (resultado / meta) x 10</p>	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 25º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que compreende o período 01/01/2025 a 31/03/2025 obteve-se um total acumulado de • 314 • pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Serviço Apec. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de • 723 • ações, o Programa atingiu o objetivo estabelecido.

8.2. Número acumulado de ações do Serviço Apec junto às redes de apoio				
Municípios	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	Total
BELO HORIZONTE	52	44	45	141
CONTAGEM	23	21	19	63
UBERLANDIA	35	50	90	175
Total	110	115	154	379

O Serviço APEC, nos meses de janeiro a março de 2025, desenvolveu 379 ações junto às redes de apoio. Tal execução demonstra o desempenho insatisfatório neste indicador, já que eram esperadas 723 articulações.

Ainda assim, é importante frisar que o número de articulações de rede teve poucas oscilações, com exceção da equipe de Uberlândia que conseguiu aumentar significativamente o número acumulado de ações ao longo do trimestre. As equipes com dois analistas encontram dificuldades para participar nas modalidades que compõem este indicador, pois precisam se ausentar da unidade. Entretanto, as equipes têm buscado organizar-se internamente, junto à Gestão Social, de maneira que seja possível ausentar-se da unidade sem causar impactos aos atendimentos.

No que toca aos Encontros de Rede, é importante mencionar que o Serviço APEC de Belo Horizonte conseguiu realizar 4 neste trimestre. Houve a participação total de 22 pessoas, sendo possível reunir com as Diretorias da Subsecretaria de Assistência Social de Belo Horizonte, os Programas Fica Vivo e Mediação de Conflitos e com o Poder Judiciário, para um momento de apresentação de resultados.

Por fim, destaca-se que com a retomada das capacitações mensais pela supervisão, a partir do mês de abril/2025, a temática da rede é uma das prioridades a ser trabalhadas com as equipes. O intuito é de contribuir com a construção de estratégias e repertórios possíveis para atuação nesta frente de trabalho.

Isto posto, faz-se necessário aprofundar a análise dos municípios que não contribuíram a contento para o desempenho no referido período.

- **Belo Horizonte:** neste primeiro trimestre, a equipe desenvolveu 141 das 570 ações esperadas para o período. É importante destacar que, ao longo do ano de 2024, a equipe se dedicou a construir fluxos e apresentar o APEC em toda a rede de proteção social: saúde, assistência, terceiro setor, rede especializada para o público trans, entre outros. Contudo, com o quantitativo atual de analistas frente ao grande número de atendimentos em 2025, a equipe tem encontrado dificuldades em realizar articulações externas ao serviço. Ainda assim, mensalmente, são realizados articulações e encontros de rede, reuniões para alinhamento de fluxos com atores do Sistema de Justiça Criminal e discussões de casos.
- **Contagem:** neste primeiro trimestre, o município de Contagem desenvolveu 63 das 99 ações esperadas para o período. Cabe destacar que os encaminhamentos para a rede de proteção social, uma das modalidades deste indicador, são realizados durante o pós-atendimento. Contudo, nem sempre durante os atendimentos posteriores existe a demanda do custodiado para a realização de encaminhamentos para a rede de proteção social. Assim, para este município onde há uma quantidade menor de pós-atendimento, a não realização de encaminhamentos também impacta diretamente o não alcance da meta. Ademais, com o quadro de duas analistas, a equipe tem encontrado dificuldades em realizar articulações externas. Neste contexto, a Gestão Social busca organizar junto a equipe, a participação em reuniões de articulação com a rede parceira para discussão sobre o acompanhamento do público.

De outro modo, importa salientar quem desenvolveu as ações de rede de acordo com as metas pactuadas.

- **Uberlândia:** Destaca-se que, no referido período avaliatório, esta unidade realizou 175 ações de rede, com um desempenho superior ao esperado, tendo em vista que a meta pactuada para o trimestre era de 54 ações. Uma execução determinante para esse bom desempenho refere-se ao quantitativo de encaminhamentos realizados para a rede parceira. Ele contribui de maneira expressiva para o alcance e superação deste indicador, além de demonstrar a qualificação dos atendimentos realizados e o empenho da equipe, que também atua com o quadro de duas analistas no Serviço do município.

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER (PROTEJA MINAS)

Contextualização Geral dos Indicadores:

O Proteja Minas é o mais recente programa a integrar a Política de Prevenção Social à Criminalidade do Estado de Minas Gerais (Lei nº 23.450, de 24 de outubro de 2019). Lançado em 2025, no município de Ubá, o Programa representa um reforço significativo à política pública de enfrentamento à violência contra mulheres e meninas em Minas Gerais, com atenção especial à prevenção e à atuação territorializada.

O objetivo central do Proteja Minas é atuar na prevenção e na redução dos casos de violência doméstica e familiar nos municípios contemplados pela sua implementação. Seu público-alvo abrange especialmente mulheres e meninas em situação de violência ou em risco de vivenciá-la, além de homens e demais vítimas indiretas da violência doméstica e familiar contra mulheres residentes no território de atuação. Para alcançar esse propósito, o Programa promove ações com foco na prevenção, direcionadas indistintamente a mulheres e homens, de todas as faixas etárias, residentes nos municípios atendidos. Essas ações visam ampliar o conhecimento sobre os direitos das mulheres, bem como divulgar os mecanismos de proteção e prevenção disponíveis. As atividades são voltadas a qualquer pessoa, independentemente de já ter vivenciado situações de violência, e são executadas por meio de diferentes estratégias de atendimento individuais e coletivas.

O programa teve seu **lançamento oficial no dia 15 de janeiro de 2025**, na Cidade Administrativa, em Belo Horizonte. O evento foi aberto ao público e contou com a participação de diversos atores estratégicos no enfrentamento à violência contra a mulher, representantes da Política de Prevenção Social à Criminalidade, autoridades municipais e estaduais, gestores públicos, entre outros. A abertura foi conduzida pela Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade, seguida de pronunciamentos de autoridades, culminando com as falas do Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Rogério Greco, e do Vice-Governador de Minas Gerais, Mateus Simões de Almeida. Na ocasião, foi formalizada a assinatura de lançamento do programa, amplamente repercutida nos meios de comunicação estaduais.



Lançamento do Programa Proteja Minas na Cidade Administrativa - no dia 15/03/2025 em Belo Horizonte.

Após o lançamento, os esforços se concentraram na implantação da Unidade de Prevenção à Criminalidade do Proteja Minas no município de Ubá. As atividades da unidade tiveram início em **6 de março de 2025**, marcando um passo significativo no comprometimento da política estadual com o enfrentamento à violência de gênero. A equipe técnica da unidade é composta por uma gestora social, três analistas sociais com formação em Direito e Psicologia, uma técnica administrativa, uma auxiliar de limpeza e um motorista. Os atendimentos individuais ao público foram iniciados já no primeiro dia de funcionamento, simbolizando o início efetivo das ações do programa na localidade.



Equipe do Proteja Minas - Unidade de Prevenção - Ubá no dia 06/03/2025.

No dia 7 de março, foi realizado um café da manhã na sede da UPC de Ubá com representantes da rede de serviços de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher. O encontro contou com a presença da Subsecretária Christiana Dornas, do Prefeito de Ubá, José Damato, além de membros do Sistema de Justiça, das forças de segurança pública e da rede municipal de proteção.



Café Com a Rede de Ubá na UPC: Visita Guiada - no dia 07/03/2025.

Já em 8 de março, Dia Internacional da Mulher, ocorreu o evento oficial de lançamento da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Ubá. A atividade foi realizada na rua em frente à unidade, voltada ao público em geral, e contou com a participação de mais de 90 pessoas, incluindo representantes de instituições envolvidas no enfrentamento à violência de gênero.

Entre os dias 11 e 13 de março, a supervisora da Prevenção do Programa Proteja Minas esteve no município para conduzir uma semana de capacitação com a equipe técnica da unidade. A formação teve como objetivos alinhar as práticas cotidianas de trabalho, aprofundar a compreensão da metodologia do programa e debater questões relacionadas à violência doméstica. O momento também proporcionou troca de experiências, fortalecimento da equipe e qualificação das ações implementadas no território.



Capacitação presencial na UPC com Equipe do Programa Proteja Minas - no dia 11 a 13/03/2025.

No dia **20 de março**, os profissionais do Proteja Minas participaram de uma imersão presencial em Belo Horizonte, dando continuidade às atividades formativas iniciadas em Ubá. A ação representou um espaço qualificado de escuta, troca de experiências e aprofundamento técnico entre as equipes do Programa, Diretoria, Coordenação e Supervisão de Prevenção. Foram abordados temas relacionados à metodologia de trabalho, utilização dos instrumentos técnicos, preenchimento de planilhas e análise de dados, além do alinhamento de estratégias de atuação.

Com vistas a **ampliar e fortalecer as ações de prevenção à violência contra a mulher no ambiente escolar**, no dia **21 de março** a equipe técnica do Proteja Minas participou de um intercâmbio com o Programa Mediação de Conflitos, na UPC Primeiro de Maio, em Belo Horizonte. A atividade teve como foco o compartilhamento da metodologia do projeto de Prevenção “É na Base”, inspirado na Lei Federal nº 14.164/2021, que promove ações de enfrentamento à violência de gênero em escolas. A troca possibilitou a apropriação de práticas bem-sucedidas com potencial de adaptação e replicação no município de Ubá, além de criar um espaço de construção coletiva e reflexão sobre estratégias aplicáveis ao contexto local.

Por fim, destaca-se a **visita do Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Rogério Greco**, à unidade de Ubá, no dia **25 de março**. Recebido pela equipe local e pelo prefeito José Damato, o secretário conheceu a estrutura da unidade e as ações já em curso. A visita representou um momento institucional importante para o fortalecimento da equipe e a consolidação do Programa Proteja Minas no município.

Área Temática: Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher	
Indicador nº 9.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Prevenção à Violência contra a Mulher	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 125 •	• 11 •
Descrição do Indicador	
<p>O Programa de Prevenção à Violência contra a Mulher tem por objetivo contribuir para a prevenção e redução da violência doméstica e familiar contra a mulher nos municípios de abrangência do programa, tendo como público-alvo mulheres e meninas em situação ou suscetíveis à violência; homens; e vítimas indiretas da violência doméstica e familiar contra as mulheres do município de atuação do Programa. Para tanto desenvolve ações com foco no âmbito preventivo, buscando alcançar de maneira indiscriminada mulheres e homens, independente da faixa etária, que residam no município de atuação do Programa, desenvolvendo ações que promovam o esclarecimento sobre os direitos e mecanismos de prevenção e proteção voltados para mulheres em situação de violência. As ações serão destinadas a toda e qualquer mulher ou homem, independente se já vivenciaram ou não o fenômeno da violência a partir das seguintes modalidades de atendimentos:</p> <p>a) Projetos de Prevenção: Os projetos de prevenção são um conjunto de estratégias pontuais, desenvolvidas pelas equipes técnicas através da leitura de cenários da dinâmica social e criminal do município de atuação do Programa, podendo ou não se restringir a determinados territórios, isso porque as realidades municipais e territoriais também podem se configurar como importantes fatores de risco e proteção para as mulheres e, portanto, devem ser contempladas nos projetos. Dessa forma, os projetos de prevenção terão como público-alvo mulheres e/ou homens moradores de determinada região que possam ou não se encontrar em situação de violência, e que configuram importantes atores na reestruturação social de uma convivência menos violenta.</p> <p>b) Atendimentos Individuais: O atendimento individual humanizado pode contemplar mulheres e seus dependentes em situação de violência, promovendo a identificação das violências, o perfil das vítimas, seus dependentes e dos agressores, bem como a identificação do risco e das vulnerabilidades existentes; e também mulheres que não necessariamente se encontrem em um ciclo de violência, mas que já podem ter sofrido em algum momento da vida a violência ou estejam vulneráveis a esse fenômeno. Nos atendimentos deverá ser priorizada a construção de vínculo entre a atendida e a equipe técnica, de modo a gerar confiança para o compartilhamento e construção de soluções de situações tão difíceis e delicadas. Os atendimentos poderão acontecer na Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC, na Unidade Móvel* e ainda em espaços da rede parceira de maneira que facilite o acesso da mulher e/ou vítimas indiretas da violência ao serviço prestado.</p> <p>c) Atendimentos Coletivos: Os atendimentos coletivos têm por objetivo atender grupos ou conjunto de pessoas na perspectiva da prevenção à violência contra a mulher através das seguintes intervenções:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Oficinas: As oficinas têm por objetivo proporcionar espaços de escuta coletiva de mulheres em situação de violência, visando o fortalecimento individual e coletivo das mulheres através de trocas de experiências. Essas ações deverão ser desenvolvidas na UPC física, preferencialmente, e terão o foco no desenvolvimento de estratégias que contribuam para a proteção da mulher e o rompimento do ciclo de violência; - Rodas de conversa: As rodas de conversa são metodologias que proporcionam um espaço dialógico que permite a expressão de todas as mulheres e pessoas participantes buscando um aprendizado/crescimento e fortalecimento conjunto. Podem ser realizadas ou não dentro da UPC. - Grupos reflexivos: São intervenções a serem aplicadas necessariamente com mulheres que se encontram em situação de violência, a partir da metodologia de encontros de grupo, no qual as mulheres possam refletir sobre a violência vivida, e juntas se fortalecerem e pensarem estratégias de fortalecimento para o rompimento do ciclo de violência. - Fóruns: Os fóruns se constituem como espaços de diálogo entre instituições e população proporcionando troca e construções coletivas a respeito das políticas públicas. Espaços para construção de diagnóstico e devolutiva de resultados, de planos de ação e priorização de agendas junto à população. <p>Unidade de medida: nº absoluto</p>	
Fonte de comprovação do indicador	

Fontes de Comprovação: Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas da sede do Programa de Prevenção à Violência Contra a Mulher, à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Fórmula de cálculo: Número de atendimentos realizados em todas as modalidades do período avaliatório e, cumulativamente, dos períodos anteriores.

Polaridade: quanto maior melhor.

Cálculo de desempenho (CD): (resultado / meta) x 10

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No que se refere ao 25º período avaliatório, no âmbito do Indicador 9.1 — número acumulado de atendimentos — o Programa Proteja Minas não atingiu a meta pactuada de 125 atendimentos, conforme estabelecido no Contrato de Gestão. Tal resultado decorre, principalmente, de alterações no cronograma originalmente previsto para a execução, implementação e inauguração do Programa, anteriormente agendadas para janeiro de 2025, ocasionando atraso no início das atividades e, conseqüentemente, do atendimento ao público.

Cumpra informar que o Programa Proteja Minas estrutura-se em dois eixos de atendimento: individual e coletivo. No eixo individual, estavam previstos cinco atendimentos para o mês de março, conforme avaliação prévia realizada antes do início da execução. No entanto, registrou-se um superávit, totalizando onze atendimentos individuais realizados, superando a meta inicialmente pactuada.

Quanto ao eixo de atendimentos coletivos, as ações previstas incluíam:

- 15 atendimentos em janeiro e 15 em fevereiro, por meio de fóruns reflexivos;
- 30 atendimentos em março, por meio de rodas de conversa;
- 60 atendimentos, também em março, realizados através de palestras;
- Atendimentos relativos aos grupos reflexivos, para os quais não havia previsão de público definida neste primeiro período avaliatório.

Contudo, as metas estabelecidas para os atendimentos coletivos não foram alcançadas, em razão da necessidade de mobilização prévia e articulação com parceiros estratégicos para a realização das atividades. Soma-se a isso o atraso no início das ações do Programa, o que comprometeu a viabilidade da execução dessas atividades dentro do período avaliatório.

Apesar desse contexto, o desempenho positivo no eixo de atendimentos individuais evidencia o engajamento da equipe técnica e o potencial de expansão das ações à medida que o Programa avança em sua execução.

Cabe destacar que, embora não computada oficialmente como atendimento coletivo, foi realizada, em Ubá, uma atividade alusiva à Semana da Mulher, em parceria com a Escola Estadual Padre Joãozinho, no dia 13 de março de 2025. A iniciativa, com a participação da gestora local do Programa, teve por objetivo fomentar reflexões sobre a violência contra a mulher e divulgar os canais de acesso à rede de apoio e proteção. O evento contou com a participação ativa de, aproximadamente, 40 alunos do 9º ano do ensino fundamental.

Adicionalmente, no dia 18 de março, a equipe do Programa foi convidada a participar do evento “Mulheres na Política”, promovido pela rede de enfrentamento à violência contra a mulher de Ubá. A atividade, realizada na Câmara Municipal, contou com palestra proferida pela gestora do Programa sobre os direitos das mulheres e a importância da prevenção da violência de gênero.

O primeiro trimestre de 2025 marcou um ciclo fundamental para a implantação e consolidação do Programa Proteja Minas em Ubá. Apesar dos desafios enfrentados em decorrência do reordenamento do cronograma de execução, evidencia-se o comprometimento da equipe técnica e a mobilização institucional em torno da pauta do enfrentamento à violência contra mulheres e meninas.

As ações desenvolvidas desde a inauguração da Unidade de Prevenção à Criminalidade — incluindo articulações intersetoriais, capacitações, elaboração da primeira versão da metodologia, eventos públicos, visitas técnicas e intercâmbios — revelam uma atuação estratégica, pautada na escuta qualificada, na integração de saberes e no fortalecimento da rede de proteção às mulheres em situação de violência.

A superação da meta nos atendimentos individuais sinaliza o engajamento da equipe e o potencial de ampliação dos serviços. Os avanços no eixo coletivo dependerão, entretanto, da contínua articulação institucional no município e da qualificação técnica permanente das equipes. O cenário revela não apenas a potência do Proteja Minas como política pública inovadora, mas também a necessidade de manutenção de um processo permanente de capacitação, articulação interinstitucional e fortalecimento das ações preventivas.

Por fim, destaca-se que o êxito do Programa está diretamente relacionado ao compromisso e à atuação integrada dos diversos atores envolvidos: a equipe técnica, a rede de atendimento, o poder público e a sociedade civil. A efetividade da implementação das ações previstas exige monitoramento constante, avaliação sistemática e adequação contínua às realidades territoriais e às necessidades das mulheres e meninas atendidas. A sensibilização da sociedade e o engajamento de homens no enfrentamento à cultura da violência constituem, igualmente, pilares fundamentais para uma mudança estrutural e duradoura.

Diante do exposto, considera-se que o cenário é promissor para o alcance das metas pactuadas no próximo período avaliatório. Avalia-se, ainda, que o Programa Proteja Minas possui não apenas o potencial de cumprimento dos indicadores propostos, mas também a capacidade de contribuir de forma estruturante para o fortalecimento das mulheres e meninas atendidas, garantindo-lhes o direito a uma vida segura e à superação das múltiplas formas de violência.

Ressalta-se, ainda, que o Programa Proteja Minas, enquanto projeto-piloto implementado no município de Ubá, apresenta metodologia alinhada às diretrizes pactuadas, ainda que em fase inicial de desenvolvimento. Trata-se de uma proposta em constante construção, que tende ao aprimoramento contínuo à medida que se consolida no território.

Conclui-se, portanto, que o Programa Proteja Minas representa um marco relevante na política estadual de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e meninas, promovendo não apenas acolhimento e proteção, mas também o fortalecimento da igualdade de gênero e o avanço de políticas públicas estruturantes.

ÁREA TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO DE CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	
Indicador nº 10.1. Número acumulado de supervisões da gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 91 •	• 0 •
Descrição do Indicador	
<p>Uma das principais atividades do supervisor da gestão diz respeito a realização de supervisões junto aos gestores sociais. Tal trabalho consiste no desenvolvimento de um espaço de acompanhamento mensal ou por demanda que visa garantir o suporte e promover o desenvolvimento e aprimoramento do trabalho da Gestão Social, capacitando e acompanhando individual e coletivamente os profissionais que compõem este grupo. Por meio de ações de intervenção estratégica, a supervisão busca formar os(as) novos(as) Gestores(as) Sociais e acompanhar para que se tornem capazes de atuar na Promoção da Política de Prevenção, na Coordenação das Unidades de Prevenção e na Gestão de Pessoas. Em termos objetivos, o trabalho de supervisão perpassa por: (i) orientar para que o trabalho da Gestão Social seja baseado nos princípios que orientam a segurança pública cidadã e na identificação dos fatores de riscos e de proteção social presentes nos territórios e municípios de atuação; (ii) construir um plano de trabalho que vise mapear, identificar e fortalecer os vínculos com a rede de proteção social, com o sistema judiciário, com as instituições de organização social e as principais referências dos territórios e municípios de atuação e (iii) identificar e analisar dificuldades no desenvolvimento do trabalho, no desenvolvimento metodológico ou no perfil da Gestão Social. Essa análise criteriosa e técnica por parte da Supervisão da Gestão vai direcionar e promover a melhor formação e desenvolvimento desses profissionais.</p> <p>Para fins deste indicador serão contabilizados: Supervisões mensais ou a partir de demanda, nos formatos presencial e/ou de videochamada.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
Fotografia (ou <i>print</i> da tela) e/ou lista de presença assinadas dos participantes da supervisão.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No mês de março de 2025, a OS, em alinhamento com a OEP, houve efetivamente a reestruturação de cargos e funções estratégicos do Instituto Elo, com a extinção dos cargos de supervisor metodológico e de supervisor da gestão e implantação dos cargos de supervisor da prevenção e de subgerente da prevenção.

Ocorre que essa reconfiguração impacta diretamente nos seguintes indicadores pactuados no Plano de Trabalho do 9º TA:

- Indicador nº 8.1. Número acumulado de supervisões da gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade;
- Indicador nº 8.2. Número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes Técnicas dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade;
- Indicador nº 8.3. Número acumulado de capacitações realizadas pela supervisão metodológica e da supervisão da gestão.

Considerando houve uma impossibilidade de se cumprir as ações previstas para esses 3 indicadores no âmbito de atuação dos novos cargos e funções da supervisão prevenção;

Considerando que, de acordo com o [Anexo III - Da Sistemática de Avaliação do Contrato de Gestão](#), é possível utilizar do expediente da desconsideração de indicadores, expurgando-os da nota global do CG, em situações excepcionais e devidamente justificadas;

A OS solicita que tais indicadores não sejam contabilizados para fins de apuração da nota do Instituto Elo no Relatório da Comissão de Avaliação do 25º Período Avaliatório e dos períodos posteriores, até que o Plano de Trabalho seja readequado.

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	
Indicador nº 10.2. Número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes Técnicas dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 203 •	• 0 •
Descrição do Indicador	
<p>Uma das principais atividades do(a) supervisor(a) metodológico(a) diz respeito a realização de supervisões junto às equipes do seu respectivo Programa. Tal trabalho consiste no desenvolvimento de um espaço de acompanhamento regular e por demanda que visa garantir o suporte e promover o desenvolvimento e aprimoramento do trabalho das equipes dos Programas, capacitando e acompanhando individual e coletivamente os profissionais que compõem os grupos. Em outras palavras, a supervisão metodológica é responsável por promover espaços de reflexão das equipes técnicas sobre seu próprio trabalho, a fim de oportunizar o aprimoramento das estratégias e intervenções das equipes com o público atendido no território. O espaço da supervisão é um lugar de formação continuada, onde as equipes podem trazer pautas concretas do trabalho para serem discutidas. Nessa formação continuada, a supervisão tem como uma de suas funções pensar a partir dessas pautas concretas, possíveis saídas metodológicas, construindo com as equipes processos de trabalho mais alinhados à metodologia do Programa de referência.</p> <p>Para fins deste indicador serão contabilizados: supervisões mensais ou a partir de demanda, nos formatos presencial e/ou de videochamada.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
Fotografia (ou <i>print</i> da tela) e/ou lista de presença assinadas dos participantes da supervisão.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Conforme justificado no indicador 10.1, a OS solicita que esse indicador não seja contabilizado para fins de apuração da nota do Instituto Elo no Relatório da Comissão de Avaliação do 25º Período Avaliatório e dos períodos posteriores, até que o Plano de Trabalho seja readequado.

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	
Indicador nº 10.3. Número acumulado de capacitações realizadas pela supervisão metodológica e da supervisão da gestão	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 45 •	• 0 •
Descrição do Indicador	
<p>Outra atividade fundamental da supervisão metodológica e da supervisão da gestão diz respeito à promoção de espaços coletivos e periódicos (presenciais e/ou remotos) para o desenvolvimento e qualificação contínua das equipes técnicas que atuam diretamente nos Programas e nas Unidades de Prevenção à Criminalidade.</p> <p>Este indicador visa aferir número total de capacitações realizadas pelos supervisores metodológicos e da gestão junto aos profissionais contratados pela entidade parceira no período avaliatório. Tais capacitações objetivam:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Contribuir para o aprimoramento das competências das equipes e gestores sociais; 2) Garantir maior envolvimento e responsabilidade com relação aos objetivos dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade; 3) Promover a integração e o nivelamento das equipes e gestores visando o aprimoramento contínuo da Política de Prevenção Social à Criminalidade. <p>Serão consideradas capacitações organizadas pelo Instituto Elo, a partir de provocação da Supervisão da Gestão e da Supervisão Metodológica, direcionadas aos técnicos administrativos, analistas sociais, gestores sociais e os próprios supervisores.</p> <p>A OS será responsável por viabilizar a realização das capacitações e a participação das equipes, providenciando, quando necessário, locação de espaço físico que comporte os profissionais durante todo o evento; honorários e custos com palestrantes, se houver; hospedagem, transporte e diárias para os profissionais que não residem na região onde ocorrerão as capacitações. As capacitações também poderão ser realizadas no formato híbrido e/ou de videoconferência.</p> <p>Para fins de cálculo e apuração desse indicador, serão contabilizadas, cumulativamente, as capacitações que ocorrerem nos períodos avaliatórios. De forma complementar, a título de qualificar a leitura do indicador, a OS deverá apresentar o número de profissionais participantes em cada capacitação realizada no período avaliatório em questão.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
Fotografia (ou print da tela, quando híbrido ou virtual) e/ou lista de presença assinadas dos participantes da capacitação/evento.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Conforme justificado no indicador 10.1, a OS solicita que esse indicador não seja contabilizado para fins de apuração da nota do Instituto Elo no Relatório da Comissão de Avaliação do 25º Período Avaliatório e dos períodos posteriores, até que o Plano de Trabalho seja readequado.

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade**Indicador nº 10.4. Taxa de rotatividade de pessoal (turnover)**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 2,5% •	• 2,5% •

Descrição do Indicador

E Este indicador objetiva medir a rotatividade de pessoal no Instituto Elo durante o período avaliatório, considerando tanto as admissões quanto as demissões, posto que elevadas taxas de rotatividade afetam diretamente o desenvolvimento do trabalho dos programas. Nesse sentido, essa taxa fornece uma visão quantitativa da frequência com que os funcionários entram e saem da OS parceira, permitindo avaliar a estabilidade da força de trabalho e identificar, em tempo hábil, possíveis áreas de melhoria nas práticas de retenção de talentos. Para efeito do cálculo do indicador, serão considerados tanto os profissionais atuantes nas Unidades de Prevenção à Criminalidade, quanto os profissionais da sede da OS para execução do Contrato de Gestão. Os estagiários e as admissões em novas vagas não são considerados no cálculo. Com as informações produzidas por este indicador, espera-se ampliar a visão, tanto no que se refere ao quantitativo de profissionais novos que são admitidos, quanto as perdas relacionadas com os profissionais capacitados que deixam de contribuir para a política pública.

Unidade de medida: Percentual %

Este indicador objetiva garantir a reposição das equipes dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade sejam realizadas em tempo hábil pela OS parceira a fim de garantir o quadro de trabalhadores planejado nas memórias de cálculo.

Fonte de comprovação do indicador

Fonte de Comprovação: Planilha com informações sobre o processo de admissão e de rescisão do contrato de trabalho completo enviado pela OS, sendo os devidos processos, obrigatoriamente, analisados no procedimento de checagem amostral pela comissão de monitoramento.

Fórmula de Cálculo: $[(\text{número de admissões no período avaliatório} + \text{número de demissões no período avaliatório}) / 2] / \text{número total de funcionários no período avaliatório}] \times 100$.

Polaridade: quanto menor melhor.

Cálculo de Desempenho (CD): $(\text{resultado} / \text{meta}) \times 10$ **Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

No 25º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/01/2025 a 31/03/2025, obtém-se a taxa de rotatividade de pessoal de • 2,5% •. Portanto, a meta foi atingida em sua integridade. Abaixo consta a tabela detalhada do indicador.

Indicador nº 10.4. Taxa de rotatividade de pessoal (turnover)

Janeiro			
Admitidos	Demitidos	Total de funcionários	TURNOVER
9	15	531	2,3%
Fevereiro			
Admitidos	Demitidos	Total de funcionários	TURNOVER
13	18	533	2,9%
Março			
Admitidos	Demitidos	Total de funcionários	TURNOVER
10	15	532	2,3%
25º PERÍODO AVALIATÓRIO			
Total de admitidos	Total de demitidos	Total de funcionários	TURNOVER
32	48	1596	2,5%

A mensuração do Turnover constitui um dos novos indicadores pactuados no Plano de Trabalho de 2025. Trata-se de um indicador importante e desafiador para todas as organizações atuais, visto que os fatores relacionados à saída dos funcionários são complexos e, muitas vezes, as organizações têm pouca margem de manobra sobre essa situação. Contudo, a OS tem se esforçado e desenvolvido algumas estratégias para que o turnover da organização consiga manter os patamares considerados saudáveis e dentro da normalidade.

Na apuração desse indicador, fez-se necessário um esclarecimento junto a OEP em relação à fórmula de cálculo. Isso porque verificou-se que pode haver uma interpretação dúbia em relação ao denominador da fórmula; especificamente, se o número de funcionários deve ser uma soma dos meses do trimestre, uma média ou o total de funcionários do último mês de referência (março). Nesses termos, ficou estabelecido que deverá ser considerado o somatório do número de funcionários do trimestre.

Posto isso, o 25º Período Avaliado foi marcado por um processo de reestruturação das funções e cargos de gestão do Instituto Elo causando um impacto significativo no processo de entradas e saídas de funcionários da OS e da gestão da Política como um todo. Em síntese, houve a extinção dos cargos de Supervisor Metodológico e Supervisor da Gestão dando origem ao novo cargo de Supervisor de Prevenção Social à Criminalidade e de (um) Subgerente de Prevenção. Tal fato, levou a uma redução de 21 para 13 supervisores e 01 Subgerente no quadro organizacional, além de reflexos substanciais no nível da gestão social, com 05 alterações de gestores nesse período, ou seja, reestruturação resultou da saída de 12 funcionários.

Essa situação envolveu um grande estudo e esforço da OS e OEP no sentido de garantir maior eficiência e economia na execução da Política de Prevenção. Apesar dessa situação, é possível verificar que o indicador ficou dentro da meta proposta, estabelecendo um equilíbrio importante entre necessidade de mudanças estratégicas e práticas para o aprimoramento do trabalho cotidiano e o cumprimento dos objetivos pactuados no Plano de Trabalho.

Para as demais saídas de funcionários, desconsiderando 12 profissionais em função da reestruturação de cargos ($48-12=36$), das 36 saídas temos 15 por interesse do Instituto ELO, no qual foi realizada tentativa de desenvolvimento sem sucesso, 02 por término de contrato temporário e 19 a pedido do funcionário motivados por melhor proposta.

ÁREA TEMÁTICA: RELATÓRIOS DAS AÇÕES DOS PROGRAMAS DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE

Área Temática: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	
Indicador nº 11.1. Número de Relatórios Analíticos das UPCs de base territorial	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 66 •	• 66 •
Descrição do Indicador	
<p>O Relatório Analítico das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC de Base Territorial consiste em um documento de registro e análise da dinâmica social das violências e da criminalidade referente às áreas de abrangência dos UPC. O relatório contém os principais registros de fatos e fenômenos sociais percebidos como capazes de agenciar situações de violência e criminalidade nos territórios atendidos, as análises preliminares destes fatos e os encaminhamentos definidos pela Gestão Social. Seu intuito final é sistematizar um conjunto de informações e ações referentes à leitura local da dinâmica social da violência e da criminalidade que permitam acompanhar, avaliar e intervir de forma mais efetiva nos cenários de atuação das UPC.</p> <p>Os Relatórios Analíticos serão bimestrais, um para cada UPC, e deverão ser elaborados pelos Gestores Sociais, conforme modelo disponibilizado pela SEJUSP/SUPEC, e entregues em formato PDF à OS, por e-mail, até o décimo dia útil do mês subsequente ao fim do período de referência do Relatório. A OS deverá encaminhar os arquivos dos Relatórios para a SEJUSP/SUPEC.</p> <p>Para fins de aferição do cumprimento da meta, não serão considerados os relatórios entregues pela Gestão Social após o mês de referência de entrega do mesmo.</p> <p>A OS deverá manter em sua sede as fontes de comprovação, contendo os arquivos dos Relatórios Analíticos em formato PDF, os e-mails dos Gestores Sociais encaminhando os Relatórios à OS, bem como o e-mail de encaminhamento à SEJUSP/SUPEC, gravados em unidade de disco removível (CD/DVD). Os Relatórios entregues após o mês de referência também deverão ser juntados às fontes de comprovação do indicador.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
Relatórios Analíticos em formato PDF gravados em unidade de disco removível (CD/DVD).	

No 25º PA, que tange ao indicador 11.1 Números de Relatórios Analíticos das Unidades de Prevenção à Criminalidade de Base Territorial, foram entregues **33 (trinta e três)** relatórios no mês de janeiro, referentes aos meses de Novembro e Dezembro de 2024, e **33 (trinta e três)** relatórios entregues no mês de março, referente aos meses de janeiro e fevereiro do ano corrente somando um total de 66 (**sessenta e seis**) relatórios analíticos entregues no total. Importante destacar que a Supervisão da Gestão precisou produzir **09 (nove)** relatórios Analíticos referentes a UPC's sem Gestão Social no período. Segue relação dos relatórios produzidos pela Supervisão da Gestão no mês de março: Jardim Felicidade, Primeiro de Maio, Jardim Leblon, Minas Caixa, Santa Lúcia, Serra, Jardim Canaã, Morumbi e Santos Reis.

Área Temática: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	
Indicador nº 11.2. Número de relatórios de gestão dos Programas de Prevenção à Criminalidade	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 6 •	• 6 •
Descrição do Indicador	
<p>A sistematização de informações é uma importante ferramenta para o adequado acompanhamento e avaliação das ações e projetos em desenvolvimento, de modo a ser possível fazer uma análise crítica acerca dos avanços e, principalmente, dos desafios. Este indicador visa mensurar a quantidade de relatórios mensais a serem entregues pela OS, de acordo com cada instrumento definido abaixo.</p> <p>Relatórios de Gestão das Oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!</p> <p>Este Relatório constitui na sistematização das informações dos relatórios das equipes técnicas, de modo a retratar a dimensão e a complexidade da execução das oficinas, que deverá conter, no mínimo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. número de oficinas (por UPC, município e geral); 2. percentual de oficinas de acordo com o período do dia (manhã, tarde, tarde/noite e noite); 3. percentual de oficinas de acordo com modalidade (esporte, cultura, arte, educação profissional), bem como o detalhamento de cada modalidade; 4. percentual de oficinas por local de realização (escola; creches; centros e associações comunitárias; igrejas; quadras públicas, campos de futebol e complexos esportivos; espaços alugados; praças e parques públicos; ruas e becos; Unidade de Prevenção; Centros de Referência da Assistência Social; outros); 5. número de oficinas implantadas, suspensas e encerradas (por UPC, município e geral); 6. número e percentual de oficinas (por UPC, município e geral); 7. percentual de oficinas por sexo e faixa etária (por UPC, município e geral); 8. número absoluto de jovens em oficinas (por UPC, município e geral); 9. média de jovens por oficina (por UPC e geral); 10. perfil dos jovens que frequentam as oficinas (por sexo e idade); 11. frequência média dos jovens às oficinas (por modalidade e geral); 12. frequência de encontros realizados em oficinas. <p>Estes relatórios deverão, ainda, sinalizar os principais dificultadores e facilitadores na execução dos projetos de oficinas no período de análise. A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório de Gestão de Oficinas do Programa Fica Vivo a ser encaminhado à SEJUSP/SUPEC, por e-mail, até o vigésimo dia do mês subsequente ao mês de referência.</p> <p>Relatórios de Gestão do Programa Se Liga</p> <p>Este Relatório apresenta análises qualitativas e quantitativas das ações realizadas pelas equipes técnicas do Programa Se Liga, que deverá conter, no mínimo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Número de atendimentos individuais realizados nas Unidades Socioeducativas com pré-egressos do Sistema Socioeducativo; 2. Número de Oficinas Introdutórias realizadas e de participantes; 3. Número de Oficinas Temáticas Internas realizadas e de participantes; 4. Número de Oficinas Temáticas Externas realizadas e de participantes; 5. Número de atividades culturais realizadas e de participantes; 6. Número de ações com familiares e de participantes; 7. Número de atendimentos individuais à egressos do Sistema Socioeducativo; 8. Número de oficinas realizadas com egresso do Sistema Socioeducativo e de participantes; 9. Número de discussão de estudo de casos junto às Unidades Socioeducativas; 10. Número de encaminhamentos à rede de proteção dos adolescentes atendidos; 11. Número de jovens que estão realizando algum curso, considerando a modalidade (aprendiz, qualificação básica para o trabalho, profissionalizante), bem como a situação do curso (andamento, concluído, não concluído, reprovado). <p>Estes relatórios deverão, ainda, sinalizar os principais dificultadores e facilitadores na execução e gestão do Programa no período de análise. A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório de Gestão do Programa Se Liga a ser encaminhado à SEJUSP/SUPEC, por e-mail, até o vigésimo dia do mês subsequente ao mês de referência.</p>	

Relatórios Gerais do Programa Selo Prevenção Minas

Este Relatório é elaborado a partir dos relatórios de acompanhamento mensais elaborados pelos Analistas Sociais e Gestores do Programa Selo Prevenção Minas, que deverá conter, no mínimo:

1. Compilação e análise geral dos números e indicadores apontados nos Relatórios Mensais de Acompanhamento de cada RISP, bem como uma qualificação descritiva das principais ações realizadas, quando for o caso;
2. Análise das principais discussões e encaminhamentos das plenárias das Comissões Municipais de Prevenção à Criminalidade quando couber e/ou dos demais espaços de rede instituídos pelo Programa na RISP;
3. Análise das ações de participação social realizadas na RISP;
4. Análise do desenvolvimento dos eixos do Programa nas RISPs, por município;
5. Descrição dos principais dificultadores e facilitadores da execução do Programa na RISP, tendo em vista os recortes de cada município.

A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório Geral do Programa Selo Prevenção Minas, conforme diretrizes específicas emanadas pelo OEP, a ser encaminhado à SEJUSP/SUPEC, por e-mail, até o décimo dia útil subsequente ao mês de referência.

Fonte de comprovação do indicador

E-mail de encaminhamento dos relatórios para a SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 25º Período Avaliatório foram entregues • 6 • relatórios de gestão dos Programas, sendo 3 da Gestão do Programa Selo Prevenção e 3 da Gestão do Programa Se Liga, cumprindo integralmente a meta estabelecida.

ÁREA TEMÁTICA: GESTÃO DA PARCERIA

Área Temática: Gestão da Parceria	
Indicador nº 12.1. Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 100% •	• •
Descrição do Indicador	
<p>Uma das atribuições do OEP no acompanhamento e fiscalização do contrato de gestão é a realização das checagens amostrais periódicas sobre o período avaliatório, conforme metodologia pré-estabelecida pela Seplag, gerando-se relatório conclusivo, que deve ser levado ao conhecimento dos membros da Comissão de Avaliação, quando da reunião desta. A metodologia estruturada pela Seplag, que norteia a realização deste procedimento, estabelece que o OEP deve verificar uma amostra de processos de compras, de contratação de serviços, contratação de pessoal, concessão de diárias e de reembolso de despesas. Deve-se observar se os processos executados estão em conformidade com os regulamentos próprios que disciplinem os procedimentos que deverão ser adotados para a contratação de obras, serviços, pessoal, compras, alienações e de concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas, e se coadunam com o objeto do contrato de gestão.</p> <p>Os Regulamentos próprios devem ser construídos de acordo com o manual disponibilizado no sítio eletrônico da Seplag, e aprovados tanto pelo Órgão Estatal Parceiro – OEP quanto pela Seplag.</p> <p>Para avaliar o percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, a Seplag estruturou um modelo de relatório, que deve ser utilizado pelo OEP para demonstrar os processos analisados. Um dos itens desse relatório é a apuração do percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, que será utilizado para cálculo deste indicador. Importa salientar que, caso exista a necessidade de realização de checagem de efetividade (que verifica a conformidade dos processos considerados inconformes pela equipe de checagem amostral quando da realização deste procedimento), o resultado a ser considerado será o apurado após a finalização do respectivo relatório.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
Relatórios de Checagem Amostral (e Relatórios de Checagem de Efetividade, quando for o caso) elaborados pela Comissão Supervisora do Contrato de Gestão em conjunto com os seus assessores, conforme modelo da SEPLAG.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

As informações acerca do desempenho da OS nesse indicador serão apresentadas na Comissão de Avaliação já que os processos de avaliação ocorrem após a elaboração deste relatório.

Área Temática: Gestão da Parceria	
Indicador nº 12.2. Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 100% •	• •
Descrição do Indicador	
O objetivo deste indicador é verificar o cumprimento de atribuições de representantes do Órgão Estatal Parceiro e da OS na condução das atividades de monitoramento do Contrato de Gestão durante a execução deste instrumento jurídico. As atribuições inseridas neste documento emanam da Lei Estadual nº 23.081, de 2018, que dispõe sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como OS e sobre a celebração de Contrato de Gestão entre a entidade qualificada e o Poder Público Estadual, Decreto Estadual nº 45.969/2012, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação, e de boas práticas observadas na gestão de Contrato de Gestão.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de comprovação prevista para a cada ação e documento consolidado pela SCP/SEPLAG demonstrando o resultado alcançado pelo OEP.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

As informações acerca deste indicador serão apresentadas na Comissão de Avaliação, visto que os processos de avaliação ocorrem após a elaboração deste relatório.

ÁREA TEMÁTICA: MONITORAMENTO DE HOMICÍDIOS NAS ÁREAS DE ABRANGÊNCIA DE UPCS TERRITORIAIS

Área Temática: Monitoramento de Homicídios nas áreas de abrangência de UPCs territoriais					
Indicador nº 13.1. Taxa de homicídios consumados ocorridos nas áreas de abrangência dos Programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos					
Meta do período avaliatório		Resultado do período avaliatório			
• 100% •		• •			
Descrição do Indicador					
<p>O Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! tem por objetivo contribuir para a prevenção e controle dos homicídios consumados de adolescentes e jovens de 12 a 24 anos em territórios com maior concentração de criminalidade violenta. O Programa Mediação de Conflitos tem por objetivo contribuir para a redução da violência letal dos moradores das áreas de atuação deste a partir da resolução pacífica de conflitos e da mediação comunitária. Nesse sentido, faz-se necessário monitorar o número de homicídios dessas áreas, a fim de que os profissionais possam qualificar as ações a serem desenvolvidas e focar na realização de intervenções metodológicas de prevenção mais assertivas.</p> <p>Atualmente os Programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos encontram-se em desenvolvimento em 33 macroterritórios de Minas Gerais, podendo chegar aos 35 até o final de 2025. Cada um desses territórios é composto por microrregiões que são previamente definidas e georreferenciadas com os dados do IBGE para que se acompanhe também o quantitativo de população contida em cada área, totalizando uma abrangência de mais de 200 bairros em todo o estado. Abaixo estão listadas as 33 Unidades de Prevenção à Criminalidade mencionadas:</p>					
Nº	Município	Unidade de Prevenção à Criminalidade	Nº	Município	Unidade de Prevenção à Criminalidade
1	B. Horizonte	Cabana do Pai Tomas	18	Contagem	Estrela D'alva
2	B. Horizonte	Conjunto Esperança/Vila Cemig	19	Contagem	Nova Contagem
3	B. Horizonte	Jardim Felicidade	20	Contagem	Ressaca
4	B. Horizonte	Jardim Leblon	21	Ribeirão das Neves	Justinópolis
5	B. Horizonte	Minas Caixa	22	Ribeirão das Neves	Rosaneves
6	B. Horizonte	Morro das Pedras/Ventosa	23	Ribeirão das Neves	Veneza
7	B. Horizonte	Pedreira Prado Lopes	24	Santa Luzia	Palmital
8	B. Horizonte	Primeiro de Maio	25	Santa Luzia	Via Colégio
9	B. Horizonte	Ribeiro de Abreu / CBTU	26	Vespasiano	Morro Alto
10	B. Horizonte	Santa Lúcia	27	Governador Valadares	Carapina
11	B. Horizonte	Serra	28	Governador Valadares	Turmalina
12	B. Horizonte	Taquaril	29	Ipatinga	Bom Jardim/Esperança
13	B. Horizonte	Vila Pinho	30	Juiz de Fora	Olavo Costa
14	Betim	Citrolândia	31	Montes Claros	Santos Reis
15	Betim	Jardim Alterosas	32	Uberlândia	Jardim Canaã
16	Betim	Jardim Teresópolis	33	Uberlândia	Morumbi
<p>Os fatores que influenciam na redução e/ou aumento do índice de violências e homicídios em um determinado território são muitos. O fenômeno da violência é multicausal, multifatorial e, portanto, demandante de respostas multissetoriais no seu enfrentamento, que extrapolam a atuação do Programa Fica Vivo! e Mediação de Conflitos. Estes outros fatores não serão objeto de análise aqui, pois estão sendo tratados em pesquisa específica de avaliação dos Programas. Nesses termos, esse indicador tem como objetivo monitorar a taxa de homicídios nos territórios, pois somente a partir desse acompanhamento é possível compreender se a metodologia dos Programas corresponde às demandas apresentadas nas suas áreas de abrangência.</p>					

Para cálculo desse indicador será considerado o número total de homicídios consumados, de todas as faixas etárias, ocorridos em todas as áreas de abrangência de atuação dos Programa Fica Vivo! e Mediação de Conflitos supracitadas no quadro. A partir desse quantitativo, e em posse dos dados populacionais dos territórios, será calculada a taxa mensal de homicídios. Os dados de homicídios são disponibilizados mensalmente pelo Observatório de Segurança Pública Cidadã da SEJUSP, e o número da população desses mesmos territórios é disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A logística de consolidação dos dados mensais de homicídios pelo Observatório de Segurança Pública faz com que esse indicador tenha uma configuração diferente de apuração dos demais indicadores do Plano de Trabalho.

A apuração para fins de contabilização do Indicador será anual e deverá constar no Relatório Gerencial referente ao último Período Avaliatório do ano. Entretanto, haverá um acompanhamento trimestral de sua evolução apresentada no Relatório Gerencial de cada Período Avaliatório entregue ao longo do ano.

Para definição da meta considerou-se como valor base a ocorrência de homicídios projetada para 2025, a partir do crescimento observado em 2024. Importante ressaltar que o cálculo da taxa é feito com base no quantitativo populacional das áreas de abrangência, e que o valor considerado para o cálculo de 2023 a 2025 é uma estimativa sobre o valor informado pelo IBGE após o Censo 2022. Assim, um novo quantitativo populacional apresentado pelo IBGE ou nova indicação de estimativa pode influenciar o cálculo realizado para projeção da taxa em 2024 e 2025, bem como da meta deste indicador.

Destaca-se que este é um indicador teste que demanda aprimoramento e averiguações futuras, e que será acompanhado de perto pela equipe Supec.

Unidade de medida: Taxa de homicídios por 100.000 hab.

Fonte de comprovação: Documento enviado pela SEJUSP/SUPEC à sede administrativa da entidade parceira para cálculo da taxa de homicídios e posterior encaminhamento do resultado e análise à SEJUSP/SUPEC.

Fórmula de Cálculo: Somatório do número de homicídios cometidos nas áreas dos territórios atendidos pelos Programas Fica Vivo e Mediação de Conflitos dividido pela população residente nos mesmos territórios. Multiplica-se por 100 mil para obter a taxa. $\text{Homicídios nos territórios} / \text{População somada dos territórios} \times 100.000$

Polaridade: quanto menor melhor.

Periodicidade: dez/24 a nov/25.

Cálculo de desempenho (CD):

Taxa de Homicídios de jan a dez 2023: 9,65 hom/100 mil hab

Taxa de Homicídios de Jan a Dez de 2024 (com projeção porque temos consolidado apenas os dados de Jan a Ago de 2024): 12,06 hom/100 mil hab

Taxa de Homicídios de Jan a Dez de 2025 (com projeção): 13,24 hom/100 mil hab.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Para os meses que compõem o 25º Período Avaliatório, janeiro, fevereiro e março, temos dados de homicídios somente para os dois primeiros no momento em que este relatório é produzido. Os dados referentes ao mês de março ainda não estão disponíveis. No bimestre em questão, 07 (sete) municípios dos 11 (onze) onde estão localizadas as Bases Territoriais houve aumento em relação ao mesmo período do ano de 2024. Em somente 04 (quatro) municípios houve estabilidade dos números que foram iguais ou menores do que o de períodos anteriores. O aumento do número de homicídios em relação ao mesmo bimestre (janeiro e fevereiro) de 2024 foi de 76% conforme apresentado no Ranking de Homicídios.

Na região metropolitana de Belo Horizonte chama atenção o número de homicídios nos municípios de Ribeirão das Neves e Betim. No primeiro houve aumento de 300% (de 02 para 08), enquanto que no segundo o aumento foi de 250% (de 02 para 07). O território que apresentou o maior incremento no bimestre em análise foi o da UPC Jardim Teresópolis, em Betim, com crescimento de 400%. O número de homicídios saltou de 01 (um) no mesmo período de 2024 para 5 no ano de 2025. Os números apontam que em alguns territórios serão necessárias novas estratégias de proteção social naquilo que compete à Política de Prevenção Social à Criminalidade, ao mesmo tempo que será necessária uma leitura mais qualificada dos dados para orientar as melhores estratégias para cada território baseado em evidências.

ÁREA TEMÁTICA: PRODUTOS

Área Temática: Produtos	
Produto 2.2 - Diagnóstico de Implantação de UPC de abrangência territorial (Contagem)	
• 100% •	• Aprovado •
Descrição do Indicador	
<p>Descrição: Com base no diagnóstico e mapeamento de municípios e territórios estratégicos para Implantação de UPCs de abrangência territorial em Minas Gerais, realizado em 2023, foi definida a viabilidade e pertinência da implantação de uma UPC de abrangência territorial no município de Contagem, com os programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos. Direcionado o território, o diálogo com o poder público municipal é pautado para pensar estratégias de articulação, contrapartidas e validação dos dados somados às informações do município. Após essa articulação institucional e estruturação física da unidade, é realizada a contratação da equipe e gestão que atuarão no território.</p> <p>A chegada da Política de Prevenção Social à Criminalidade no território é, portanto, subsidiada por critérios e dados consolidados inicialmente, mas é necessário aprofundar essa análise inicial para início da atuação, agregando os aspectos culturais, sociais, econômicos, que compõem a história do território, sua infraestrutura social, potencialidades, grupos formais e informais, políticas públicas, referências e lideranças comunitárias, fatores que incidem na concentração dos homicídios e outras violências, formas de socialização juvenis (grupos, gangues) e aspectos da organização comunitária local. Isso posto, o produto consiste no diagnóstico de implantação da nova UPC de abrangência territorial, para melhor subsidiar as ações dos programas. O diagnóstico será composto por quatro etapas.</p> <p>Primeira etapa: levantamento de dados secundários, com busca por acervo de materiais como textos, livros, documentos, vídeos, entre outros – que tragam um registro histórico e também atual do território, a fim de subsidiar a escolha de estratégias para a realização do diagnóstico.</p> <p>Segunda etapa: mapeamento da rede institucional e comunitária presente na área de atuação da unidade, para entrevistas, rodas de conversa e/ou outras formas de sistematização das informações colhidas com os atores. Durante a realização das entrevistas, a equipe estabelece contato com as instituições e com moradores do território de atuação, agregando à leitura realizada no levantamento de dados secundários. As entrevistas ainda permitem o estabelecimento de contatos institucionais, a apropriação das políticas, projetos, programas e serviços que atuam no território, a identificação dos desafios e possibilidades apresentados por esses equipamentos, bem como a apresentação da Política de Prevenção Social à Criminalidade, articulação de rede e de parcerias. O contato com os moradores da região é fundamental para a leitura qualificada quanto ao território, pois permite compreender, a partir do olhar de quem nele mora, os desafios e possibilidades no contexto comunitário, a relação com os equipamentos públicos locais, formas de organização comunitária e a percepção em contextos de violências. Para a realização das entrevistas, é necessário suporte técnico, elaboração de instrumental e estratégias que garantam representatividade, bem como planejamento, estabelecimento de um cronograma, sistematização de dados e consolidação do diagnóstico. Sendo assim, é necessário que essa equipe seja capacitada e orientada quanto a elaboração e aplicação de pesquisas durante todo o processo de realização do diagnóstico de implantação.</p> <p>Terceira etapa: Sistematização final. O produto deverá incluir todos os dados quantitativos e qualitativos que farão parte do diagnóstico, não se restringindo apenas a um consolidado de dados. O documento final deverá trazer uma análise dos dados secundários levantados e acessados, em conjunto com as conclusões extraídas das entrevistas com os diversos atores locais envolvidos no processo. Espera-se ainda que se aponte um plano inicial de trabalho que contemple:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Mapeamento da rede sócio comunitária; · Mapeamento da rede de proteção social; · Informações consolidadas sobre os problemas, os temas, os riscos e as tendências relativas aos homicídios de adolescentes e jovens, bem como outras violências, como a violência contra a mulher; · Identificação de potenciais prioridades e oportunidades para uma ação preventiva à criminalidade; · Identificação de áreas prioritárias/foco para implementar oficinas, ações e intervenções. <p>O diagnóstico deverá ser entregue a SUPEC/SEJUSP para validação, com antecedência de 15 dias ao prazo final estabelecido para o produto.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
<p>Critério de aceitação: Diagnóstico aprovado pela SUPEC/SEJUSP.</p> <p>Fonte de comprovação: e-mail ou ofício da SEJUSP/SUPEC de aprovação do diagnóstico.</p> <p>Prazo: 5 meses e 15 dias a partir da implantação da UPC.</p>	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

O Produto 2.2 - Diagnóstico de Implantação de UPC de abrangência regional (Contagem) foi entregue pela OS no dia 28/02/2025 para apreciação da OEP e validado por esse Órgão no dia 25/03/25, conforme previsto no Programa de Trabalho do VIII Termo Aditivo ao Contrato de Gestão 02/2019

O estudo teve como objetivo consolidar informações e análises sobre o município de Contagem, Minas Gerais, especificamente acerca da área de abrangência do Estrela D'alva, para subsidiar o processo de implantação da UPC de base local. Esse documento foi produzido a partir de pesquisas com dados primários (coletados diretamente pela equipe de implantação da UPC no município e bairros) e dados secundários (disponíveis em bases de dados já existentes, como o censo demográfico do IBGE, histórico da cidade e da região, Registros de Eventos de Defesa Social, entre outros). Esse conjunto de dados foram sistematizados e analisados dentro de seis eixos, além desta apresentação.

Contagem: Contexto geral

Neste tópico foi apresentado o perfil histórico e territorial do município de Contagem e da área de abrangência da UPC Estrela D'alva.

A seguir, confere-se a localização de Contagem, em destaque, na circunscrição na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).



Figura 1 – Localização de Contagem na RMBH
Fonte: Elaboração Própria

Área de abrangência da upc: histórico e dinâmica

A área de abrangência da Unidade de Prevenção à Criminalidade é composta pelos seguintes bairros: Estrela D'Alva, São Mateus, Vila Francisco Mariano, Recanto da Pampulha, e Confisco (Contagem); e os microterritórios: Morro dos Cabritos e Sapolândia.

No que tange a delimitação da área de abrangência da UPC Estrela D'alva, a figura 19 indica as regiões que foram consideradas pela Polícia Militar de Minas Gerais em 2021.

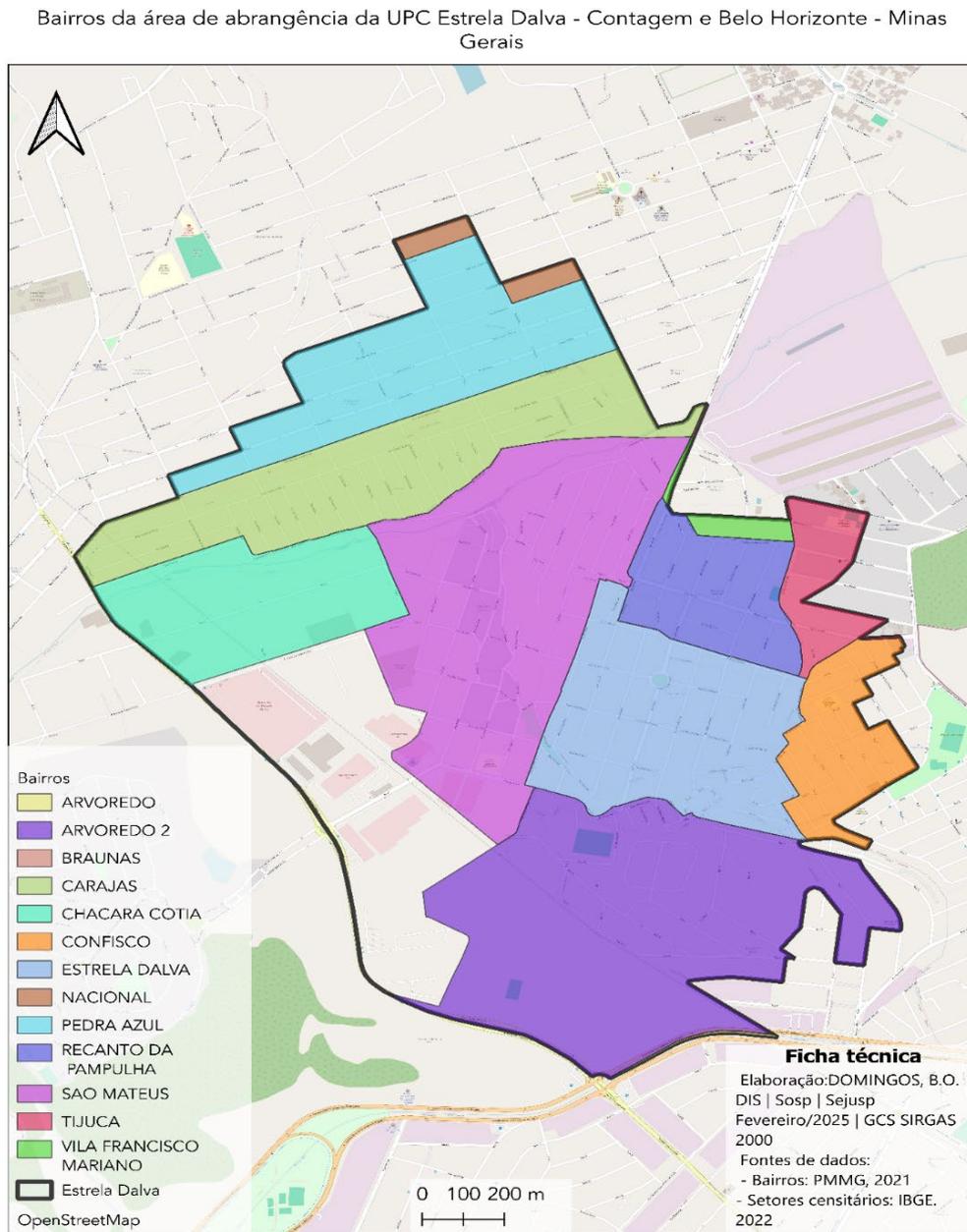


Figura 19 – Área de abrangência da UPC Estrela Dalva
Fonte: Polícia Militar de Minas Gerais (2021)

O exercício de delimitação da região de atuação da UPC tem sido desenvolvido há alguns anos e a busca pela assertividade neste desenho passou por um mergulho nas leituras de atores diversos, considerando não somente a vivência da equipe técnica na região, mas também, de forma primordial, as trocas com o Grupo Especial de Policiamento em Áreas de Risco (GEPAR), que traz no seu escopo de atuação um histórico de atuação neste território.

Explorando a vivência prévia que a corporação já possui em neste recorte de área, espaços de reunião com o Comando do 18º Batalhão e propriamente do grupamento que atuam na região, foram feitos alinhamentos da atuação da Unidade de Prevenção junto ao GEPAR, incluindo a Gestão Social dos programas Mediação de Conflitos e Fica Vivo!, junto às suas respectivas diretorias e a superintendente da Política de Prevenção. Foi pontuado em um desses espaços de reunião que a

atuação do grupamento tem se pautado nos bairros Confisco (Contagem); São Mateus; Vila Francisco Mariano; Tijuca; Estrela D'alva e Recanto da Pampulha.

Dessa forma, se alinhou que o melhor desenho para a UPC Estrela D'alva perpassa por espelhar a atuação do GEPAR (entendendo que as Unidades de Prevenção de base territorial possuem como orientador compartilharem sempre suas áreas com este ator), não contemplando apenas o bairro Tijuca, focando a atuação da equipe em espaços identificados como sendo mais desafiadores para os equipamentos de segurança, especialmente ao considerar práticas de prevenção.

Área de abrangência da UPC: demografia e segurança pública

Em termos sociodemográficos, Contagem, em 2022, possuía 621.863 habitantes, representando 3,03% da população de Minas Gerais, com leve predominância feminina (52,1%). A pirâmide etária indica uma maior concentração de pessoas entre 30 e 50 anos, refletindo o envelhecimento populacional. O público jovem, alvo do programa Fica Vivo!, totaliza 108.581 indivíduos, com distribuição equilibrada entre os sexos. Em relação à cor/raça, 50,2% da população se declarou parda, seguida por 35,5% de brancos e 14,1% de negros. No que diz respeito às condições habitacionais, o município possuía 228.783 domicílios particulares ocupados, com uma média de 2,71 moradores por unidade. A maioria das residências era composta por casas (72%), seguidas por apartamentos (25%). Cerca de 46% das casas possuíam entre 6 e 9 cômodos, e 68% eram próprias de algum morador. A maioria dos domicílios tinha ao menos um banheiro (68%) e utilizava a rede geral para esgoto (94%), com a coleta de lixo sendo universalizada (100%).

No gráfico a seguir é possível observar a distribuição do número de pessoas vítimas conforme o tipo de natureza criminal. É possível observar que a natureza que concentra os maiores números de vítimas é ameaça (36%) com 314 pessoas, seguida por roubo (21%) com 258 pessoas e vias de fato/agressão (20%) com 342 pessoas. A natureza criminal com menor número de vítimas é sequestro e cárcere privado com 2 pessoas.

Tabela 16 – Área de abrangência UPC Estrela D'alva, 2019 a 2024: distribuição do número de pessoas vitimadas por natureza criminal (tentado e consumado)

Natureza Principal	Frequência	%
AMEACA	614	36%
ESTUPRO	7	0%
ESTUPRO DE VULNERAVEL	58	3%
EXTORSAO	7	0%
HOMICIDIO	87	5%
LESAO CORPORAL	226	13%
ROUBO	358	21%
SEQUESTRO E CARCERE PRIVADO	2	0%
VIAS DE FATO / AGRESSAO	342	20%
Total Geral	1701	100,00%
FEMINICÍDIO	8	-
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	963	-

Fonte: REDS - Registro de Eventos de Defesa Social.

No gráfico a seguir observa-se, para cada bairro da região de abrangência, a distribuição percentual do número de ocorrências criminais (tentadas e consumadas), segundo o tipo de crime e bairro de 2019 a 2024, indicando para cada uma das localidades, qual tipo de crime tem mais incidência.

Com relação ao crime de ameaça, o bairro Estrela D'alva desponta com o maior número de vítimas, 164 pessoas, número que é distante do bairro com o segundo menor número, São Mateus com 81 vítimas. Em relação ao crime de estupro (inclui-se estupro de vulnerável), o bairro com maior registro de vítimas também é o Estrela D'alva, 26 pessoas. Já para o caso de homicídios, Estrela D'alva também se destaca com 25 homicídios, mas junto a ele, São Mateus aparece contabilizando o mesmo número de vítimas, 25. O crime de lesão corporal segue a mesma tendência, incidindo no Estrela D'alva também.

No crime de roubo, Carajás é o bairro com maiores vítimas, 89, seguido por Pedra Azul, 52. O bairro Estrela D'alva também desponta com o maior número de vítimas de vias de fato/agressão, 108.

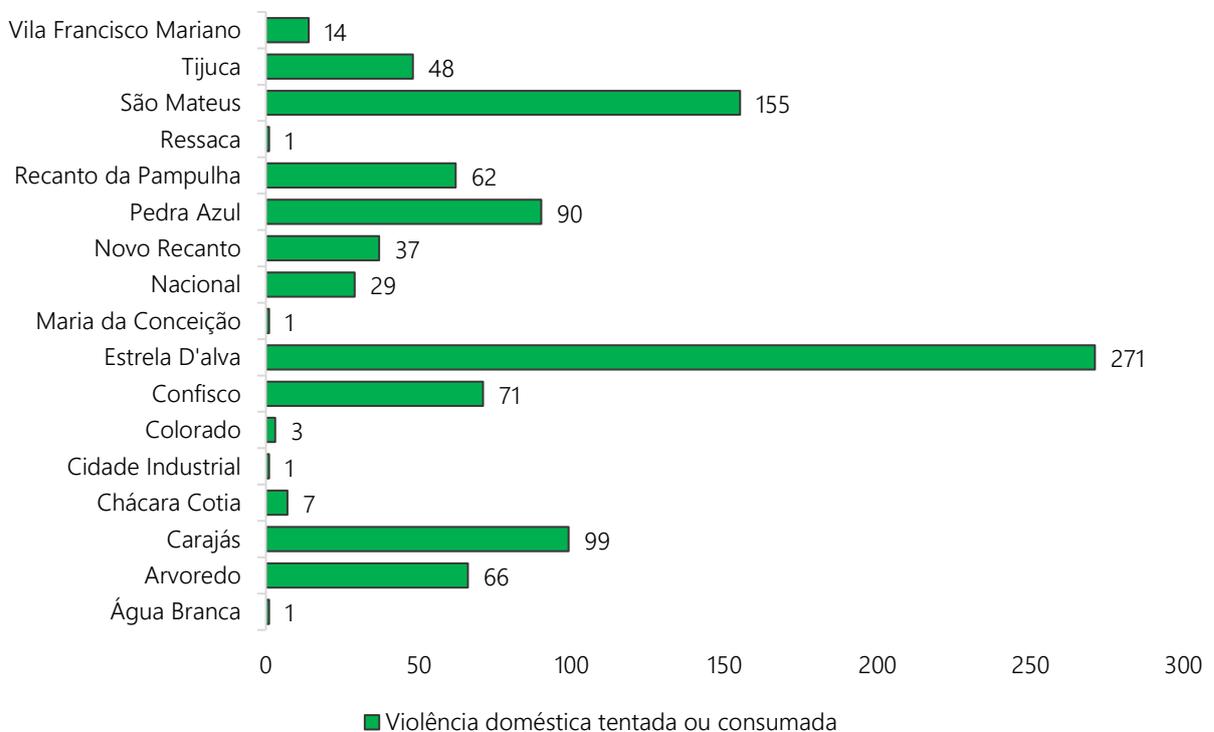
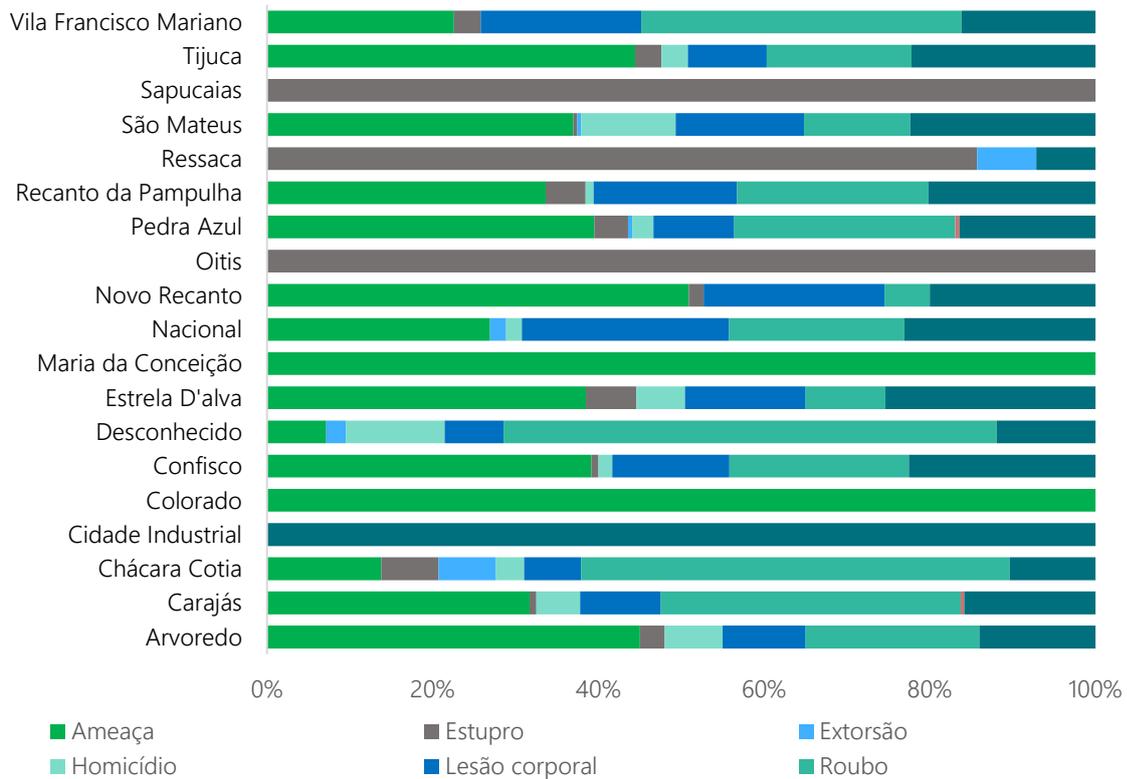


Gráfico 22 – Área de abrangência da UPC Estrela D'alva, 2019 a 2024: distribuição percentual do número de vítimas de violência doméstica, por bairro.

Tabela 27 –Área de abrangência da UPC, Contagem, 2019 a 2024: Femicídios (tentados) segundo a circunscrição dos bairros

Bairro	n	%
Carajás	3	38%
Estrela Dalva	2	25%
Arvoredo 2	1	13%
São Mateus	1	13%
Carajás	1	13%
Total Geral	8	100%

Fonte: REDS - Registro de Eventos de Defesa Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este resumo apresentou parte do Diagnóstico para a implantação da Unidade de Prevenção à Criminalidade (UPC) na região de Estrela D'alva, em Contagem, Minas Gerais. Iniciou-se com uma contextualização histórica e da formação dos bairros abrangidos pela UPC, com o intuito de compreender a situação atual da localidade, considerando as questões históricas que moldaram os bairros da região.

A análise da dimensão institucional e comunitária destaca a importância da articulação entre entidades, lideranças e redes de colaboração na prevenção à criminalidade. O perfil das organizações e seus representantes demonstra um compromisso com a segurança pública, mas também revela desafios na implementação e na percepção da eficácia das políticas públicas atuais. A necessidade de ajustes estratégicos e maior engajamento das partes envolvidas é um ponto central para o fortalecimento das iniciativas de segurança.

A análise dos homicídios ocorridos na área de abrangência da UPC, entre 2019 e 2024, revelou uma concentração importante de casos nos bairros Estrela D'Alva e Recanto da Pampulha. A maioria dos homicídios ocorreu em via pública, com predominância de vítimas do sexo masculino. A distribuição geográfica dos homicídios indica que os crimes estão concentrados em áreas específicas, como a Rua Atalaia, sugerindo uma relação entre os índices de violência e vulnerabilidades sociais localizadas. Ademais, a população jovem de Contagem conta com 108.581 pessoas. Entre esses, 25 jovens perderam a vida por homicídios em 2022, ocasionando a taxa de homicídios na população jovem de 23,02 homicídios por 100.000 jovens. Esse dado aponta para uma taxa de homicídios entre os jovens que é superior à média geral da população, sendo 1,5 vezes maior que a taxa total do município. Essa discrepância alerta para a necessidade de atuação de políticas específicas voltadas à proteção e prevenção da violência na faixa etária jovem.

Em relação à violência doméstica, houveram 963 casos de violência doméstica registrados na região, com 173 casos ocorrendo em 2023, o maior número registrado. O ano de 2024 apresentou a menor quantidade de vítimas, com 149 casos. A maioria foi caracterizada por ameaças (31%), vias de fato/agressão (30%) e lesão corporal (12%) e as mulheres pardas foram as principais vítimas (52%) e mulheres solteiras (41%). Os casos de feminicídio tentados ocorreram, principalmente, nos bairros Carajás (38%) e Estrela D'alva (25%), com as vítimas sendo predominantemente mulheres negras (pretas e pardas), na faixa etária de 30 a 59 anos.

Por fim, foi possível identificar áreas de atuação prioritária para os programas, além de vulnerabilidades sociais e criminais, e sistematizar informações sobre entidades e referências comunitárias atuantes, levando em consideração as demandas da população. Entende-se que este diagnóstico não deve ser considerado um produto final, mas sim um processo contínuo de aprimoramento e atualização.

Área Temática: Produtos	
Produto 3.2. - Desenvolvimento do primeiro módulo do Sistema Integrado de Monitoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade	
• 100% •	• Aprovado •
Descrição do Indicador	
<p>A Política de Prevenção Social à Criminalidade produz um volume significativo de dados de monitoramento e atendimento dos programas, perfil do público, acompanhamento de violências e dinâmica criminal nos territórios, dentre outros. Atualmente, a gestão e o monitoramento das ações desenvolvidas são realizados via planilhas do software Microsoft Excel, ferramenta que está aquém das tecnologias disponíveis hoje, impossibilitando ou dificultando análises mais complexas de público, inteligência e tomadas de decisões tempestivas, além de ser um formato mais vulnerável para armazenamento das informações do que um sistema devidamente protegido com tecnologias de segurança de dados. O desenvolvimento de um sistema de monitoramento, inteligência e gestão dos dados de execução da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade visa garantir maior efetividade na execução dos programas e intervenções da política pública, uma vez que as informações estarão em uma base integrada e online, possível de ser acessada em qualquer computador que possua internet, desde que o usuário possua as devidas permissões. Assim, será possível a gestão estratégica dos programas para planejamento de intervenções mais assertivas, bem como a tomada de decisões mais tempestivas, o cruzamento e análise dos dados mais refinados e a geração de informações que permitam a avaliação e qualificação das intervenções. Sendo assim, este produto tem como objetivo principal modernizar e qualificar o monitoramento da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade. Como objetivos específicos, tem-se:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Potencializar as ações de prevenção social à criminalidade através do uso de inteligência e monitoramento tempestivo das intervenções; 2. Melhorar as condições de trabalho dos profissionais da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade, através da implementação de um sistema de monitoramento das ações dos programas; 3. Reduzir custos com aquisição e licenciamento de softwares proprietários; 4. Aumentar a segurança e garantir a integridade do banco de dados. <p>De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o uso de dados no serviço público tem potencial quase ilimitado para prover políticas públicas mais eficientes, efetivas e confiáveis (OCDE, 2019). Sabendo disso, propõe-se a contratação de empresa para o desenvolvimento de um sistema de processamento de transações (SPT) para coleta, processamento e armazenamento dados, no âmbito dos programas da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade, para utilização no monitoramento, acompanhamento e avaliação da execução da referida Política.</p> <p>A partir do uso do sistema para cadastro de usuários, atendimentos, encaminhamentos e outras intervenções, será possível um monitoramento quase diário dos indicadores de execução dos programas de prevenção. O sistema também deverá ter a funcionalidade de emitir relatórios a partir de filtros de seleção de informações, que poderão ser usados para a tempestiva tomada de decisão e melhoria da entrega do serviço público.</p> <p>Deverá ser garantida a integridade dos dados e critérios/credenciais de acesso para uso, permitindo a confidencialidade dos dados lançados, bem como em estrita observação à legislação pertinente e à sensibilidade dos dados coletados. Propõe-se, ainda, o desenvolvimento do sistema em módulos - um para cada programa da Política de Prevenção - com entregas periódicas e validação, pela OS e SUPEC, sempre que um módulo for finalizado. Estima-se que seja preciso cerca de ano para a entrega completa do sistema, sendo necessária a apresentação de um cronograma para o desenvolvimento, bem como a validação deste cronograma pela SUPEC e OS.</p> <p>O desenvolvimento do sistema deverá observar critérios de economicidade, eficiência, bem como a facilidade de acesso à interface e usabilidade pelos operadores da política pública. Reforça-se a necessidade de desenvolvimento e validação próximos à SUPEC e à OS, considerando a perspectiva dos operadores que farão o uso do sistema tanto no preenchimento das informações, quanto aqueles que farão leitura e uso analítico das mesmas.</p> <p>Espera-se que com a implementação do sistema a Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade aprimore sua base de dados, tornando-a acessível, íntegra e segura, possibilitando melhor uso dos dados no monitoramento dos programas e na avaliação dos resultados alcançados. Ainda, espera-se maior agilidade no monitoramento (tempo real) e que as informações estejam facilmente disponíveis para a alta gestão.</p>	

O resultado final deverá ser entregue à SEJUSP/SUPEC para validação, com antecedência de 15 dias ao prazo final estabelecido para o produto.

Fonte de comprovação do indicador

Critério de aceitação: Primeiro módulo do sistema entregue em funcionamento.

Fonte de comprovação: Ofício/e-mail da SUPEC informando aprovação da entrega primeiro módulo sistema.

Prazo: jan/25 a mar/25.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

O entrega do Desenvolvimento do primeiro módulo do Sistema Integrado de Monitoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade passou por alguns atravessamentos, de maneira que não foi possível cumprir essa etapa dentro do período pactuado.

Ressalta-se que o Instituto Elo realizou dois Atos Convocatórios para a contratação de sistema integrado de gestão de dados. O primeiro (nº 109/2024), lançado em 11/12/2024, abrangia os seis programas da Política de Prevenção à Criminalidade, mas as propostas excederam o valor previsto na Memória de Cálculo vinculada ao IX aditivo do Contrato de Gestão 002/2019. Após avaliação conjunta entre o Instituto Elo e a SUPEC e diante da impossibilidade de suplementação de recursos, foi aberto um novo Ato Convocatório (nº 018/2025, publicado em 14/02/2025), com objeto dividido em três etapas, garantindo a contratação da primeira, referente ao sistema para o Programa CEAPA. O resultado foi publicado em 26/02/2025 e a assinatura do contrato com a vencedora Sydle Sistemas Ltda ocorreu dia 08/04/2024. A previsão é que a entrega do sistema integrado de Gestão de Dados do Programa CEAPA ocorra nos próximos 90 dias após a assinatura.

É importante destacar que se trata de um produto de execução complexa, que tem sido conduzido com prioridade e responsabilidade pela OS e pela OEP. No entanto, o atraso na entrega do módulo inicial pode impactar os prazos dos próximos módulos, comprometendo todo o cronograma previsto no Plano de Trabalho. Apesar da importância dos prazos, a prioridade é respeitar o orçamento e garantir a entrega de produtos que atendam às expectativas e à qualidade esperada pelos Programas e seus usuários.

Área Temática: Produtos	
Produto 1.1. - Implantação de UPC de abrangência regional (Ubá)	
• 100% •	• Aprovado •
Descrição do Indicador	
UPC implantada apta ao funcionamento - estrutura física concluída e equipe contratada, conforme descrição da área temática.	
Fonte de comprovação do indicador	
Critério de aceitação: Primeiro módulo do sistema entregue em funcionamento. Fonte de comprovação: Ofício/e-mail da SUPEC informando aprovação da entrega primeiro módulo sistema. Prazo: jan/25 a mar/25.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

O Produto 1.1 - Implantação de UPC de abrangência regional (Ubá), foi entregue pela OS no dia 28/03/2025 para apreciação da OEP e validado por esse Órgão no dia 28/03/2025, conforme previsto no Programa de Trabalho do IX Termo Aditivo ao CG 02/2019.

I – INTRODUÇÃO

O Relatório teve como finalidade apresentar Relatório Executivo de Implantação da Unidade de Prevenção a Criminalidade de Teófilo Otoni, que é composta pelo Programa Selo Prevenção Minas e com área de atuação na Região Integrada de Segurança Pública (RISP) 15, que abrange 59 municípios.

O espaço de implantação da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Teófilo Otoni foi disponibilizado através de uma parceria com o município de Teófilo Otoni, resultado da articulação da SUPEC junto ao Município. Em 14/05/2024, o OEP formalizou junto ao Instituto Elo a entrega das chaves do imóvel localizado na Rua Doutor Manoel Esteves, 323/327, CEP: 39800-090 - Centro - Teófilo Otoni, para início das ações de implantação da UPC.

A referida implantação iniciou-se com a apresentação de uma Plano de Implantação que foi apresentado ao OEP com todo planejamento para a estruturação do espaço e aquisição dos equipamentos e mobiliários necessários, bem como a programação de contratação de toda a equipe necessária para o desenvolvimento das atividades nesta Unidade de Prevenção.

III – DO SEMINÁRIO DE INAUGURAÇÃO DA UNIDADE DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE DE TEÓFILO OTONI

No dia 26 de junho de 2024, o OEP realizou um seminário para inaugurar a Unidade de Prevenção à Criminalidade de Teófilo Otoni. O evento, direcionado às autoridades da RISP 15, teve como objetivo apresentar o Programa Selo Prevenção Minas e suas ações para a região. Após o seminário, os participantes realizaram uma visita às instalações da Unidade, onde puderam conhecer a estrutura física e os equipamentos disponíveis para o desenvolvimento das atividades. A iniciativa contou com a participação de autoridades estaduais e locais, o que demonstra o grande interesse e apoio à causa da prevenção à criminalidade na região.

VII – CONCLUSÃO

A implantação da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Teófilo Otoni representa um marco significativo para a região, demonstrando o compromisso do Governo de Minas Gerais com a segurança pública e a prevenção da violência. Através de um planejamento rigoroso e da colaboração entre as diversas instituições envolvidas, foi possível concluir a estruturação física da unidade em tempo recorde, superando as expectativas iniciais.

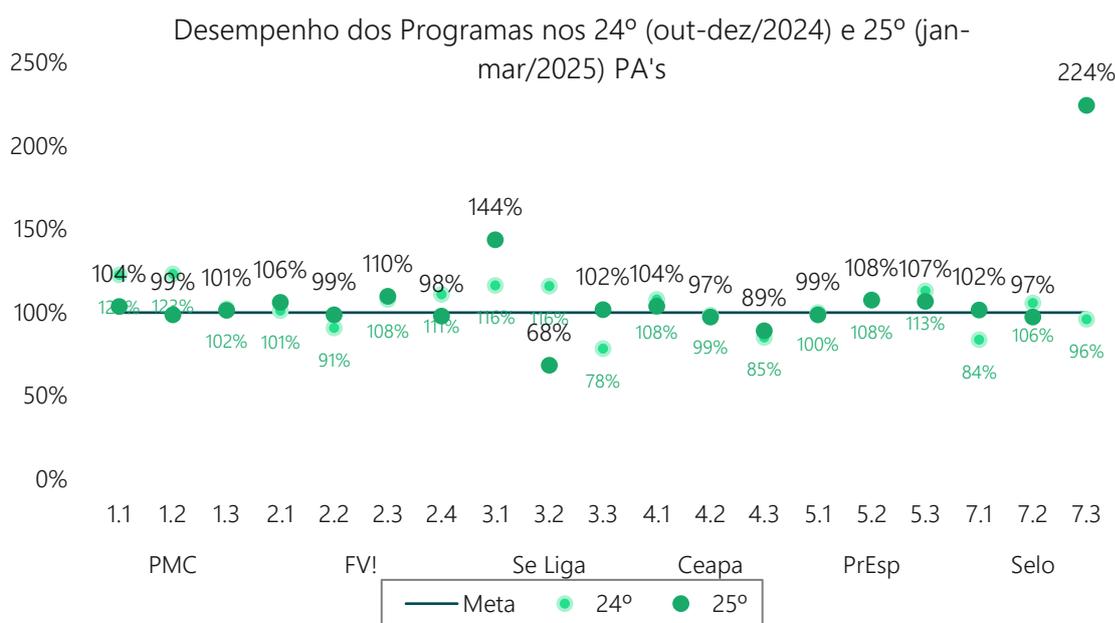
A equipe técnica já está em pleno funcionamento, desenvolvendo ações estratégicas. No entanto, a falta de alguns recursos, como o veículo, ainda impacta diretamente a capacidade de atuação da equipe. A disponibilização desses recursos em tempo hábil é fundamental para garantir o pleno desenvolvimento das atividades e o alcance dos resultados esperados. Com a conclusão da implantação da Unidade, espera-se fortalecer a parceria entre as forças de segurança, o poder público

e a sociedade civil, contribuindo para a construção de um futuro mais seguro para todos os cidadãos de Teófilo Otoni e região. A equipe do Instituto Elo continuará acompanhando de perto o desenvolvimento das atividades da Unidade, oferecendo os recursos necessários para o pleno desenvolvimento do Programa Selo Prevenção Minas em Teófilo Otoni.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este documento apresentou os resultados do 25º Período Avaliatório (01 de janeiro a 31 de março de 2025), do Contrato e Gestão 002/2019. Ao todo, foram considerados 35 indicadores, sendo que em 3 deles houve o pedido de desconsideração (10.1, 10.2, 10.3). Posto isso, do total de indicadores, 18 tiveram suas metas alcançadas plenamente, 2 indicadores terão seus resultados mensurados após a entrega desse relatório (12.1 e 12.2) e o indicador 13.1 será apurado apenas no último período avaliatório. É importante ressaltar que nos 9 casos em que a meta não foi alcançada (Indicadores 1.2, 2.2, 2.4, 3.2, 4.2, 4.3, 5.1, 6.2, 7.2 e 8.2 e 9.1) houve uma média de cumprimento de 81%¹. Nesse trimestre, ainda, destacam-se a conclusão e entrega de dois produtos importantes: a implantação de UPC de abrangência regional, do Programa Proteja Minas, em Ubá, e o Diagnóstico de Implantação de UPC de abrangência territorial, Estrela D'alva, em Contagem. Já a entrega do primeiro módulo do Sistema Integrado de Monitoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade, apesar de não finalizada dentro do previsto, encontra-se na fase inicial de desenvolvimento.

No Gráfico abaixo é possível comparar os resultados dos indicadores para o trimestre anterior (outubro, novembro e dezembro) do ano de 2024, condizente ao 24º PA, e do atual trimestre (janeiro, fevereiro e março), que diz respeito ao 25º PA. As medidas representadas correspondem ao percentual atingido da meta, de modo que estar abaixo de 100% significa pontuar que o indicador não atingiu a meta como se espera.



Nesse sentido, nota-se que 8 indicadores do presente PA não alcançaram 100% da medida estipulada. Enquanto isso, o trimestre anterior (24º), contou 6 indicadores abaixo da meta.

Observa-se pela análise do gráfico que nenhum dos programas bateu todas as metas estabelecidas em contrapartida ao período avaliatório passado onde PMC e PrEsp atingiram ou superaram todas as suas metas.

O PMC atingiu ou ultrapassou duas de suas três metas, mais precisamente os indicadores 1.1 (104%) e o indicador 1.3 (101%). O Fica Vivo atingiu duas das quatro metas sendo elas os indicadores 2.1 (106%) e 2.3 (110%). No entanto os outros dois indicadores estiveram muito próximos de atingi-las, com respectivamente 99% no indicador 2.2 e 98% no indicador 2.4. O Se Liga ultrapassou duas das três metas sendo elas as dos indicadores

¹ Esse valor seria 88% se desconsiderarmos o indicador 9.1, que teve sua meta estimada considerando a implantação do Programa Proteja Minas em janeiro de 2025 e só ocorreu em março.

3.1 (144%) e 3.3 (102%), enquanto o indicador 3.2 apresentou apenas 68% do esperado. O Ceapa alcançou apenas uma das três metas estabelecidas, sendo 104% do indicador 4.1. Os outros dois indicadores (4.2 e 4.3), alcançaram respectivamente 97% e 89% das metas. O PrEsp ultrapassou duas das três metas, sendo 108% do indicador 5.2 e 107% do indicador 5.3. O terceiro indicador chegou a 99% do estabelecido. Por fim, o programa Selo Prevenção superou duas das três metas previstas com resultados expressivos. No 7.1 (102%) e 7.3 (224%). Já o 7.2 atingiu 97% do previsto. Os resultados do Programa Selo Prevenção são promissores uma vez que, diferentemente do PA anterior, atingiu um resultado superior a 100% da meta do indicador 7.2.

Embora não constante no gráfico, destacam-se o Apec e o Proteja Minas como serviços e programas que demonstraram grande contribuição nos atendimentos e irão fazer ainda mais na Política de Prevenção. Ademais, há de se considerar a capacidade e empenho de todos os Programas para atingir patamares satisfatórios de atendimentos.

O primeiro trimestre de 2025 foi um período de planejamento, entrega de produtos pactuados, inauguração do novo Programa e, obviamente, de desenvolvimento e aprimoramento das atribuições cotidianas dos Programas. Em três meses foram realizados 83.836 atendimentos pelos programas, uma média de 27.945 atendimentos a população por mês. Somado a isso, a previsão de implantações de novas UPCs e vários projetos e ações importantes estão em desenvolvimento e prometem mais um ano de muitas conquistas e avanços para a Política de Prevenção Social a Criminalidade e toda a população mineira.

COMPROVANTES DE REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: INSTITUTO ELO
CNPJ: 07.514.913/0001-75

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 09:56:59 do dia 11/03/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 07/09/2025.

Código de controle da certidão: **165B.D9FB.DB86.0A29**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO ELO (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 07.514.913/0001-75
Certidão nº: 11371149/2025
Expedição: 26/02/2025, às 15:18:47
Validade: 25/08/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **INSTITUTO ELO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **07.514.913/0001-75**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07.514.913/0001-75
Razão Social: INSTITUTO ELO
Endereço: R DOS GUAJAJARAS 40 SALA 1003 / CENTRO / BELO HORIZONTE / MG / 30180-100

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 25/03/2025 a 23/04/2025

Certificação Número: 2025032518521324524927

Informação obtida em 07/04/2025 14:02:19

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:
07/04/2025

CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
06/07/2025

NOME/NOME EMPRESARIAL: INSTITUTO ELO

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 004582069.00-79

CNPJ/CPF: 07.514.913/0001-75

SITUAÇÃO: Ativo

LOGRADOURO: R DOS GUAJAJARAS

NÚMERO: 1570

COMPLEMENTO: SALA 301,

BAIRRO: BARRO PRETO

CEP: 30180099

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos



Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal

DOCUMENTO AUXILIAR DA CERTIDÃO DE QUITAÇÃO PLENA PESSOA JURÍDICA

REGISTROS DE ACESSO

Código de Controle: **ABCFNKKQNL**

Documento/Certidão nº **30.463.681** Exercício: **2025**

Emissão em: **07/04/2025**

Requerimento em: **11:11:06**

Validade: **07/05/2025**

Nome: **INSTITUTO ELO**

CNPJ: **07.514.913.0001.75**

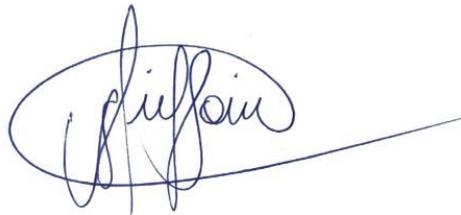
Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar débitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se regular com a Fazenda Pública Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Preços inscritos ou não em dívida ativa.

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.

DECLARAÇÃO DO DIRIGENTE DA OS

Declaro, para todos os fins, que são verídicas todas as informações contidas neste Relatório Gerencial de Resultados. Acrescento, ainda, que as fontes de comprovação dos indicadores e produtos estão organizadas e arquivadas junto ao Instituto Elo e podem ser consultadas a qualquer momento pela Comissão de Monitoramento, por representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública ou representantes de órgãos de controle e auditoria do Governo do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 09 de abril de 2025.

A handwritten signature in blue ink, enclosed in a blue oval. The signature is stylized and appears to read 'Gleiber'.

Gleiber Gomes de Oliveira
Diretor Presidente
Instituto Elo

